

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL
1979





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL

EXERCÍCIO 1979

JOSÉ AUGUSTO AMARAL DE SOUZA
Governador do Estado

MAURO KNIJNIK
Secretario de Estado da Fazenda

FERNANDO TADEU SOLEDADE HABCKOST
Contador e Auditor-Geral do Estado

Porto Alegre



Administração Amaral de Souza

1980

EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO

Apresentação	0-015
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros	0-017/0-035
Despesas Autorizadas	0-017
Créditos Ordinários	0-018
Créditos Especiais	0-021
Recursos Financeiros	0-024
Recursos do Fundo Geral	0-025
Recursos Vinculados	0-027
Recursos de Operações de Crédito	0-031
Resultado Presumível do Exercício	0-034
Balanço Financeiro	0-036/0-105
Execução do Orçamento	0-036
Análise da Receita	0-041
Receitas Correntes	0-042
Receita Tributária	0-042
Receita Patrimonial	0-047
Receita Industrial	0-049
Transferências Correntes	0-050
Receitas Diversas	0-053
Receitas de Capital	0-056
Operações de Crédito	0-056
Transferências de Capital	0-069
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	0-071
Outras Receitas de Capital	0-072
Análise da Despesa	0-073
Distribuição da Despesa	0-074
Segundo os Órgãos e Funções	0-074
Segundo os Órgãos e a Natureza dos Créditos	0-078
Segundo as Funções e Categorias Econômicas	0-082
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada	0-083
Segundo os Órgãos	0-084
Segundo as Funções	0-085
Segundo as Categorias Econômicas e Elementos	0-086
Segundo as Categorias e Subcategorias Econômicas	0-090
Evolução da Despesa Orçamentária	0-091
Segundo os Órgãos	0-091
Segundo as Funções	0-094
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econômicas	0-096
Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas ..	0-098
Análise do Resultado Financeiro do Exercício segundo os Recursos Finan	
ceiros	0-099
Receita Realizada	0-099
Despesa Realizada	0-102
Operações Extra-Orçamentárias	0-104
Reflexos da Gestão Financeira sobre o Patrimônio Financeiro	0-105
Balanço Patrimonial	0-106/0-138
Ativo do Estado	0-108
Ativo Financeiro	0-108
Disponível	0-109
Vinculado	0-109
Realizável	0-109
Ativo Permanente	0-110
Bens do Estado	0-111
Créditos	0-111
Participações	0-112
Demonstrativo das Participações no Capital das Sociedades de Econo-	
mia Mista do Estado	0-113
Demonstrativo das Participações Diversas	0-115
Demonstrativo do Aumento Líquido de Participações	0-116
Diversos	0-118
Demonstrativo da Evolução do Ativo do Estado	0-120

Passivo do Estado	0-121
Passivo Financeiro (Dívida Flutuante)	0-125
Restos a Pagar	0-126
Serviço da Dívida a Pagar	0-127
Depósitos	0-128
Débitos de Tesouraria	0-128
Diversos	0-128
Passivo Permanente	0-133
Dívida Fundada Interna	0-133
Dívida Fundada Externa	0-135
Demonstrativo da Evolução do Passivo do Estado	0-138
 Demonstração das Variações Patrimoniais	 0-139/0-143
 Apuração do Descoberto Financeiro	 0-145/0-159
Ativo Financeiro Potencial	0-145
Passivo Financeiro Potencial	0-151
Descoberto Financeiro Acumulado	0-157
 Considerações Finais	 0-160/0-161

**BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1-003/1-020
Balanço Orçamentário	1-003
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas ..	1-004
Receita Orçamentária	1-005/1-013
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	1-009
Demonstrativo da Receita por Estação Arrecadadora	1-010
Despesa Orçamentária	1-014/1-020
Créditos Orçamentários e Adicionais por Órgãos	1-014
Créditos Especiais segundo os Recursos Financeiros	1-015
Comparativo da Despesa Fixada e Realizada por Funções	1-017
Comparativo da Despesa Fixada e Realizada por Órgãos	1-018
Comparativo da Despesa Fixada e Realizada por Categorias Econômicas ..	1-019
Comparativo da Despesa Fixada e Realizada por Elementos	1-020
EXECUÇÃO FINANCEIRA	1-021/1-035
Balanço Financeiro	1-021/1-022
Modelo Padrão	1-021
Análise do Modelo Padrão	1-022
Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias	1-023/1-035
Demonstração do Ativo Financeiro: Formação e Recebimento de Créditos ..	1-023
Demonstração da Dívida Flutuante: Inscrição e Pagamento de Dívidas ..	1-026
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	1-036/1-043
Demonstração das Variações Patrimoniais	1-036/1-043
Modelo Padrão	1-036
Análise do Modelo Padrão	1-037
BALANÇO PATRIMONIAL	1-044/1-126
Análise do Ativo	1-045/1-074
Financeiro	1-045/1-062
Disponível	1-045/1-052
Caixa	1-045
Bancos c/Disponíveis	1-046
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., c/Especial AL	1-048
Exatorias	1-051
Coordenadorias Regionais de Arrecadação	1-052
Vinculado em Conta Corrente Bancária	1-053/1-054
Bancos c/Vinculadas	1-053
Relizável	1-055/1-062
Devedores	1-055
Prefeituras c/Devedoras	1-059
Suprimentos Autorizados	1-060
Valores do Estado	1-061
Depósitos para Desapropriações	1-062
Permanente	1-063/1-074
Bens do Estado	1-063
Créditos	1-064/1-067
Devedores por Empréstimos	1-064
Prefeituras c/Empréstimo Externo de 1927	1-065
Prefeituras c/Empréstimo Interno de Conversão de Dívida Externa ..	1-066
União Federal c/Responsabilidades Diversas	1-067
Participações	1-068/1-069
Participações em Sociedades de Economia Mista do Estado	1-068
Participações Diversas	1-069
Diversos	1-070/1-074
Almoxarifados	1-070
Fundos para Financiamento	1-072
Fundos Diversos	1-073
Valores Ativos em Liquidação	1-074
Análise do Passivo	1-075/1-121
Financeiro	1-075/1-116
Restos a Pagar	1-075
Serviço da Dívida	1-076/1-077
Serviço da Dívida Interna	1-076
Serviço da Dívida Externa	1-077
Depósitos	1-078/1-105
Depósitos de Autarquias	1-078
Depósitos de Fundações	1-079
Depósitos de Consignatários	1-080
Depósitos Públicos e Judiciais	1-082
Depósitos Diversos	1-083
Cauções	1-084
Retenções	1-099
Débitos de Tesouraria	1-106/1-107
Empréstimos por Antecipação da Receita	1-106
Letras do Tesouro	1-107
Diversos	1-108/1-116
Contribuições de Previdência Social	1-108
Contribuições a Autarquias	1-109
Contribuições a Fundações	1-110
Transferências a Autarquias	1-111
Transferências a Fundações	1-112

Credores	1-113
Empresas c/Capital a Integralizar	1-115
Fundos Especiais	1-116
Permanente	1-117/1-121
Dívida Fundada Interna	1-117
Dívida Fundada Externa	1-121
Análise do Compensado	1-122/1-126
Valores em Poder de Terceiros	1-122
Valores de Terceiros	1-123
Valores Nominais Emitidos	1-124
Avais Concedidos	1-125
Caixa de Títulos e Valores do Estado	1-126

ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ANÁLISE DA DESPESA AO NÍVEL DE GOVERNO	2-005/2-054
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade	2-005
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo as Categorias Econômicas	2-011
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Função segundo Projeto e Atividade	2-017
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Função segundo as Categorias Econômicas ..	2-019
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Programa segundo Projeto e Atividade	2-021
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Programa segundo as Categorias Econômicas ..	2-025
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Subprograma segundo Projeto e Atividade ..	2-029
Demonstração da Despesa Estimada e Realizada por Subprograma segundo as Categorias Econômicas ..	2-036
Consolidação Geral da Despesa por Categorias e Subcategorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-045
Análise da Despesa Realizada em "Despesas de Exercícios Anteriores"	2-053
ANÁLISE DA DESPESA AO NÍVEL DE ÓRGÃO	2-061/2-478
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	2-061/2-068
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-061
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-062
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-063
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-065
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-067
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	2-071/2-077
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-071
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-072
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-073
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-074
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-076
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2-083/2-091
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-083
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-084
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-085
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-086
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-089
TRIBUNAL DE ALÇADA	2-095/2-101
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-095
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-096
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-097
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-098
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-100
TRIBUNAL DO JÚRI E JUIZADOS	2-105/2-111
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-105
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-106
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-107
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-108
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-110
JUIZADO DE MENORES	2-115/2-121
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-115
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-116
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-117
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-118
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-120

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	2-125/2-131
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-125
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-126
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-127
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-128
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-130
GOVERNO DO ESTADO	2-137/2-148
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-137
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-138
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-139
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-141
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-145
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA	2-151/2-157
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-151
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-152
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-153
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-154
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-156
CONSULTORIA-GERAL DO ESTADO	2-161/2-167
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-161
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-162
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-163
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-164
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-166
ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO	2-171/2-179
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-171
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-172
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-173
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-174
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-177
SECRETARIA DA JUSTIÇA	2-183/2-202
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-183
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-185
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-186
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-189
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-196
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO	2-205/2-216
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-205
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-207
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-208
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-211
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-214
SECRETARIA DA FAZENDA	2-219/2-242
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-219
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-221
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-222
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-225
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-233

SECRETARIA DA AGRICULTURA	2-245/2-273
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-245
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-248
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-249
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-254
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-263
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	2-277/2-287
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-277
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-279
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-280
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-282
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-285
SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	2-291/2-297
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-291
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-292
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-293
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-294
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-296
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	2-301/2-310
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-301
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-302
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-303
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-305
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-308
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	2-313/2-354
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-313
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-317
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-319
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-326
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-338
SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE	2-357/2-374
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-357
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-359
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-360
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-363
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-369
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	2-377/2-386
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-377
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-378
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-379
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-381
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-384
SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS	2-389/2-405
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-389
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-391
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-392
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-394
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-399

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	2-409/2-431
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-409
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-411
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-412
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-414
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-422
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	2-435/2-445
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-435
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-436
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-437
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-439
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-442
SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO	2-449/2-456
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-449
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-450
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-451
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-452
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-454
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	2-459/2-473
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Unidade Orçamentária	2-459
Demonstração da Despesa Realizada por Função, Programa e Subprograma segundo Projeto e Atividade ao Nível de Órgão	2-461
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-462
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-465
Demonstração da Despesa Realizada por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas	2-469
FUNDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA	2-477/2-478
Demonstração da Despesa Realizada por Projeto e Atividade segundo os Elementos	2-477
Demonstração da Despesa por Categorias Econômicas segundo Elementos e Rubricas	2-478

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Porto Alegre, 15 de abril de 1980.

Exposição sobre o Balanço Geral da Administração Direta do Estado, referente ao exercício de 1979, apresentada pelo Senhor Contador e Auditor-Geral do Estado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauro Knijnik, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda:

Transmito a Vossa Excelência o Balanço Geral da Administração Direta do Estado, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1979, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e no Decreto nº 29.526, de 27 de fevereiro de 1980.

O Balanço Geral é composto de documentos técnicos, estruturados consoante a vigente legislação e em obediência aos princípios doutrinários norteadores dos procedimentos contábeis, os quais, junto com a presente Exposição, constituem a prestação de contas anual, que o Chefe do Poder Executivo deve apresentar à Egrégia Assembléia Legislativa, conforme determina o inciso XVII do artigo 66 da Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970. É formado, pois, de três partes principais, a saber: a Exposição sobre o Balanço Geral, o Balanço Geral, propriamente dito, e a Análise da Despesa Orçamentária.

A Exposição sobre o Balanço, fundamentada nos demonstrativos contábeis, fornece uma primeira interpretação dos aspectos mais significativos ocorridos na gestão econômico-financeira do Estado, no primeiro ano do período adminis-

trativo do Excelentíssimo Senhor Doutor José Augusto Amaral de Souza, Digníssimo Governador do Estado.

Buscou-se, com a referida Exposição, facilitar a leitura e o entendimento do Balanço Geral; fornecer subsídios necessários ao Poder Legislativo, para possibilitar a sua ação fiscalizadora e o julgamento de prestação de contas do Executivo; proporcionar à Administração Estadual informações que possam contribuir para a execução, no corrente ano, e a elaboração, em exercícios futuros, de programas de governo; dar aos estudiosos e à coletividade esclarecimentos sobre os atos e fatos econômico-financeiros mais marcantes, ocorridos em 1979.

O Balanço Geral, propriamente dito, é composto pelas peças contábeis que apontam os resultados gerais do exercício, demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os anexos e quadros demonstrativos de que trata a Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Finalmente, na Análise da Despesa Orçamentária, esta é detalhada desde o nível mais global, até o menor grau, ou seja, a nível de rubrica, conforme determina a Lei nº 7.209, de 7 de dezembro de 1978.

Na Exposição a seguir serão examinados os princípios tópicos: o comportamento das despesas autorizadas e dos recursos financeiros; a análise do balanço financeiro, abrangendo as receitas e as despesas, tanto orçamentárias como extra-orçamentárias; a composição dos elementos ativos e passivos do balanço patrimonial, bem como suas variações; as operações que ocasionaram o resultado financeiro do exercício.

1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

A Lei de Meios para o exercício econômico-financeiro de 1979, promulgada sob nº 7.209, em 7 de dezembro de 1978, estabeleceu o plano financeiro básico para o referido período administrativo, totalizando Cr\$ 31.068.604.000,00, tanto a receita prevista como a despesa fixada.

O mencionado plano, porém, foi objeto de numerosas alterações quantitativo-qualitativas no decorrer daquele ano fiscal, a fim de se ajustar às necessidades da Administração Estadual.

Com relação à despesa, as modificações foram efetuadas através do cancelamento de dotações orçamentárias e por via de abertura de créditos adicionais.

Na receita ocorreu o aporte de recursos financeiros decorrentes do excesso de arrecadação, do recebimento de transferências e da realização de operações de crédito de longo prazo.

Em decorrência, ainda manteve-se, em termos orçamentários, o equilíbrio formal entre as despesas fixadas e as receitas previstas, passando, então, o montante original do orçamento para Cr\$ 40.297.567.354,21.

A seguir, proceder-se-á à análise da despesa fixada, dos recursos que lhe deram cobertura e do resultado presumível do exercício.

1.1 - DESPESAS AUTORIZADAS

À despesa da Administração Direta Estadual, inicialmente fixada em Cr\$ 31.068.604.000,00, foram acrescidos novos compromissos, que a elevaram para Cr\$ 40.297.567.354,21, como segue:

Ordinários	31.068.604.000,00
Suplementações	<u>15.621.248.166,24</u>
	46.689.852.166,24
Anulações de dotações (-)	<u>8.088.939.419,01</u>
	38.600.912.747,23
Créditos especiais	<u>1.696.654.606,98</u>
Despesas autorizadas	40.297.567.354,21

A apreciação dos créditos orçamentários é feita segundo a natureza dos mesmos ordinários e especiais.

1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

Os créditos ordinários, constantes no orçamento inicial, estavam fixados em Cr\$ 31.068.604.000,00.

Tendo em vista necessidades verificadas durante a execução do orçamento, bem como o reforço e distribuição do Fundo de Reserva Orçamentária, o plano financeiro inicial foi significativamente modificado, alterações essas traduzidas em suplementações, da ordem de Cr\$ 15.621.248.166,24, e reduções, no valor de Cr\$ 8.088.939.419,01. Como o Fundo de Reserva Orçamentária foi reforçado em Cr\$ 3.350.000.000,00 para posterior distribuição, essa quantia figura tanto nas suplementações como nas reduções, de sorte que o líquido das mesmas é de Cr\$ 12.271.248.166,24 e Cr\$ 4.738.939.419,01, respectivamente.

Sinteticamente, as alterações ocorridas nos créditos ordinários assim se apresentam:

Orçamento inicial	31.068.604.000,00
Suplementações	15.621.248.166,24
Reduções (-)	<u>8.088.939.419,01</u>
Orçamento com as alterações decretadas ...	<u>7.532.308.747,23</u>
	38.600.912.747,23

O acréscimo líquido de Cr\$ 7.532.308.747,23 ao orçamento inicial de 1979 corresponde a 24,24% das autorizações inicialmente votadas. No exercício de

1978, esse aumento correspondeu a 22,55%.

Os créditos ordinários e suas variações, classificados por categorias e subcategorias econômicas, podem ser demonstrados no quadro que se apresenta a seguir.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

Exercício de 1979

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
DESPESAS CORRENTES				
Despesas de Custeio	9.994.329.000,00	5.192.855.661,37	147.818.009,00	15.039.366.652,37
Transferências Correntes	11.135.647.000,00	4.405.908.669,91	889.662.734,88	14.651.892.935,03
Soma	21.129.976.000,00	9.598.764.331,28	1.037.480.743,88	29.691.259.587,40
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	3.128.567.000,00	711.016.934,44	46.439.774,13	3.793.146.160,31
Inversões Financeiras	261.800.000,00	62.007.898,31	17.900.000,00	305.907.898,31
Transferências de Capital	3.048.261.000,00	1.899.457.002,21	152.973.000,00	4.794.745.002,21
Soma	6.438.628.000,00	2.672.483.834,96	217.312.774,13	8.893.799.060,83
Subtotal	27.568.604.000,00	12.271.248.166,24	1.254.793.518,01	38.585.058.648,23
RESERVA DE CONTINGENCIA				
TOTAL	31.068.604.000,00	15.621.248.166,24	8.086.939.419,01	38.600.912.747,23

1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

Em 1979, houve vinte e uma autorizações para abertura de créditos especiais, no total de Cr\$ 1.696.654.606,98, que equivale a 5,46% dos créditos ordinários fixados no orçamento original. Caso fosse considerado o orçamento acrescido dos créditos suplementares, o total de créditos especiais corresponderia a 4,40%. Comparativamente ao exercício de 1978, que atingiu, em termos absolutos, a cifra de Cr\$ 306.159.974,21, verifica-se que esses créditos adicionais aumentaram em 554,17%.

Os recursos que deram cobertura às autorizações mencionadas têm as seguintes origens:

Operações de crédito	1.487.312.060,98	93,56%
Receitas vinculadas de 1979 ...	71.293.100,00	4,20%
Reduções de créditos ordinários	25.024.496,00	1,47%
Saldos de recursos recebidos e não utilizados, apurados no Passivo Potencial do Balanço Geral do Estado de 1978	<u>13.024.950,00</u>	<u>0,77%</u>
	<u>1.696.654.606,98</u>	<u>100,00%</u>
	*****	*****

Segundo a classificação funcional dos créditos especiais, 59,40% do total autorizado destinou-se à Habitação e Urbanismo, para a execução do Programa Nacional de Habitação Popular no Estado; 32,52% coube à Indústria, Comércio e Serviços, destacando-se a dotação para aumento do capital social da Companhia Rio-grandense de Saneamento; e 3,38% foi aplicado em Comunicações, na Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, no reinvestimento dos dividendos auferidos pelo Estado.

Os créditos especiais abertos em 1979, por funções, tiveram as seguintes destinações:

JUDICIÁRIA

Suporte Orçamentário ao Fundo de Reparamento do Poder Judiciário	14.000.000,00
Aquisição de terreno para ampliação do prédio-sede do Foro de Pelotas	6.624.496,00

Obras de ampliação do Presídio de Caxias do Sul	<u>950.000,00</u>	21.574.496,00
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
Execução do Convênio celebrado entre o Estado e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de desenvolver uma infra-estrutura de apoio científico e tecnológico ao Polo Petroquímico do Estado		20.000.000,00
AGRICULTURA		
Aquisição de gado leiteiro a ser doado às famílias de agricultores assentados no Distrito de Hulha Negra, em Bagé	10.500.000,00	
Auxílio à Prefeitura Municipal de Veranópolis para cobrir despesas realizadas com a construção do Pavilhão de Exposição para a Feira Nacional da Maçã - 1a. FEMACÃ	1.000.000,00	
Reaparelhamento da Unidade de Moagem de Café da Secretaria da Agricultura	<u>1.400.000,00</u>	12.900.000,00
COMUNICAÇÕES		
Reaplicação na Companhia Rio-grandense de Telecomunicações - CRT dos dividendos auferidos pelo Estado em 1979		57.293.100,00
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
Auxílios para a realização do 2º Congresso da Ligação Ibicuí-Jacuí e 1º Congresso Brasileiro de Municípios da Região do Rio Uruguai, realizados em Itaqui, concedidos à Subseção de Itaqui da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio Grande do Sul ...	350.000,00	
Programa de Desenvolvimento Integrado Bacia Taquari-Antas	<u>1.524.950,00</u>	1.074.950,00
HABITAÇÃO E URBANISMO		
Execução do Programa Nacional de Habitação Popular no Rio Grande do Sul pela Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul		1.007.735.773,55
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
Festividade alusiva ao 20º Aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Santa Bárbara do Sul	100.000,00	
Realização do VII Festival do Cinema Brasileiro, em Gramado	500.000,00	
Ao Centro de Assistência Gerencial - CEAG/RS para aplicação no programa de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas Gaúchas	4.000.000,00	
Para o aumento de capital da Companhia Rio-grandense de Saneamento	<u>547.072.247,46</u>	551.672.247,46

SAÚDE E SANEAMENTO

Instalação da Oficina Central de Saneamento da Secretaria de Saúde		4.300.000,00
--	--	--------------

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Obra para a implantação de Centros Sociais Urbanos pela Secretaria do Trabalho e Ação Social	12.504.039,97	
Manutenção e custeio dos serviços médicos-sociais gratuitos prestados pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	<u>5.800.000,00</u>	18.304.039,97

TRANSPORTE

Auxílio à Prefeitura Municipal de Canela para atender despesas com a implantação, pavimentação e iluminação do acesso ao Palácio das Hortênsias		<u>1.000.000,00</u>
		1.696.654.606,98
		=====

Segundo a classificação por categorias econômicas, os créditos especiais abertos em 1979 foram assim distribuídos:

DESPESAS CORRENTES

Transferências Correntes		30.750.000,00
--------------------------------	--	---------------

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos	579.875.733,43	
Inversões Financeiras	57.293.100,00	
Transferências de Capital	<u>1.028.735.773,55</u>	<u>1.665.904.606,98</u>
		1.696.654.606,98
		=====

Finalizando este capítulo, cabe destacar que, com a finalidade de adaptar a execução orçamentária às necessidades de ordem administrativa, a Secretaria de Coordenação e Planejamento adotou, em 1979, nova sistemática para reforço de elementos de despesa de uma atividade, dentro de qualquer unidade orçamentária. Essa técnica - *Recomposição Orçamentária* - consiste na utilização de recursos de um ou mais elementos de uma atividade para suplementar, igualmente, um ou mais elementos de outra atividade, mas da mesma unidade orçamentária. A fim de que esses elementos não ficassem alterados em seus totais, simultaneamente procedia-se à operação inversa em outra atividade dessa mesma unidade orçamentária.

Dessa forma, a Lei de Meios permaneceu inalterada quanto aos limites fixados para aquela unidade orçamentária que teve recomposição de saldos, quer no montante de seus elementos, quer nos limites de cada uma de suas atividades.

Cabe ressaltar, ainda, que esse procedimento somente foi e será possível, enquanto a Lei Orçamentária, através dos quadros e tabelas que a integram, não fixar os limites das dotações dos elementos em cada atividade na unidade orçamentária.

Foram objeto de remanejamento as seguintes unidades administrativas:

Secretaria da Justiça

12.04 - Superintendência dos Serviços Penitenciários

Secretaria de Educação

19.02 - Departamento de Educação Fundamental

19.04 - Departamento de Assuntos Universitários

19.06 - Departamento de Educação Física e Desportos

19.07 - Departamento de Educação Especializada

19.08 - Departamento de Assistência ao Educando

Secretaria da Agricultura

15.02 - Supervisão de Pesquisas

15.05 - Supervisão de Produção Animal

Secretaria da Administração

24.01 - Gabinete do Secretário e Órgãos Centrais

1.2 - RECURSOS FINANCEIROS

Neste capítulo são analisados os recursos que serviram como suporte financeiro à totalidade da despesa autorizada. Para tanto, foram divididos, segundo suas origens, nas receitas que dão cobertura à realização de despesa de forma genérica - Fundo Geral, nas que se vinculam a determinados objetivos ou serviços e que, por isso mesmo, são subordinados a normas peculiares de aplicação - Recursos Vinculados e, ainda, nas decorrentes de operações de crédito previstas para o exercício.

O montante destes recursos, que serviram como cobertura financeira à despesa autorizada no exercício econômico-financeiro de 1979, atingiu a importância de Cr\$ 40.297.567.354,21. Para melhor análise desse valor, faz-se um exame detalhado das categorias acima mencionadas.

1.2.1 - RECURSOS DO FUNDO GERAL

Esta designação compreende as fontes de receitas que, sem qualquer vinculação, dão cobertura genérica às despesas orçamentárias, excluído o produto de operações de crédito.

A seguir é feita a apuração dos recursos que constituem o Fundo Geral, desdobrados segundo a espécie de créditos a que deram cobertura.

I - Recursos de competência do exercício de 1979

a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita orçada		31.068.604.000,00	
Mais			
Previsão de maior arrecadação			
Imposto sobre circulação de mercadorias	4.031.000.000,00		
Imposto sobre transmissão de bens imóveis	100.000.000,00		
De outras fontes	<u>1.875.872.675,00</u>	6.006.872.675,00	
Menos			
Operações de crédito orçadas	3.767.658.000,00		
Recursos vinculados, conforme detalhamento do item 1.2.2-I,a - Previsão Orçamentária	6.180.246.000,00		
Recursos vinculados, conforme detalhamento do item 1.2.2-I,b - Outros Recursos Vinculados	14.000.000,00		
Valor dos recursos do Fundo Geral que foram cancelados para servir de suporte financeiro a créditos especiais abertos	<u>25.024.496,00</u>	<u>9.986.928.496,00</u>	
			<u>27.088.548.179,00</u>

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do Fundo Geral vinculados a

dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais	25.024.496,00	
Recursos da Taxa Judiciária vinculados a dotações orçamentárias para a formação do Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário	<u>14.000.000,00</u>	<u>39.024.496,00</u>
		<u>27.127.572.675,00</u>
		=====

II - Recursos de competência de exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários

Saldo de recursos do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, de que trata o inciso I do art. 25 da Constituição Federal transferidos do exercício de 1978	21.401.515,70	
Recursos provenientes do cancelamento de auxílios não habilitados, empenhados e transformados em "Restos a Pagar" no exercício de 1978	<u>944.700,00</u>	<u>22.346.215,70</u>

b) Para cobertura de créditos especiais

Saldo de recursos do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, de que trata o inciso I do art. 25 da Constituição Federal, transferidos do exercício de 1978		<u>5.700.000,00</u>
		<u>28.046.215,70</u>
		=====
		<u>27.155.618.890,70</u>
		=====

Sob outro ângulo, os recursos do Fundo Geral podem ser assim desdobrados:

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1979 ...	27.088.548.179,00	
Recursos de exercícios anteriores	<u>22.346.215,70</u>	<u>27.110.894.394,70</u>

Para cobertura de créditos especiais

Recursos do exercício de 1979 ...	39.024.496,00	
Recursos de exercícios anteriores	<u>5.700.000,00</u>	<u>44.724.496,00</u>
		<u>27.155.618.890,70</u>
		=====

1.2.2 - RECURSOS VINCULADOS

Incluem-se, sob esta categoria de recursos, as receitas vinculadas à realização de determinados objetivos ou serviços e que se subordinam a normas peculiares de aplicação, excluído o produto da realização de operações de crédito. Esses recursos foram destinados à abertura de créditos ordinários e especiais.

Segue-se a especificação dos componentes dos Recursos vinculados, agrupados segundo a competência dos exercícios:

I - Recursos de competência do exercício de 1979:

a) Para cobertura de créditos ordinários

Previsão orçamentária

Imposto sobre circulação de mercadorias

Parcela de 20% referente à participação dos municípios 4.080.000.000,00

Parcela de 1% referente à contribuição ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul .. 172.860.000,00

Parcela referente ao ICM pago pelas indústrias de produtos sem similar no Estado 100.000.000,00

Parcela de 80% do ICM pago pela Aços Finos Piratini S.A. para re aplicação na própria empresa .. 80.000.000,00

Transferências da União Federal

Cota-parte do imposto único sobre energia elétrica 282.500.000,00

Cota-parte do imposto único sobre minerais do país 80.000.000,00

Cota-parte do imposto sobre os serviços de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de pessoas e cargas 70.000.000,00

Cota-parte do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e adicionais 115.293.000,00

Cota-parte do Fundo Especial ... 50.000.000,00

Cota-parte do Salário Educação 300.000.000,00

Taxa Rodoviária Única

Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem 284.482.000,00

Parcela destinada aos municípios	188.916.000,00
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas	192.375.000,00
Parcela destinada ao custeio do sistema TRU	29.227.000,00
Transferências da Caixa Econômica Estadual relativas ao resultado líquido da Loteria do Estado	38.913.000,00
Parcela de 80% dos dividendos auferidos pelo Estado no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. para reeplicação na Carteira de Crédito Agrícola	30.850.000,00
Reeplicação do resultado produzido pelo Fundo de Garantia de Liquidez dos Títulos de Dívida	80.000.000,00
Formação do Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário	42.200.000,00
Formação do Fundo Penitenciário	2.130.000,00
Formação do Fundo de Reequipamento dos Serviços de Segurança	500.000,00
Formação do Fundo Estadual de Saúde	20.000.000,00
	<u>6.180.246.000,00</u>
Outros recursos vinculados	
Maior arrecadação prevista	
Cota-parte do imposto único sobre energia elétrica para aplicação na Companhia Estadual de Energia Elétrica	107.223.671,90
Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário	60.000.000,00
Fundo Estadual de Saúde	37.527.541,77
Dividendos auferidos pelo Estado, no exercício de 1978, resultante de ações integralizadas na Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, para reinvestimento na própria empresa ...	2.681.325,22
Contribuição da União Federal, referente aos seguintes recursos:	
Cota-parte do imposto sobre serviços de transportes rodoviários intermunicipal e interestadual de passageiros e cargas, para aplicação na Companhia Estadual de Silos e Armazéns ..	500.000,00

Parcela destinada aos municí- pios	188.916.000,00
Parcela destinada ao Programa Na- cional de Vias Expressas	192.375.000,00
Parcela destinada ao custeio do sistema TRU	29.227.000,00
Transferências da Caixa Econômi- ca Estadual relativas ao resul- tado líquido da Loteria do Esta- do	38.913.000,00
Parcela de 80% dos dividendos au- feridos pelo Estado no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. para reeplicação na Carteira de Crédito Agrícola	30.850.000,00
Reeplicação do resultado produzi- do pelo Fundo de Garantia de Li- quidez dos Títulos da Dívida ..	80.000.000,00
Formação do Fundo Estadual de A- poio ao Setor Primário	42.200.000,00
Formação do Fundo Penitenciário	2.130.000,00
Formação do Fundo de Reparelha- mento dos Serviços de Segurança	500.000,00
Formação do Fundo Estadual de Saú- de	20.000.000,00
	<u>6.180.246.000,00</u>
Outros recursos vinculados	
Maior arrecadação prevista	
Cota-parte do imposto Único so- bre energia elétrica para apli- cação na Companhia Estadual de Energia Elétrica	107.223.671,90
Fundo Estadual de Apoio ao Se- tor Primário	80.000.000,00
Fundo Estadual de Saúde	37.527.541,77
Dividendos auferidos pelo Estado, no exercício de 1978, resultan- te das ações integralizadas na Companhia Rio-grandense de Tele- comunicações, para reinvestimen- to na própria empresa	2.581.325,22
Contribuição da União Federal, re- ferente aos seguintes recursos:	
Cota-parte do imposto sobre ser- viços de transportes rodoviá- rios intermunicipal e interes- tadual de passageiros e cargas, para aplicação na Companhia Es- tadual de Silos e Armazéns ...	500.000,00

Recursos repassados do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para o Fundo de Reparcelamento dos Serviços de Segurança	1.579.371,08	
Recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano - FNDU para aplicação pela Fundação Metropolitana de Planejamento	7.267.500,00	
Recursos repassados pelo Ministério da Indústria e Comércio, conforme convênios MIC/DNRC n.ºs 6/79 e 10/79 para aplicação na Junta Comercial do Rio Grande do Sul	1.850.000,00	
Recursos repassados do Ministério da Fazenda destinado a aperfeiçoar o sistema estadual de tributação, arrecadação e administração financeira para aplicação pela Secretaria da Fazenda	6.260.000,00	
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND para aplicação em estradas alimentadoras	20.500.000,00	
Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas, para aplicação em estradas alimentadoras	21.000.000,00	
Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para aplicação no Fundo de Investimentos Urbanos	<u>9.000.000,00</u>	8.455.635.409,97
b) Para cobertura de créditos especiais		
Parcela da Taxa Judiciária para a formação do Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário	14.000.000,00	
Dividendos auferidos pelo Estado, resultante das ações integralizadas na Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, para reinvestimento na própria empresa	<u>57.293.100,00</u>	<u>71.293.100,00</u>
		<u>6.526.928.509,97</u>

II - Recursos de competência de exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários

Taxa Rodoviária Única

Saldo dos recursos vinculados a u

utilizar, componente do passivo potencial na apuração do descoberto financeiro em 31 de dezembro de 1978:

Destinados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ...	18.845.118,94	
Destinados ao Programa Especial de Vias Expressas	12.263.262,71	
Destinados ao custeio do sistema TRU	<u>27.575.038,14</u>	58.683.417,79

b) Para cobertura de créditos especiais

Parcela do saldo de recursos da Loteria do Estado, vinculada ao item II do art. 1º da Lei nº 6.953/75, não utilizada em 1978		<u>5.800.000,00</u>
		64.483.417,79

		6.591.411.927,76

Sinteticamente, os recursos vinculados assim se apresentam:

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1979	6.455.635.409,97	
Recursos de exercícios anteriores	<u>58.683.417,79</u>	6.514.318.827,76

Para cobertura de créditos especiais

Recursos do exercício de 1979	71.293.100,00	
Recursos de exercícios anteriores	<u>5.800.000,00</u>	<u>77.093.100,00</u>
		6.591.411.927,76
		=====

1.2.3 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O produto de operações de crédito constitui a última categoria das três em que são desdobrados os recursos financeiros que deram suporte à despesa autorizada.

No ano de 1979, os recursos provenientes de empréstimos deram cobertura, não só a créditos ordinários, mas também a despesas autorizadas por intermê-

dio de créditos especiais.

Discriminam-se a seguir as operações de crédito que deram suporte à despesa, com a indicação das realizáveis em 1979, e aquelas cujo produto foi recebido em exercícios anteriores.

I - Operações de crédito de competência do exercício de 1979

a) Para cobertura de créditos ordinários

Operações de crédito orçadas 3.767.658.000,00

Mais

Recursos vinculados às operações de crédito autorizadas:

Pela Lei nº 6.989, de 02.07.76, para a formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Rio Grande do Sul - FAE-RS	109.920.530,18	
Pela Lei nº 7.056, de 30.12.76, para a construção de Centros Sociais Urbanos - CSU	11.347.183,66	
Pela Lei nº 7.186, de 19.09.78, para a constituição do Fundo de Garantia da Pequena e Média Empresa - FUNGAPEM	20.000.000,00	
Pela Lei nº 7.188, de 19.09.78, para contribuição para capital de giro do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL	10.000.000,00	
Pela Lei nº 7.268, de 27.06.79, para contribuição para investimentos não vinculados do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER	600.000.000,00	751.267.713,84
		<u>4.518.925.713,84</u>

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos vinculados às operações de crédito autorizadas:

Pela Lei nº 6.633, de 30.11.73, alterada pelas Leis nºs 6.959, de 30.12.75, e 7.252, de 12.01.79, para execução do Programa Nacional de Habitação Popular - PLANHAP-RS	1.007.735.773,55	
Pela Lei nº 7.056, de 30.12.76, para implantação de Centros Sociais Urbanos - CSU	12.504.039,97	
Pela Lei nº 7.070, de 11.04.77, para auxílio à Universidade Fede-		

ral do Rio Grande do Sul, conforme convênio entre este e o Estado, para desenvolver infra-estrutura de apoio científico e tecnológico ao Polo Petroquímico

20.000.000,00

Pela Lei nº 7.070, de 11.04.77, para aumento do capital social da Companhia Rio-grandense de Saneamento - CORSAN

547.072.247,48

1.587.312.060,98

6.106.237.774,82

=====

II - Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários

Recursos vinculados às operações de crédito autorizadas:

Pela Lei nº 6.284, de 25.10.71, para a implantação de escolas de primeiro grau

40.058.498,98

Pela Lei nº 6.284, de 25.10.71, para proteção contra as cheias do Rio dos Sinos

5.213.836,41

Pela Lei nº 7.056, de 30.12.76, para a implantação de Centros Sociais Urbanos - CSU

42.079.700,00

Pela Lei nº 7.070, de 11.04.77, para a implantação do Distrito Industrial de Rio Grande

158.542.507,15

Pela Lei nº 7.070, de 11.04.77, para a implantação do Polo Petroquímico

76.802.401,78

Pela Lei nº 7.188, de 19.09.78, para contribuição para o capital de giro do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - BADESUL

40.000.000,00

Pela Lei nº 6.962, de 30.12.75, para a implantação de escolas de primeiro grau

80.076.867,21

442.773.810,93

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos vinculados à operação de crédito autorizada pela Lei nº 6.162, de 31.12.70, para o Programa de Desenvolvimento Integrado Bacia Taquari-Antes

1.524.950,00

444.298.760,93

=====

6.550.536.535,75

=====

Os recursos constituídos pela receita de empréstimos assim se resu-

mem:

Para cobertura de créditos ordinários

Operações de crédito realizáveis em 1979	4.518.925.713,84	
Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores	<u>442.773.810,93</u>	4.961.699.524,77

Para cobertura de créditos especiais

Operações de crédito realizáveis em 1979	1.587.312.060,98	
Operações de crédito cujo produto foi recebido em exercícios anteriores	<u>1.524.950,00</u>	<u>1.588.837.010,98</u>
		6.550.538.535,75
		=====

Sintetizando este capítulo sobre os recursos financeiros, têm-se as seguintes categorias:

Recursos do Fundo Geral

De competência de 1979	27.127.572.675,00	
De competência de exercícios anteriores	<u>28.046.215,70</u>	27.155.618.890,70

Recursos Vinculados

De competência de 1979	6.526.928.509,97	
De competência de exercícios anteriores	<u>64.403.417,79</u>	6.591.411.927,76

Recursos de Operações de crédito

De competência de 1979	6.106.237.774,82	
De competência de exercícios anteriores	<u>444.298.760,93</u>	<u>6.550.538.535,75</u>
		40.297.567.354,21
		=====

1.3 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

O resultado presumível do exercício é determinado pelo confronto do

total dos recursos financeiros com o montante dos créditos votados.

Admitindo-se a receita prevista de Cr\$ 31.068.604.000,00, a execução orçamentária indicaria o déficit presumível da ordem de Cr\$ 9.228.963.354,21, o que obviamente não considerava eventuais excessos de arrecadação, operações de crédito realizadas e as que não apresentaram possibilidade de realização, a utilização de saldos de recursos vinculados e de empréstimos recebidos e não aplicados em exercícios anteriores e que a despesa fosse realizada até o limite das dotações votadas.

Considerando-se somente as receitas de competência do exercício de 1979, pois os recursos originários de exercícios anteriores já foram apropriados aos mesmos, tem-se o seguinte resultado presumível do exercício:

DESPESA FIXADA

Créditos ordinários	38.600.912.747,23	
Créditos especiais	<u>1.696.654.606,98</u>	40.297.567.354,21

RECURSOS FINANCEIROS

Recursos de competência do exercício de 1979:

Recursos do Fundo Geral	27.127.572.675,00	
Recursos Vinculados	6.526.928.509,97	
Recursos de Operações de Crédito	<u>6.106.237.774,82</u>	<u>39.760.738.959,79</u>

DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO		536.828.394,42
		=====

Este déficit presumível representa o resultado que seria obtido se os recursos de competência de 1979 se efetivassem inteiramente e a despesa fosse realizada até o limite dos créditos votados, o que se pode dizer que o déficit presumível do exercício equivale ao valor dos recursos de competência de exercícios anteriores indicados para cobertura da despesa em 1979.

No capítulo seguinte é demonstrada a execução da receita e da despesa, bem como o resultado financeiro apurado em 1979.

2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui o instrumento básico para a apreciação e julgamento da gestão financeira desenvolvida, expondo também as variações de que foi passível o patrimônio financeiro. Evidencia, sinteticamente, as operações de receita e despesa, tanto orçamentárias como as que se processam à margem da Lei de Meios, conjugadas com as disponibilidades financeiras existentes no início e no fim do ano fiscal.

Neste capítulo analisar-se-á minuciosamente a execução orçamentária, as operações extra-orçamentárias, bem como o resultado financeiro do exercício.

2.1 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

A execução do orçamento de 1979 assim se sintetiza.

RECEITA REALIZADA

Receitas Correntes	27.788.380.428,35	
Receitas de Capital	<u>7.997.150.294,21</u>	35.785.530.722,56

DESPESA REALIZADA

Despesas Correntes	28.719.023.865,17	
Despesas de Capital	<u>8.267.113.066,72</u>	<u>36.986.136.931,89</u>

RESULTADO FINANCEIRO

Deficit financeiro do exercício		1.200.606.209,33 =====
---------------------------------------	--	---------------------------

Ao contrário do ano anterior, no exercício sob exame obteve-se um resultado negativo no confronto entre a receita e a despesa orçamentárias, que atingiu a importância de Cr\$ 1.200.606,209,33.

Comparativamente à despesa realizada, o resultado financeiro, nos últimos cinco anos, assim evoluiu:

Ano	Saldo Financeiro		Porcentagem do saldo financeiro sobre a despesa realizada
	Deficit	Superavit	
1975	425.159.881,10		5,3%
1976	1.303.807.015,00		11,7%
1977	665.871.601,96		4,3%
1978		436.070.354,46	1,9%
1979	1.200.606.209,33		3,2%

O resultado da execução orçamentária excedeu em Cr\$ 663.777.814,91 o deficit presumível do exercício, cujo montante de Cr\$ 536.828.394,42 foi determinado no capítulo inicial.

A consecução do deficit presumível do exercício deveu-se ao fato de a receita realizada ter ultrapassado em Cr\$ 4.716.926.722,56 a estimativa e de a despesa realizada, apesar de superada a fixação inicial do orçamento em Cr\$ 5.917.532.931,88, ter ficado além do incremento ocorrido na receita em Cr\$ 1.200.606.209,33.

Os efeitos da política de aumento das receitas e de redução, o quanto possível, das despesas não responderam pela diminuição do deficit presumível, como se demonstra:

Recursos financeiros realizáveis ...	39.760.736.959,76
Menos: Receita realizada	<u>35.785.530.722,56</u>
Menor receita	3.975.208.237,23 =====
Despesa fixada	40.297.567.354,21
Menos: Despesa realizada	<u>36.986.136.931,88</u>
Menor despesa	3.311.430.422,32 =====

A conjugação dessas variações com o resultado presumível evidencia o

Deficit apurado:

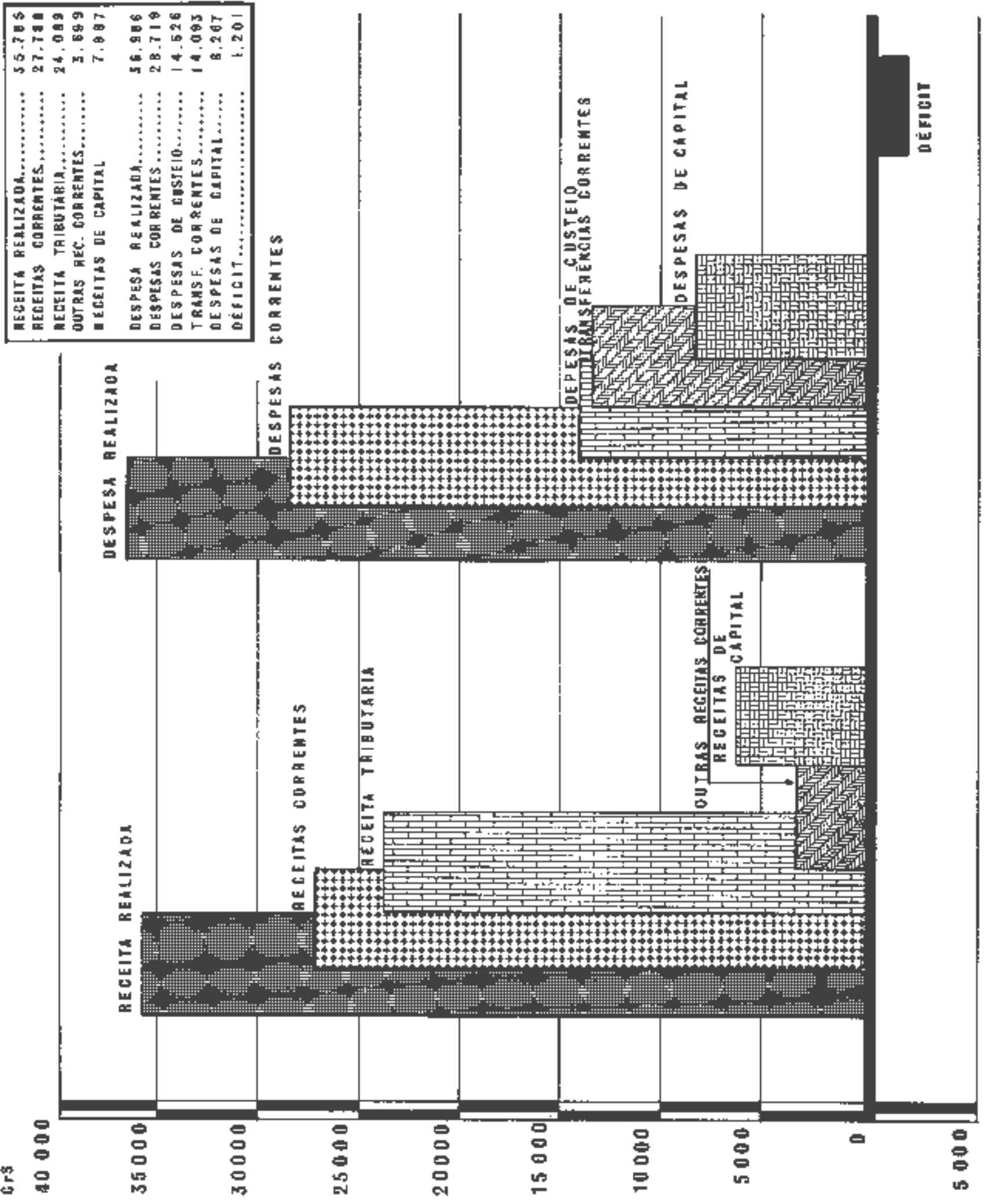
Deficit presumível do exercício	5 6.828.394,42
Mais: menor receita	3.975.208.237,23
Menos: menor despesa	<u>3.311.430.422,32</u>
Deficit financeiro do exercício	<u>663.777.814,91</u>
	<u>1.200.606.209,33</u>

A seguir, apresenta-se graficamente a execução orçamentária.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EXERCÍCIO 1979

BILHÕES DE
Cr\$



DÉFICIT

2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

A receita orçamentária arrecadada em 1979 totalizou Cr\$ 35.785.530.722,56, ultrapassando a respectiva previsão em Cr\$ 4.716.926.722,56. Em relação ao ano anterior, verificou-se um incremento de 53,28%.

Os anexos que acompanham o Balanço Financeiro detalham a receita por categorias econômicas, fontes, rubricas e estações arrecadadoras.

Sinteticamente, a execução da receita orçamentária assim se apresenta:

	Orçada	Arrecadada	%
Receitas Correntes			
Tributária			
Impostos	21.100.000.000,00	23.693.948.679,25	66,21
Taxas	211.250.000,00	344.130.127,30	0,96
Correção Monetária incidente nos Tributos	<u>55.650.000,00</u>	<u>50.551.164,43</u>	<u>0,14</u>
	21.366.900.000,00	24.088.629.970,98	67,31
Patrimonial	1.252.610.000,00	310.914.996,86	0,87
Industrial	65.080.000,00	104.549.355,00	0,29
Transferências Correntes	2.267.632.000,00	2.297.504.918,11	6,42
Receitas Diversas	<u>624.391.000,00</u>	<u>986.781.187,40</u>	<u>2,78</u>
	25.576.613.000,00	27.788.380.428,35	77,65
Receitas de Capital			
Operações de Crédito	3.767.658.000,00	6.492.098.384,78	18,14
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	5.250.000,00	141.134.437,61	0,40
Transferências de Capital	1.714.083.000,00	1.359.861.464,29	3,80
Outras Receitas de Capital	<u>5.000.000,00</u>	<u>4.056.007,53</u>	<u>0,01</u>
	31.068.604.000,00	35.785.530.722,56	100,00
	=====	=====	=====

Em prosseguimento, far-se-á minuciosa apreciação da receita realiza

da.

2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Nesta categoria econômica incluem-se receitas no valor de Cr\$ 27.788.360.428,35, que serão objeto de detalhado exame.

RECEITA TRIBUTÁRIA

Como nos exercícios anteriores, os ingressos de origem tributária constituem-se na maior fonte de recursos do Estado. Em 1979, representaram 67,31% de receita total.

Observa-se que, desde o exercício anterior, não figuram mais as receitas provenientes do imposto de renda retido na fonte, por se tratar de participação em tributos federais e estarem incluídas no grupo transferências correntes.

Os dados alinhados a seguir demonstram a participação dos recursos derivados de tributos na formação da receita global, no último quinquênio:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Percentagem da receita tributária sobre a receita geral
1975	7.531.218.355,62	5.281.952.611,64	70,13%
1976	9.795.021.053,67	6.989.464.409,77	71,36%
1977	14.667.932.682,47	11.080.661.676,51	75,54%
1978	23.346.300.974,62	15.338.461.020,04	65,70%
1979	35.785.530.722,56	24.088.629.970,98	67,31%

A composição da receita, em valores absolutos, por espécie de tributo, também no último quinquênio, assim se apresenta:

Ano	Receita de impostos	%	Receita de taxas	%	Correção monetária incidente nos tributos	%
1975	5.199.648.324,08	98,4	82.304.287,56	1,6	-	-
1976	6.886.824.833,89	98,5	102.639.575,88	1,5	-	-

1977	10.945.783.511,85	98,8	134.878.164,66	1,2		
1978	15.064.828.040,62	98,2	209.357.104,61	1,4	64.275.874,81	0,4
1979	23.693.948.679,25	98,4	344.130.127,30	1,4	50.551.164,43	0,2

Impostos

Os impostos de competência do Estado proporcionaram ingressos no valor de Cr\$ 23.693.948.679,25, ou seja, 65,21% da receita geral.

Em confronto com a quantia arrecadada no ano anterior, sob o mesmo título, constata-se o aumento de Cr\$ 8.629.120.638,63, correspondente ao acréscimo de 57,28%. A previsão orçamentária global foi atingida, como se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de Direito a eles relativos	600.000.000,00	699.403.125,58 +	99.403.125,58
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias	<u>20.500.000.000,00</u>	<u>22.994.545.553,67 +</u>	<u>2.494.545.553,67</u>
	21.100.000.000,00	23.693.948.679,25 +	2.593.948.679,25
	=====	=====	=====

Desses impostos, destaca-se, por larga margem, o imposto sobre circulação de mercadorias, responsável por 97,05% da receita de impostos, 95,45% da receita tributária e 64,26% da receita geral. Eis a sua evolução nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1975	5.011.180.123,05	100	-
1976	6.581.282.912,84	131	31%
1977	10.524.437.310,91	210	60%
1978	14.664.155.269,44	293	39%
1979	22.994.545.553,67	459	57%

Em que pese o fato de algumas mercadorias - trigo, carne bovina, ovinha e suína - terem sido objeto de incentivos fiscais, concedidos em virtude

de acordos firmados entre os Estados e referendados pelo Governo da União, a arrecadação deste tributo ultrapassou a previsão em Cr\$ 2.494.545.553,67.

Cumpra salientar que esses estímulos fiscais, transferidos pela União Federal como compensação pelo imposto que o Estado deixa de arrecadar, são classificados como transferências correntes e não como receita do tributo em análise.

A seguir, é demonstrada a arrecadação do mencionado tributo, as quantias transferidas pela União Federal, como compensação do imposto sobre circulação de mercadorias e o montante que resultaria da conjugação de ambos, nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação do ICM	Compensação do ICM	Soma	Índice de Aumento
1975	5.011.180.123,05	97.111.026,71	5.108.291.149,76	100
1976	6.581.282.912,84	216.500.367,40	6.797.783.280,24	133
1977	10.524.437.310,91	357.715.261,69	10.882.152.572,60	213
1978	14.664.155.269,44	566.320.666,95	15.230.475.936,39	298
1979	22.894.545.553,67	1.249.369.701,01	24.243.915.254,68	475

Constata-se que ultrapassaria em Cr\$ 3.743.915.254,68 a soma apresentada em 1979, comparativamente à previsão orçamentária do imposto sobre circulação de mercadorias.

O Estado, porém, não pôde contar com a totalidade do imposto sobre circulação de mercadorias arrecadado, pois, em decorrência de leis especiais, há de terminadas despesas que são vinculadas à receita desse tributo. No ano de 1979, essas despesas vinculadas atingiram a importância de Cr\$ 5.087.174.803,70, que corresponde a 22,12% do imposto recebido, resultando o saldo de Cr\$ 17.907.370.748,97 para o Estado atender suas despesas.

As parcelas deduzidas do imposto sobre circulação de mercadorias que o Estado não pôde dispor são as seguintes:

	Cr\$	Percentual do ICM arrecadado
Para o Fundo de Participação dos Municípios	4.598.909.110,73	20,00%
Para incentivos fiscais à indústria de produtos sem similar		
Albarus S.A. Indústria e Comércio	8.486.931,90	
CoEmSa - Construções Eletromecânicas S.A.	23.023,91	
Madepan - Indústria, Comércio, Importação e Exportação S.A.	51.681.574,79	
Pirelli S.A. - Companhia Industrial Brasileira	65.424.624,18	
Randon S.A. - Veículos e Implementos	1.535.122,46	
Satipel Industrial S.A. ...	<u>26.567.165,56</u>	153.728.442,80 0,67%
Para participação no capital social de Aços Finos Piretini S.A.	<u>104.591.794,63</u>	<u>0,45%</u>
	<u>4.857.229.348,16</u>	<u>21,12%</u>

Com referência ao imposto sobre a transmissão de bens imóveis, sua contribuição na receita arrecadada foi de Cr\$ 689.403.125,58. Sua evolução no último quinquênio, assim se expressa:

Ano	Arrecadação	Índice	Percentagem de aumento em relação ao ano anterior
1975	114.554.348,52	100	-
1976	187.527.817,91	164	64%
1977	287.290.807,66	233	43%
1978	400.672.771,18	350	50%
1979	689.403.125,58	611	75%

Texas

A arrecadação das três taxas propiciou ao Estado ingressos no valor

de Cr\$ 344.130.127,30. Com exceção da taxa de cooperação-ovinos, as demais ultrapassaram a estimativa orçamentária, como se verifica na demonstração que segue:

	Previsão	Arrecadação		Diferença
Taxa de serviços diversos	175.500.000,00	233.349.764,57	+	57.849.764,57
Taxa judiciária	35.150.000,00	110.222.747,77	+	75.072.747,77
Taxa de cooperação-ovinos	<u>600.000,00</u>	<u>557.614,96</u>	-	<u>42.385,04</u>
	211.250.000,00	344.130.127,30	+	132.880.127,30
	*****	*****		*****

O comportamento da arrecadação produzida pelas taxas, nos últimos cinco anos, é o seguinte:

	Ano	Arrecadação	Índice de aumento
Taxa de serviços diversos	1975	73.597.565,85	100
	1976	91.094.599,82	124
	1977	116.166.274,79	158
	1978	169.948.100,79	231
	1979	233.349.764,57	317
Taxa judiciária	1975	8.536.292,77	100
	1976	11.226.315,93	132
	1977	18.454.780,63	216
	1978	39.045.860,51	457
	1979	110.222.747,77	1281
Taxa de cooperação-ovinos	1975	170.428,94	100
	1976	318.660,13	187
	1977	257.109,24	151
	1978	365.143,31	214
	1979	557.614,96	327

Correção monetária incidente nos tributos

Cumprе ressaltar que, somente a partir de 1978, aparece com previsão

própria, excluída dos tributos sobre os quais incide, especificando, no entanto, sua vinculação aos mesmos.

De ingressos proporcionados sob esta denominação ficaram aquém das previsões em Cr\$ 5.098.835,57, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Correção monetária relativa ao imposto sobre circulação de mercadorias	55.000.000,00	50.164.333,71 -	4.835.666,29
Outras correções monetárias	<u>650.000,00</u>	<u>386.830,72 -</u>	<u>263.169,28</u>
	55.650.000,00	50.551.164,43 -	5.098.835,57
	=====	=====	=====

RECEITA PATRIMONIAL

Foram arrecadadas, neste grupo, receitas no valor de Cr\$ 310.914.996,86, ficando aquém da orçada em Cr\$ 941.695.003,14, conforme se constata no demonstrativo a seguir:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas imobiliárias	6.610.000,00	12.874.280,48 +	6.264.280,48
Participações e dividendos	1.150.000.000,00	118.903.235,32 -	1.031.096.764,68
Outras receitas patrimoniais	<u>96.000.000,00</u>	<u>179.137.481,06 +</u>	<u>83.137.481,06</u>
	1.252.610.000,00	310.914.996,86	941.695.003,14
	=====	=====	=====

A seguir uma análise mais detalhada deste grupo:

Receitas Imobiliárias

Como se pode verificar, apenas "arrendamentos" não superou a respectiva previsão.

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Aluguéis de imóveis . . .	250.000,00	536.659,32 +	286.659,32
Arrendamentos	180.000,00	36.183,60 -	123.816,40
Foros	1.200.000,00	1.356.576,65 +	156.576,65
Laudêmios	<u>5.000.000,00</u>	<u>10.944.860,91 +</u>	<u>5.944.860,91</u>
	6.610.000,00	12.874.280,48 +	6.264.280,48
	=====	=====	=====

Participações e dividendos

As receitas proporcionadas sob esta classificação referem-se aos dividendos de sociedades anônimas em que o Estado detém ou não o controle acionário. No exercício em exame, o total arrecadado foi de Cr\$ 118.903.235,32, muito inferior ao previsto, como segue:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Bancos	35.000.000,00	30.387.393,21 -	4.612.606,79
Outras sociedades de eco nomia mista	1.115.000.000,00	60.061.981,48 -	1.054.938.018,52
Outras participações ...	-	28.453.860,63 +	28.453.860,63
	<u>1.150.000.000,00</u>	<u>118.903.235,32 -</u>	<u>1.031.096.764,68</u>
	=====	=====	=====

O total de Cr\$ 118.903.235,32, arrecadado sob esta designação, é próveniente das seguintes empresas:

Bancos

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	24.590.218,96	
Banco Sul Brasileiro S.A.	2.433,99	
Banriul Distribuidora de Títulos e Valo- res Mobiliários S.A.	<u>5.794.740,26</u>	30.387.393,21

Outras Sociedades de Economia Mista

Companhia Rio-Grandense de Telecomunica- ções		60.061.981,48
--	--	---------------

Outras Participações

Agrale S.A. - Tratores e Motores	663.362,00	
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.	740.171,46	
Petróleo Brasileiro S.A.	23.272.457,68	
Telecomunicações de São Paulo S.A.	2.346,24	
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-granden- se)	<u>3.775.523,25</u>	<u>28.453.860,63</u>
		<u>118.903.235,32</u>
		=====

Outras receitas patrimoniais

Os ingressos sob este título totalizaram a importância de Cr\$
179.137.481,06, superando em 87% a respectiva previsão, conforme se demonstra:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Juros diversos	9.000.000,00	70.113.603,38 +	61.113.603,38
Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	7.000.000,00	6.684.062,52 -	315.937,48
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual	<u>80.000.000,00</u>	<u>102.339.815,16</u> +	<u>22.339.815,16</u>
	96.000.000,00	179.137.481,06 +	83.137.481,06
	=====	=====	=====

A arrecadação a maior de Cr\$ 61.113.603,38 em juros diversos resultou, principalmente, da apropriação de juros, quando da subscrição das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado, pela decorrência de prazo, e quando da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

No que se refere ao Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, o excesso de arrecadação deveu-se ao excelente resultado operacional, fruto da gestão administrativa desenvolvida pela Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

RECEITA INDUSTRIAL

Atingiram o montante de Cr\$ 104.549.355,00 os ingressos provenientes dos serviços industriais do Estado, superando a estimativa em Cr\$ 39.469.355,00. Ao contrário do que vinha ocorrendo em anos anteriores, a quase totalidade dos órgãos incorporaram os referidos ingressos à Receita Geral do Estado, conforme demonstração que segue:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas dos Serviços Gráficos do Tribunal de Justiça	750.000,00	1.219.110,90	+ 469.110,90
Receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde ...	20.000.000,00	16.149.721,12	- 3.850.278,88
Receitas vinculadas ao Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário	42.200.000,00	85.601.151,90	+ 43.401.151,90
Receitas vinculadas ao Fundo do Penitenciário	2.130.000,00	-	- 2.130.000,00
Receitas vinculadas ao Fundo Especial de Reaparelhamento dos Serviços de Segurança Pública	-	1.579.371,08	+ 1.579.371,08
	<u>65.080.000,00</u>	<u>104.549.355,00</u>	<u>+ 39.469.355,00</u>
	*****	*****	*****

Os serviços industriais, que constituem o Fundo Estadual de Saúde, proporcionaram as seguintes receitas:

Equipe de Prevenção e Combate ao Câncer Ginecológico ..	1.217.578,11
Escola de Saúde Pública	97.000,00
Equipe de Inspeção Veterinária	259.072,82
Hospital Colônia Itapoã	165.126,73
Hospital Psiquiátrico São Pedro	14.358.455,53
Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul	4.530,00
Receitas Diversas	<u>49.958,13</u>
	<u>16.149.721,12</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Os ingressos, neste grupo, alcançaram o montante de Cr\$
2.297.504.918,11, superando em Cr\$ 29.872.918,11 a previsão, conforme especificação a seguir:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Participação em Tributos Federais			
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (50%)	327.545.000,00	320.988.527,50 -	6.556.472,50
Cota-parte da Taxa Rodoviária Única (30%) ...	202.000.000,00	141.646.331,34 -	60.353.668,66
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (§ 1º do art. 23 e § 2º do art. 24 da Constituição Federal)	294.260.000,00	520.385.470,38 +	226.125.470,38
Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas (30%)	21.000.000,00	20.303.030,30 -	696.969,70
Participações diversas			
Cota-parte do Salário-Educação	300.000.000,00	-	300.000.000,00
Contribuições da União			
Contribuição para o programa de Cooperação Técnica	500.000,00	1.500.000,00 +	1.000.000,00
Compensação relativa ao ICM - Convênios	950.000.000,00	1.249.369.701,01 +	299.369.701,01
Salário-Educação Cota-Federal	600.000,00	-	600.000,00
Contribuição para Programas de Qualificação e Assistência ao Trabalhador	132.589.000,00	-	132.589.000,00
Contribuições dos Municípios			
Para o Empréstimo Externo da Prefeitura de Pelotas	75.000,00	-	75.000,00
Contribuições Diversas			
Contribuição de Melhoria de Proventos de Servidores Inativos ..	150.000,00	164.186,66 +	14.186,66
Renda Líquida da Exploração dos Serviços Lotéricos	18.791.000,00	24.750.089,12 +	5.959.089,12

Sobretaxa ao Preço de Venda dos Bilhetes da Loteria	<u>20.122.000,00</u>	<u>18.397.581,80</u>	-	<u>1.724.418,20</u>
	2.267.632.000,00	2.297.504.918,11	+	29.872.918,11
	*****	*****		*****

Examinando os dados em apreço, destaca-se a receita proveniente dos estímulos fiscais transferidos da União, como compensação pelo imposto sobre circulação de mercadorias que o Estado deixou de arrecadar. Esses incentivos foram concedidos através de convênios entre os Governos Estaduais e Federal, os quais são especificados a seguir, indicada a respectiva compensação:

ICM sobre carne bovina e ovina				
Convênio AE-1/73, alterado pelo Convênio AE/10/74, aprovados pelos Decretos Legislativos nºs 3.045, de 14 de maio de 1973, e 3.221, de 28 de dezembro de 1974, respectivamente, e Convênio ICM-35/75, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.375, de 28 de novembro de 1975				459.473.463,04
ICM sobre a carne suína				
Convênio ICM-52/75, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.413, de 24 de dezembro de 1975				307.111.970,56
ICM sobre o trigo				
Convênio ICM-10/77, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.654, de 1º de setembro de 1977				<u>482.784.267,41</u>
				1.249.369.701,01

Merece destaque também, pela sua expressividade, a receita proveniente do imposto de renda retido na fonte (§ 1º do art. 23 e § 2º do art. 24 da Constituição Federal) que, no exercício examinado, atingiu o valor de Cr\$ 520.385.470,38, superando em Cr\$ 226.125.470,38 a respectiva previsão. O comportamento desta receita, nos últimos cinco anos, assim se expressa:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1975	73.913.852,51	100	-
1976	118.014.103,14	160	60%
1977	154.055.393,28	208	31%

1978	269.187.764,34	364	75%
1979	520.385.470,38	704	93%

A participação do Estado na cota-parte do salário-educação, transferida pela União, continue a ser utilizada diretamente pela Secretaria de Educação, à margem da Lei de Orçamento, eis que nenhum ingresso foi registrado na Receita Geral do Estado. Essa mecânica, que conflita com as normas gerais de direito financeiro, vem sendo adotada desde que foi criado o salário-educação, através da Lei Federal nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.

RECEITAS DIVERSAS

As receitas classificadas neste grupo atingiram o total de Cr\$ 986.781.187,40, ultrapassando a estimativa em Cr\$ 362.390.187,40.

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Multas do imposto sobre circulação de mercadorias ...	200.000.000,00	198.017.509,54 -	1.882.490,46
Multas do imposto sobre transmissão de bens imóveis	500.000,00	1.779.542,41 +	1.279.542,41
Multas das taxas sobre a prestação de serviços	501.000,00	462.098,01 -	38.901,99
Multas de cobrança de dívida ativa	360.000,00	41.427.683,87 +	41.067.683,87
Multas de infração de trânsito	50.000.000,00	48.366.984,09 -	1.633.035,91
Multas de fiscalização sanitária	200.000,00	553.462,40 +	353.462,40
Multas de fiscalização da febre aftosa	100.000,00	119.266,25 +	19.266,25
Outras multas	200.000,00	973.633,88 +	773.633,88
Reembolso pela União de proventos de inativos ferroviários	200.000.000,00	448.569.093,96 +	248.569.093,96
Indenização por danos ao patrimônio do Estado	30.000,00	90.116,04 +	60.116,04
Outras indenizações ou restituições	5.000.000,00	91.858.284,73 +	86.858.284,73
Dívida ativa referente ao ICM	150.000.000,00	79.798.163,13 -	70.201.836,87

Dívida ativa de outras origens	10.000.000,00	591.214,11	-	9.408.785,89
Receitas de exercícios anteriores	1.000.000,00	1.949.337,82	+	949.337,82
Outras receitas eventuais	2.000.000,00	3.404.369,66	+	1.404.369,66
Consignatários	4.500.000,00	6.001.031,25	+	1.501.031,25
Comissão cobrança da dívida ativa		6.279.580,71	+	6.279.580,71
Acréscimo de incentivo na arrecadação administrativa		8.859.437,66	+	8.859.437,66
Correção monetária relativa ao ICM em dívida ativa ...	-	47.448.113,91	+	47.448.113,91
Correção monetária relativa a outras dívidas ativas ..	-	61.683,18	+	61.683,18
Outras correções monetárias	-	170.620,99	+	170.620,99
.....	624.391.000,00	986.781.187,40	+	362.390.187,40

A receita de maior expressão é, sem dúvida, a referente ao reembolso, pela União, de proventos de servidores ferroviários inativos, de sua responsabilidade e pagos pelo Estado. O montante nesta rubrica alcançou o valor de Cr\$ 448.569.093,96, ultrapassando a previsão em Cr\$ 248.569.093,96, que corresponde a 124% acima do estimado, muito embora no exercício sob exame não tenha havido qualquer recolhimento por parte da União, registrando-se, porém, o direito do Estado.

Logo após, surge, pelo volume de ingressos, a receita originária da imposição de multas, que, a partir do exercício passado, são especificadas as origens.

Para um estudo comparativo do último quinquênio, torna-se necessário aglutinarmos multas dos últimos dois anos, a fim de acompanhar a sistemática dos exercícios passados:

Ano	Arrecadação em multas	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1975	77.174.141,82	
1976	38.412.458,66	28%
1977	11.076.414,23	54%

1978	209,350,876,03	39%
1979	291.700.160,25	39%

Aparecem em terceiro lugar, com o total de Cr\$ 91.858.264,73, outras indenizações ou restituições, ficando além de sua previsão em Cr\$ 86.858.264,73. Esta receita é proveniente, na maior parte, do cancelamento de resíduos passivos formados em exercícios anteriores, em contrapartida da despesa orçamentária e também da restituição efetuada pela COHAB-RS - Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de Cr\$ 27.387.074,90, relativa a operações que o Estado mantém com aquela entidade.

Deve-se destacar também a cobrança da dívida ativa do imposto sobre circulação de mercadorias, que atingiu a importância de Cr\$ 79.798.163,13, ficando aquém da previsão em Cr\$ 70.201.836,87, ou seja, 47%.

Segue um demonstrativo da cobrança da dívida nos últimos cinco anos, com seu comportamento em relação ao saldo existente no fim de cada exercício.

Ano	Dívida ativa	Recebimento da dívida ativa inscrita	Percentagem da dívida ativa cobrada
1975	579.731.598,68	43.081.856,35	7,4%
1976	677.816.971,11	47.760.159,83	7,0%
1977	910.201.581,26	87.083.908,09	9,6%
1978	1.270.834.178,68	81.341.874,46	6,4%
1979	4.442.310.850,23	80.389.377,24	1,8%

Ressalte-se que, pela primeira vez, aparecem desdobradas as receitas provenientes de correção monetária, relativas ao imposto sobre circulação de mercadorias em dívida ativa, referentes a outras dívidas ativas e correspondentes a outras correções monetárias, atingindo Cr\$ 47.448.113,91, Cr\$ 61.683,18 e Cr\$ 170.620,99, respectivamente.

2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

Sob esta categoria econômica, as receitas atingiram o montante de Cr\$ 7.997.150.294,21, correspondendo Cr\$ 6.492.098.384,78 de operações de crédito, Cr\$ 1.359.861.464,29 de transferências do Governo da União e os restantes Cr\$ 145.190.445,14 às demais rubricas classificadas nesta categoria.

Segue-se uma análise minuciosa dessas receitas:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Representando 81% das receitas de capital, as operações de crédito assim se discriminam:

a) Em títulos:

Empréstimos Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul-ORTE-RS, autorizados pela Lei nº 6.465, de 15.12.72

Dec. 28.049, de 12.12.78 - 15a. série ..	883.990.685,72	
Dec. 28.659, de 26.03.79 - 16a. série ..	1.267.976.600,00	
Dec. 29.911, de 26.11.79 - 18a. série ..	<u>2.502.569.500,00</u>	4.654.536.785,72

b) Por contratos:

Internos

Empréstimo autorizado pela Lei nº 6.284, de 25.10.71

Contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

para execução de obras de equipamento comunitário para beneficiamento de conjunto habitacional, contrato de 16.01.78 - 86.381 UPC

	5.605.105,56	
--	--------------	--

Empréstimos autorizados pela Lei nº 6.633,
de 30.11.73, alterada pelas Leis de nºs
6.959, de 30.12.75, e 7.252, de 12.01.79

Contratados com o Banco do Estado do Rio
Grande do Sul S.A.

para financiamento de obras de energia elé- trica no núcleo habitacional "Charquea- das", contrato de 30.07.76 - 5.402 UPC ..	27.084,73
idem, Santa Maria - contrato de 30.07.76 - 20.462 UPC	4.338.145,54
para financiamento de obras de instalação de água potável e energia elétrica no con- junto habitacional "Presidente Costa e Silva", contrato de 30.07.76 - 25.138 UPC	1.027.162,27
para financiamento de obras de terraplena- gem, arruamentos, drenagem, pavimentação, áreas verdes e iluminação pública do nú- cleo habitacional de Caxias do Sul, con- trato de 30.07.76 - 85.380 UPC	5.719.208,16
para financiamento de obras viárias, pavi- mentação, esgoto misto e iluminação públi- ca do núcleo habitacional "Charqueadas", contrato de 30.07.76 - 98.138 UPC	5.153.506,89
idem, no conjunto habitacional Presidente Costa e Silva, contrato de 30.07.76, - 189.224 UPC	20.534.461,56
idem, no de Santa Maria, contrato de 30. .07.76 - 218.487 UPC	32.840.300,03
para construção de creche, centro comunitá- rio, praça e passeios, no núcleo habita- cional de Montenegro, contrato de 10.11. .76 - 15.586 UPC	4.118.724,72
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação, esgoto pluvial e iluminação pública no núcleo habitacional de Rio Grande, contrato de 10.11.76 - 71.899 UPC	4.943.224,06
para aquisição de terrenos destinados a u- tilização do PLANHAP-RS em diversos muni- cípios do Estado, contrato de 16.11.76 - 1.212.192 UPC	194.070.095,33
para execução de obras de água potável e energia elétrica no conjunto habitacional de Novo Hamburgo, contrato de 13.12.76 - 4.208 UPC	597.934,86

para construção de creche e praças, no núcleo habitacional de Novo Hamburgo, contrato de 13.12.76 - 7.939 UPC	583.466,44
para financiamento de obras de infra-estrutura para beneficiamento do núcleo habitacional de Novo Hamburgo, obras de terraplenagem, pavimentação e esgoto pluvial, contrato de 13.12.76 - 27.999 UPC	1.169.353,03
para execução de obras de energia elétrica (distribuição e iluminação pública) no núcleo habitacional de Ijuí, contrato de 14.12.76 - 15.848 UPC	4.771.198,14
para construção de centro comunitário, creche, posto policial e praças no núcleo habitacional de Ijuí, contrato de 14.12.76 - 32.800 UPC	6.905.861,82
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação e esgoto pluvial, no núcleo habitacional de Ijuí, contrato de 14.12.76 - 72.603 UPC	5.184.094,61
para execução de obras de redes de água potável e energia elétrica, no núcleo habitacional de Erechim - contrato de 05.05.77 - 2.032 UPC	488.935,94
para execução de obras de redes de água potável e de energia elétrica (distribuição domiciliar) e iluminação pública, no conjunto habitacional de São Luís Gonzaga, contrato de 05.05.77 - 2.404 UPC	361.552,95
para execução de obras de distribuição de energia elétrica, iluminação pública e redes de água potável, no conjunto habitacional de Cruz Alta, contrato de 05.05.77 - 4.057 UPC	942.528,72
para execução de obras de redes de água potável e energia elétrica, no conjunto habitacional de Sapucaia do Sul, contrato de 05.05.77 - 6.851 UPC	975.068,92
para execução de obras de redes de água potável, energia elétrica e esgoto sanitário misto, no conjunto habitacional de Carazinho, contrato de 05.05.77 - 8.496 UPC ...	60.995,16
para construção de centro comunitário e áreas verdes, no conjunto habitacional de Carazinho, contrato de 05.05.77 - 9.195 UPC .	270.581,84
para construção de centro social e praças, no conjunto habitacional de Sapucaia do Sul, contrato de 05.05.77 - 10.359 UPC	3.325.013,27

para construção de centro comunitário, áreas verdes, canchas de esportes e creches, no núcleo habitacional de Erechim, contrato de 05.05.77 - 11.281 UPC	1.509.980,27
para obras de redes de água potável, energia elétrica e esgoto sanitário misto, do conjunto habitacional da Estrela, contrato de 05.05.77 - 11.317 UPC	533.400,95
para execução de terraplenagem, pavimentação e arborização, no conjunto habitacional de Pinheiro Machado, contrato de 05.05.77 - 12.535 UPC	10.108,76
para execução de obras de terraplenagem e pavimentação, no conjunto residencial de Estrela, contrato de 05.05.77 - 12.925 UPC ..	1.238.532,11
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação e arborização das ruas no conjunto habitacional de Cerazinho, contrato de 05.05.77 - 14.237 UPC	1.158.286,94
para construção de praça, creche e centro comunitário no conjunto habitacional de Santa Cruz do Sul, contrato de 05.05.77 - 15.562 UPC	372.299,77
para construção de praça, creche e centro comunitário no conjunto habitacional de Camaquã, contrato de 05.05.77 - 15.973 UPC	3.285.101,26
para construção de centro comunitário, creche e praça no conjunto residencial de Estrela, contrato de 05.05.77 - 16.095 UPC ..	3.708.543,56
para redes de água potável, energia elétrica, esgoto sanitário misto do conjunto habitacional de Camaquã, contrato de 05.05.77 - 16.627 UPC	585.917,05
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação e rede de esgoto no núcleo habitacional de Erechim, contrato de 05.05.77 - 16.971 UPC	755.967,40
para construção de centro comunitário, creche e paisagismo (praça) no conjunto habitacional de São Luiz Gonzaga, contrato de 05.05.77 - 17.874 UPC	1.729.139,99
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação e esgoto pluvial no núcleo habitacional de Cruz Alta, contrato de 05.05.77 - 19.282 UPC	1.046.840,45

para construção de praças, creches e centro comunitário no conjunto habitacional de Sapiranga, contrato de 05.05.77 - 22.252 UPC	5.674.765,75
para redes de esgoto sanitário misto, água potável, energia elétrica do conjunto habitacional de Santa Cruz do Sul, contrato de 05.05.77 - 22.612 UPC	2.514.292,15
para execução de obras de água potável, energia elétrica e esgoto sanitário misto, no conjunto habitacional de Sapiranga, contrato de 05.05.77 - 24.500 UPC	2.094.596,57
para construção de creche, posto policial, centro comunitário e áreas verdes no conjunto habitacional de Esteio, contrato de 05.05.77 - 27.693 UPC	6.145.635,40
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação e arborização das ruas do conjunto habitacional de Sapiranga, contrato de 05.05.77 - 31.520 UPC	2.519.130,85
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação e esgoto pluvial no núcleo habitacional de São Luiz Gonzaga, contrato de 05.05.77 - 34.772 UPC	1.937.003,91
para execução de obras de redes de água potável, energia elétrica e esgoto cloacal no conjunto habitacional "Fragata", Pelotas, contrato de 05.05.77 - 41.543 UPC ...	1.007.841,09
para obras de terraplenagem e pavimentação do conjunto habitacional de Santa Cruz do Sul, contrato de 05.05.77 - 42.955 UPC ...	3.236.920,38
para construção de creche, centro comunitário, delegacia de polícia e praças no conjunto habitacional "Fragata", Pelotas, contrato de 05.05.77 - 43.875 UPC	1.218.705,18
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação e rede de esgoto pluvial no conjunto habitacional de Sapucaia do Sul, contrato de 05.05.77 - 60.193 UPC	4.123.000,85
para execução de obras de terraplenagem, pavimentação e esgoto pluvial no conjunto habitacional "Fragata", Pelotas, contrato de 05.05.77 - 115.693 UPC	24.047.277,75
para redes de esgoto sanitário misto, água potável e energia elétrica do conjunto habitacional de Campo Bom, contrato de 31.05.77 - 15.630 UPC	1.296.169,54

para áreas verdes, creche e centro comunitário do conjunto habitacional de Campo Bom, contrato de 31.05.77 - 16.111 UPC ..	3.565.327,98
para redes de água potável, energia elétrica e esgoto sanitário do conjunto habitacional Esteio nº 1, contrato de 31.05.77 - 30.652 UPC	2.938.811,42
para obras de terraplenagem e pavimentação do conjunto habitacional Campo Bom, contrato de 31.05.77 - 31.166 UPC	3.638.809,23
para terraplenagem, obras viárias e drenagem pluvial do conjunto habitacional Esteio nº 1, contrato de 31.05.77 - 76.378 UPC	17.143.984,91
para construção de centros comunitários, nos municípios, contrato de 16.06.77 - 14.868 UPC	1.153.526,28
para redes de esgoto sanitário misto, água e energia elétrica do conjunto habitacional Santa Cruz do Sul, contrato de 26.06.77 - 4.424 UPC	286.432,44
para redes de água potável, energia elétrica e esgoto do conjunto habitacional São Gabriel, contrato de 20.06.77 - 16.680 UPC	57.361,86
para construção de creche, posto policial, centro comunitário e área verde do conjunto habitacional de São Gabriel, contrato de 20.06.77 - 17.486 UPC	4.750.180,98
para obras de terraplenagem e pavimentação do conjunto habitacional de Santa Cruz do Sul, contrato de 20.06.77 - 22.206 UPC ..	2.434.860,78
para terraplenagem e obras viárias do conjunto habitacional São Gabriel, contrato de 20.06.77 - 32.815 UPC	2.797.115,63
para obras de equipamentos comunitários para beneficiamento do conjunto habitacional Passo Fundo, contrato de 29.12.77 - 23.312 UPC	5.521.019,78
para redes de água potável, energia elétrica e esgoto sanitário do conjunto habitacional Esteio, contrato de 29.12.77 - 30.652 UPC	3.283.763,34
para execução de obras de infra-estrutura do conjunto habitacional Passo Fundo, contrato de 29.12.77 - 58.581 UPC	6.140.748,73

para financiamento de áreas verdes, centro comunitário e creche no conjunto habitacional de Santa Rosa, contrato de 09.02.78 - 16.062 UPC	5.080.985,80
para execução de equipamentos comunitários públicos (creche, centro comunitário, áreas verdes e praças) no conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78-17.047 UPC	2.948.028,50
para execução de obras no centro comunitário, creche e praças no conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78-17.506 UPC	3.843.227,11
para execução de obras de urbanização (terraplenagem e pavimentação) no conjunto habitacional de Santa Rosa, contrato de 09.02.78 - 17.699 UPC	876.842,33
para execução de obras de urbanização (redes de água potável, energia elétrica e esgoto misto), no conjunto habitacional de Santa Rosa, contrato de 09.02.78 - 25.362 UPC	1.241.374,62
para execução de creche, delegacia, centro comunitário, áreas verdes e praças, no conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78 - 30.484 UPC	5.859.659,97
para execução de obras de urbanização (água potável, energia elétrica, esgoto sanitário) no conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78 - 35.311 UPC	9.274.806,50
para obras de urbanização (água, esgoto, e energia elétrica) no conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78 - 39.118 UPC	10.043.545,28
para execução de urbanização (água, esgoto e energia elétrica) no conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78 - 54.788 UPC	14.701.775,18
para execução de obras de urbanização (terraplenagem, obras viárias, drenagem pluvial e arborização de ruas) do conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78 - 115.954 UPC	21.639.131,92
para execução de obras de terraplenagem, drenagem, obras viárias e arborização, no conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78 - 123.572 UPC	18.398.315,89

para obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional de Gravataí, contrato de 09.02.78 - 158.887 UPC	31.286.851,36
para obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional de Santa Rosa, contrato de 09.06.78 - 10.300 UPC	875.512,94
para obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional Santa Rosa, contrato de 09.06.78 - 26.450 UPC .	3.365.548,74
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Uruguaiana, contrato de 29.09.78 - 23.301 UPC	4.949.238,39
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Uruguaiana, contrato de 29.08.78 - 85.038 UPC	23.566.306,92
para obras de equipamentos comunitários (área verde, centro comunitário, creche e posto policial) para beneficiamento do conjunto habitacional Uruguaiana, contrato de 04.09.78 - 27.258 UPC	8.873.076,24
para execução de áreas verdes para beneficiamento do conjunto habitacional Três de Maio, contrato de 10.10.78 - 2.856 UPC ..	1.025.031,21
para obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional Três de Maio, contrato de 10.10.78 - 5.500 UPC ..	1.973.166,24
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional Três de Maio, contrato de 10.10.78 - 11.261 UPC	3.912.462,68
para obras de infra-estrutura, para beneficiamento do conjunto habitacional de Guaiíba (destinação exclusiva: construção de uma delegacia de polícia), contrato de 09.01.79 - 2.460 UPC	854.958,24
para obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional de Não Me Toque, destinação exclusiva: execução de obras de urbanização, redes de água potável e energia elétrica, contrato de 09.01.79 - 2.641 UPC	934.477,46
para obras de infra-estrutura, para beneficiamento do conjunto habitacional de Lavras do Sul, contrato de 09.01.78 - 6.613 UPC	2.241.373,53
para obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional Não Me	

Toque (destinação exclusiva: execução de obras de urbanização), contrato de 09.01.79 - 9.468 UPC	2.893.985,47
para obras de urbanização (obras viárias, drenagem pluvial e arborização de ruas) para beneficiamento do conjunto habitacional de Viamão, contrato de 09.01.79 - 11.026 UPC	1.421.679,25
para obras de urbanização (terraplenagem, obras viárias e arborização de ruas) para beneficiamento do conjunto habitacional de Lajeado, contrato de 09.01.79 - 31.667 UPC	3.083.445,35
para obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional de Santana do Livramento, contrato de 09.01.79 - 51.468 UPC	17.969.767,03
para obras de urbanização (terraplenagem, obras viárias e drenagem pluvial) para beneficiamento do conjunto habitacional de São Leopoldo, contrato de 09.01.79 - 147.871 UPC	9.542.351,06
para execução da rede de energia elétrica, abastecimento de água e iluminação pública para beneficiamento do conjunto habitacional de Jaguarão, contrato de 13.02.79 - 2.947 UPC	651.157,63
para beneficiamento do conjunto habitacional de Jaguarão, contrato de 13.02.79 - 4.064 UPC	116.235,47
para obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional de Panambi, contrato de 13.02.79 - 9.311 UPC .	3.824.821,68
para execução de obras de urbanização para beneficiamento do conjunto habitacional de Santa Vitória do Palmar, contrato de 13.02.79 - 12.308 UPC	4.638.114,59
para obras de urbanização compreendendo terraplenagem, obras viárias e drenagem pluvial do conjunto habitacional de Alegrete, contrato de 13.02.79 - 18.643 UPC	6.186.718,56
para beneficiamento do conjunto habitacional de Jaguarão (destinação exclusiva: execução de obras de terraplenagem, pavimentação, esgoto misto, arborização de ruas), contrato de 13.02.79 - 18.851 UPC	4.608.094,80

para execução de obras de urbanização (terraplenagem, obras viárias e arborização de ruas) do conjunto habitacional de Campo Bom, contrato de 13.02.79 - 34.592 UPC ..	4.087.178,59
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Júlio de Castilhos, contrato de 13.02.79 - 52.907 UPC	3.429.683,48
para beneficiamento do conjunto habitacional de Alegrete (destinação exclusiva: construção do centro comunitário), contrato de 19.02.79 - 2.785 UPC	677.401,52
para obras de urbanização (terraplenagem, obras viárias e esgoto pluvial) para beneficiamento do conjunto habitacional de Rosário do Sul, contrato de 02.03.79 - 38.213 UPC	10.285.147,22
para construção de praça no conjunto habitacional nº 2 de Lavras do Sul, contrato de 16.04.79 - 1.693 UPC	617.645,52
para execução de obras de infra-estrutura para beneficiamento do conjunto habitacional nº 2 de Lavras do Sul (destinação exclusiva: urbanização, compreendendo água potável, energia elétrica, esgoto), contrato de 16.04.79 - 4.607 UPC	1.764.871,99
para centro comunitário, creche e praça no conjunto habitacional de Sant'ana do Livramento, contrato de 16.04.79 - 9.399 UPC	1.670.138,44
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Sant'ana do Livramento, contrato de 16.04.79 - 15.625 UPC	4.717.947,26
para obras de equipamento comunitário (praça) para beneficiamento do conjunto habitacional de Não Me Toque, contrato de 04.05.79 - 1.718 UPC	370.360,55
para obras de equipamento comunitário para beneficiamento do conjunto habitacional de Itaqui, contrato de 04.05.79 - 2.994 UPC	289.522,73
para obras de urbanização (abastecimento d'água e energia elétrica) para beneficiamento do conjunto habitacional de Lageado, contrato de 04.05.79 - 3.001 UPC	609.583,38
para obras de urbanização (rede de água potável, de distribuição de energia elétrica e iluminação pública) para beneficiamento do conjunto habitacional de Panam-	

bi, contrato de 04.05.79 - 3.383 UPC	751.395,77
para complementação de urbanização de lotes para beneficiamento do conjunto habitacional de Lageado, contrato de 04.05.79 - 7.831 UPC	1.079.047,01
para obras de urbanização compreendendo terraplenagem, obras viárias e esgoto misto para beneficiamento do conjunto habitacional de Lageado, contrato de 04.05.79 - 9.613 UPC	1.321.053,50
para obras de urbanização (rede de água potável e energia elétrica) para beneficiamento do conjunto habitacional de Rosário do Sul, contrato de 04.05.79 - 10.156 UPC	2.475.912,19
para construção do centro comunitário e praça para beneficiamento do conjunto habitacional de Rosário do Sul, contrato de 04.05.79 - 11.763 UPC	235.784,74
para complementação de urbanização de lotes (obras viárias, abastecimento d'água e energia elétrica) para beneficiamento do conjunto habitacional de Uruguaiana, contrato de 04.05.79 - 11.904 UPC	1.110.868,65
para construção de 20 salões comunitários em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, contrato de 04.05.79 - 19.560 UPC	7.553.736,61
para execução de obras de urbanização (redes de água potável, energia elétrica e iluminação pública), no conjunto habitacional de Viamão, contrato de 28.06.79 - 3.552 UPC	413.990,64
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Júlio de Castilhos, contrato de 28.06.79 - 7.618 UPC	1.181.169,31
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Campo Bom, contrato de 28.06.79 - 15.880 UPC	1.163.324,07
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de São Leopoldo, contrato de 28.06.79 - 47.769 UPC	1.803.590,09
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Alegrete, contrato de 26.07.79 - 10.217 UPC	2.938.410,35
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Santa Vitória	

do Palmar, contrato de 23.08.79 - 4.013 UPC	1.619.250,76
para execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional de Lageado, con- trato de 23.08.79 - 11.780 UPC	3.863.623,76
para obras de equipamento comunitário para beneficiamento do conjunto habitacional de Santa Maria, contrato de 20.11.79 - 20.681 UPC	428.840,76
Empréstimo autorizado pela Lei nº 6.949, de 23 de dezembro de 1975	
Contratado com a Caixa Econômica Federal	
para construção de prédios escolares e a- quisição de equipamentos destinados ao en- sino de 1º grau zona rural, contrato de 24.02.76 - 116,6 milhões	4.935.437,00
Empréstimo autorizado pela Lei nº 6.962, de 30 de dezembro de 1975	
Contratado com a Caixa Econômica Federal	
para a construção de prédios escolares pa- ra o ensino de primeiro grau em zonas ur- banas, contrato de 15.10.76 - 383 milhões	50.000.000,00
Empréstimo autorizado pela Lei nº 6.989, de 2 de julho de 1976	
Contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	
para complementar a integralização do Fun- do de financiamento para água e esgotos, contrato de 03.10.79 - 1.190.021,60 UPC .	21.984.104,32
Empréstimo autorizado pela Lei nº 7.056, de 30 de dezembro de 1976, alterada pelas Leis nºs 7.123, de 28.12.77, 7.243, de 29.12.78 e 7.335, de 31.12.79	
Contratado com a Caixa Econômica Federal	
para construção e complementação de 10 uni- dades de CSU em diferentes municípios do Estado, contrato de 20.12.77 - 35 milhões	23.105.600,00
Empréstimos autorizados pela Lei nº 7.070, de 11 de abril de 1977	
Contratados com o Banco Regional de Desen- volvimento do Extremo-Sul	
para elaboração de estudos e projetos de implantação do Polo Petroquímico, contra- to de 02.06.77 - 382.320 UPC	27.356.693,76

para planejamento e projetos complementares da 1a. fase do distrito industrial, complexo portuário e industrial de Rio Grande, contrato de 02.06.77 - 90.600 UPC	6.523.654,02
idem, contrato de 20.12.78 - 1.802.285 UPC	607.940.631,91
Contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	
para refinanciamento da execução de obras de apoio urbano, municípios de Montenegro e Triunfo, contrato de 23.11.77 - 321.292 UPC	15.733.617,92
para execução de obras de apoio urbano necessário a implantação da 1a. etapa do Polo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul, contrato de 26.10.78 - 1.114.288 UPC	108.427.332,80
Empréstimo autorizado pela Lei nº 7.186, de 19 de setembro de 1978	
Contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	
para financiamento parcial do programa de operações com micro empresas através do Fungapen, contrato de 07.12.78 - 20 milhões	20.000.000,00
Empréstimo autorizado pela Lei nº 7.188, de 19 de setembro de 1978	
Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	
para a integralização da quota da participação do Estado no aumento de capital BADE-SUL, contrato de 21.09.79 - 179.185 ORTN	10.000.000,00
Empréstimo autorizado pela Lei nº 7.190, de 22 de setembro de 1978, alterada pela Lei nº 7.238, de 28 de dezembro de 1978	
Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	
para aumento do capital do BRDE, contrato de 13.11.78 - 507.494 ORTN	120.000.000,00
Empréstimo autorizado pela Lei nº 7.207, de 6 de dezembro de 1978	
Contratado com a Caixa Econômica Federal	
para consolidação da parcela da dívida fluante do exercício de 1978, contrato de	

22.01.79 - 80 milhões 80.661.000,00
 1.815.445.241,58

Externos

Empréstimo autorizado pela Lei nº 5.284, de 25 de outubro de 1971

Contratado com o Kreditanstalt für Wiederaufbau

para a execução de obras de controle das cheias do Rio dos Sinos, contrato 19.12.74 - DM 10 milhões

22.116.357,48 1.837.561.599,06
 6.492.098.384,78
 =====

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Sob esta denominação, aparecem as provenientes da participação do Estado em tributos federais, no valor de Cr\$ 1.249.142.465,18, e as referentes a auxílios ou contribuições da União, na importância de Cr\$ 110.718.999,11, totalizando Cr\$ 1.359.861.464,29.

Os recursos decorrentes da participação do Estado em tributos federais assim se especificam:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (50%)	327.545.000,00	320.998.527,49 -	6.556.472,51
Cota-parte do adicional ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (100%)	115.293.000,00	111.035.829,88 -	4.257.170,12
Cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica	282.500.000,00	386.240.527,54 +	103.740.527,54
Cota-parte do Imposto Único sobre Minerais	60.000.000,00	49.995.736,44 -	10.004.263,56
Cota-parte do Fundo Especial	50.000.000,00	3.000.000,00 -	47.000.000,00
Cota-parte da Taxa Rodoviária Única (70%)	473.000.000,00	330.508.106,46 -	142.491.893,54
Cota-parte do Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e			

Interestadual de Pessoas e Cargas (70%)	49.000.000,00	47.373.737,37	-	1.626.262,63
	1.357.338.000,00	1.249.142.465,18	-	108.195.534,82
	*****	*****		*****

Examinando os diversos itens que compõem as transferências de capital, observa-se que apenas a cota-parte do imposto Único sobre energia elétrica atingiu um valor superior ao previsto.

Os auxílios ou contribuições recebidos da União Federal resultaram dos seguintes recursos:

Recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN/PR

Do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND para aplicação no Apoio ao Abastecimento de Hortigranjeiros - Melhoria de Estradas Vicinais	10.300.000,00
Do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas - FDAE - para aplicação no Apoio ao Abastecimento de Hortigranjeiros - Melhoria de Estradas Vicinais	21.000.000,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para aplicação no Plano Diretor do Município de Campo Bom - Convênio FNDU n° 17/78	777.500,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para aplicação no Projeto de Implantação do Cadastro Metropolitano (Sapiranga e Estância Velha) - Convênio FNDU n° 17/78	2.550.000,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para a Fundação Metroplan - Convênio FNDU n° 17/78	420.000,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para Desapropriação em Novo Hamburgo - Convênio FNDU n° 17/78	2.550.000,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para implantação de Esgotos em Campo Bom e Melhorias no Jardim Zoológico de Sapucaia do Sul - Convênio FNDU n° 17/78	970.000,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, Convênio n° 46/78, para Formação do Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO)	2.700.000,00
Do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, Convênio n° 46/78, para Formação	

do Fundo de Investimentos Urbanos (FUN-URBANO)	<u>6.300.000,00</u>	47.567.500,00
Recursos do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA - para zoneamento industrial		400.000,00
Recursos da Secretaria de Economia e Finanças - Ministério da Fazenda, para reaparelhamento da Secretaria da Fazenda		6.258.899,11
Recursos do Ministério da Indústria e Comércio, para reaparelhamento da Junta Comercial do Rio Grande do Sul		350.000,00
Recursos da Caixa Econômica Federal, à conta do FAS/Fundo Perdido, para serem aplicados no Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, processos n.ºs		
CSU/66	45.517.400,00	
CSU/101	8.455.700,00	
CSU/102	<u>2.169.500,00</u>	<u>56.142.600,00</u>
		110.718.999,11
		=====

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Os ingressos decorrentes da alienação de bens são assim especificados:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Alienação de bens móveis			
Alienação de ações	1.500.0000,00	134.113.137,48 +	132.613.137,48
Alienação de Veículos, máquinas e materiais obsoletos	1.500.000,00	3.377.655,62 +	1.877.655,62
Alienação de Bens Imóveis			
Produto de venda de imóveis	2.000.000,00	3.366.304,51 +	1.366.304,51
Produto da realização do ativo do extinto Banco Pelotense	<u>250.000,00</u>	<u>277.340,00 +</u>	<u>27.340,00</u>
	<u>5.250.000,00</u>	141.134.437,61 +	135.884.437,61
	=====	=====	=====

Assumem especial importância as receitas decorrentes da alienação de ações, na quantia de Cr\$ 134.113.137,48, a seguir discriminadas:

Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS	78.650.000,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL	27.803.538,68
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	8.093.330,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-grandense)	<u>19.766.268,00</u>
	134.113.137,48

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

Sob esta designação encontram-se os ingressos originários de Heranças Jacentes, no valor de Cr\$ 902.782,58, e de Outras Receitas, na importância de Cr\$ 3.153.224,95.

Os ingressos provenientes de outras receitas referem-se, principalmente, aos bens patrimoniais que não constaram do tombamento inicial do extinto Serviço de Saneamento do Estado, transferido à Companhia Rio-grandense de Saneamento por conta de integralização de capital.

2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

A despesa orçamentária realizada no ano fiscal de 1979 atingiu a soma de Cr\$ 36.986.136.931,89 que, segundo a natureza dos créditos, assim é composta:

	Cr\$	%
Créditos ordinários	35.291.094.673,46	95,42
Créditos especiais	<u>1.695.042.258,43</u>	<u>4,58</u>
	36.986.136.931,89	100,00
	*****	*****

Os dispêndios da Administração Centralizada, sintetizados pelos Poderes do Estado, obtiveram as seguintes participações na despesa orçamentária:

	Despesa	Participação % s/ Despesa Total
Poder Legislativo	429.428.685,56	1,16
Poder Judiciário	629.514.607,18	1,70
Poder Executivo	20.578.223.789,26	55,64
Encargos Gerais do Estado	<u>15.348.969.849,89</u>	<u>41,50</u>
	36.986.136.931,89	100,00
	*****	*****

Anexos ao Balanço Financeiro figuram algumas demonstrações sintéticas da despesa realizada à conta de créditos segundo a natureza dos recursos, por funções, órgãos, categorias econômicas e elementos.

No Volume II do Balanço Geral, os gastos do Estado estão especificados por categorias e subcategorias econômicas, elementos, rubricas, funções, programas, subprogramas, projetos e atividades, de forma sintética e analítica, quer a nível de Governo, quer a nível de Unidade Orçamentária, além do confronto da despesa autorizada com a realizada, por elemento.

2.1.2.1 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA

A despesa pode ser avaliada através dos demonstrativos que seguem.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E FUNÇÕES

A distribuição da despesa segundo os órgãos e a natureza dos créditos consta no primeiro quadro, onde se observa que, do total dos gastos realizados, 95,42 % foram através de créditos ordinários e 4,58 % através de créditos especiais. Constate-se um aumento significativo dos créditos especiais em relação ao exercício anterior, que apresentou um percentual de 1,02 % .

A Secretaria do Trabalho e Ação Social utilizou o maior volume de créditos especiais, com um total de Cr\$ 1.020.220.142,02 , destinados à implantação de Centros Sociais Urbanos e ao Plano Nacional de Habitação Popular. A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas despendeu Cr\$ 548.597.197,46 com aumento de capital da CORSAN e com o Programa de Desenvolvimento Integrado da Baía Taquari-Antas. A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações aplicou Cr\$ 57.293.100,00 no aumento de capital da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações. A Secretaria de Coordenação e Planejamento, Cr\$ 24.000.000,00 em auxílio à UFRES , com o objetivo de desenvolver uma infra-estrutura de apoio científico e tecnológico ao Pólo Petroquímico do Estado, e em auxílio ao Centro de Assistência Gerencial do Rio Grande do Sul. O Poder Judiciário, Cr\$ 19.000.000,00 em contribuições ao Fundo de Reparamento do Poder Judiciário. A Secretaria da Agricultura, Cr\$ 10.307.322,95 com o Projeto da "Colônia Nova Esperança", destinado à aquisição de gado leiteiro a ser doado às famílias de agricultores assentados no Distrito de Hulha Negra, no município de Bagé, bem como com o reparamento da Unidade de Moagem de Calcário. O Poder Executivo com Cr\$ 8.250.000,00 em auxílios à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e a alguns municípios do Estado. A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente empregou Cr\$ 4.300.000,00 na instalação da Oficina Central de Saneamento. A Secretaria da Justiça, Cr\$ 2.574.496,00 em ampliação e reformas de prédios para foros, Juizados e do Presídio de Caxias do Sul. Por último,

a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo aplicou Cr\$ 500.000,00 em auxílio à Prefeitura Municipal de Gramado.

Cabe, ainda, mencionar que as Secretarias de Trabalho e Ação Social e do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas realizaram 69,43 % e 62,72 % de sua despesa, respectivamente, através de créditos especiais.

Observa-se, no mesmo demonstrativo, que o ítem Encargos Gerais do Estado, que engloba, entre outras despesas, a amortização e os encargos da dívida pública, pagamento de inativos e pensionistas e pagamentos de sentenças judiciais, permanece com o maior percentual de gastos do exercício, 41,50 % do total, superior ao do exercício anterior em 0,07 %.

Vem a seguir, em volume de gastos, a Secretaria de Educação, com 21,18 % do total. A parcela da despesa desta Secretaria que se refere ao Salário-Educação, por falta de informações, não está incluída no total mencionado.

Além das referidas anteriormente, apresentam percentuais significativos a Secretaria da Segurança Pública, com 8,96 % , e a Secretaria dos Transportes, com 5,47 % da despesa total realizada. As demais secretarias oscilam entre 3,97 % e 0,14 % .

A despesa realizada pelos órgãos da administração estadual assim se distribui, segundo as funções:

ÓRGÃO	FUNÇÃO	Cr\$ 1.000,00	
Assembléia Legislativa	Legislativa	288.530	
	Educação e Cultura	1.651	
	Assistência e Previdência	<u>43.219</u>	333.400
Tribunal de Contas	Legislativa	95.429	
	Assistência e Previdência	<u>600</u>	96.029
Poder Judiciário	Judiciária	629.295	
	Assistência e Previdência	<u>220</u>	629.515

Governo do Estado	Judiciária	278.422	
	Administração e Planejamento	134.343	
	Agricultura	1.000	
	Desenvolvimento Regional	350	
	Indústria, Comércio e Serviços	100	
	Assistência e Previdência	51.491	
	Transporte	<u>1.000</u>	466.706
Secretaria da Justiça	Judiciária	159.127	
	Administração e Planejamento	13.986	
	Indústria, Comércio e Serviços	14.165	
	Assistência e Previdência	<u>290</u>	187.568
Secretaria de Coordenação e Planejamento	Administração e Planejamento	207.382	
	Desenvolvimento Regional	6.338	
	Educação e Cultura	55.612	
	Habituação e Urbanismo	165.036	
	Indústria, Comércio e Serviços	<u>424.932</u>	859.300
Secretaria da Fazenda	Administração e Planejamento	889.262	
	Indústria, Comércio e Serviços	10	
	Assistência e Previdência	<u>950</u>	890.222
Secretaria da Agricultura	Agricultura	<u>598.661</u>	598.661
Secretaria da Indústria e Comércio	Indústria, Comércio e Serviços	<u>541.752</u>	541.752
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	Comunicações	57.293	

	Energia e Recursos Mine- rais	<u>481.025</u>	538.318
Secretaria dos Trans- portes	Indústria, Comércio e Ser- viços	177.438 <u>1.847.368</u>	2.024.806
Secretaria de Educação	Educação e Cultura	<u>7.833.645</u>	7.833.645
Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	Saúde e Saneamento	<u>858.045</u>	858.045
Secretaria do Trabalho e Ação Social	Habitação e Urbanismo Trabalho Assistência e Previdência	1.015.736 84.200 <u>369.502</u>	1.469.438
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regio- nal e Obras Públicas	Administração e Planeja- mento Desenvolvimento Regional Indústria, Comércio e Ser- viços Saúde e Saneamento	165.435 102.983 547.072 <u>59.214</u>	874.704
Secretaria da Segurança Pública	Defesa Nacional e Seguran- ça Pública	<u>3.313.833</u>	3.313.833
Secretaria da Administra- ção	Administração e Planeja- mento	<u>71.442</u>	71.442
Secretaria de Cultura Desporto e Turismo	Indústria, Comércio e Ser- viços	<u>49.784</u>	49.784
Encargos Gerais do Estado	Judiciário Administração e Planeja- mento Desenvolvimento Regional Educação e Cultura	20.000 5.273.58. 4.684.393 420	

Indústria, Comércio e Ser- viços	600.122	
Saúde e Saneamento	209.920	
Assistência e Previdência	4.271.281	
Transporte	<u>289.249</u>	<u>15.348.969</u>
		36.986.137

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS

O segundo demonstrativo refere-se à distribuição dos recursos públicos, no exercício de 1979, segundo os setores de atividade governamental.

Constata-se que as despesas correntes alcançaram a proporção de ... 77,65% com uma redução de 1,34% em relação à do exercício anterior, indicando um pequeno acréscimo proporcional nos investimentos do Estado.

Pode-se observar uma predominância das despesas de Capital nos setores de Comunicação, Energia e Recursos Minerais, Habitação e Urbanismo, Indústria, Comércio e Transporte, devido à própria natureza dessas funções governamentais.

Créditos ordinários - Analisando as despesas segundo a natureza dos créditos, verifica-se que as dotações iniciais aprovadas para o exercício de 1979, no montante de Cr\$ 31.068.604.000,00, se elevaram para Cr\$ 38.600.912.747,23, através de suplementações.

Pode-se confrontar a despesa fixada por créditos ordinários com a despesa realizada correspondente, apurando a economia orçamentária do exercício.

Despesa fixada	38.600.912.747,23
Despesa realizada	<u>35.291.094.673,46</u>
	3.309.818.073,77

A economia orçamentária, no valor de Cr\$ 3.309.818.073,77, representa 8,6% dos créditos ordinários do exercício, superando a dos anos anteriores, onde se destacava o exercício de 1979, com 7,0%.

	1975	1976	1977	1978	1979
Saldos verificados (em milhares de cruzeiros)	254.101	606.453	1.145.218	1.173.527	3.309.818
Percentagem em relação à despesa fixada	3,0 %	5,1 %	7,0 %	4,9 %	8,6 %

A economia teve a seguinte ocorrência, por órgão:

Assembléia Legislativa	22.331.925,63
Tribunal de Contas	763.525,81
Poder Judiciário	9.567.480,90
Poder Executivo	10.818.259,22
Secretaria de Justiça	9.965.998,16
Secretaria de Coordenação e Planejamento	80.841.114,38
Secretaria da Fazenda	14.058.276,14
Secretaria de Agricultura	94.783.547,15
Secretaria de Indústria e Comércio	85.056.690,19
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	1.222.526.704,21
Secretaria dos Transportes	85.235.279,47
Secretaria de Educação	753.550.390,17
Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	24.635.718,33
Secretaria do Trabalho e Ação Social	236.940.255,96
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	2.851.134,20
Secretaria da Segurança Pública	119.411.592,13
Secretaria da Administração	93.197.833,83
Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	9.493.697,53
Encargos Gerais do Estado	418.154.551,36
Fundo de Reserva Orçamentária	15.854.099,00
	<u>3.309.818.073,77</u>

Créditos especiais - A economia verificada na utilização dos créditos especiais atingiu o total de Cr\$ 1.612.348,55.

Créditos especiais autorizados	1.696.654.606,98
Despesa Realizada	<u>1.695.042.258,43</u>
	1.612.348,55

Apenas dois órgãos realizaram economia em autorizações especiais:

Secretaria da Agricultura	1.592.677,05
Secretaria do Trabalho e Ação Social	<u>19.671,50</u>
	1.612.348,55

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES E CATEGORIAS ECONÔMICAS

Quanto à distribuição do total dos recursos do Estado pelas funções, confirma-se a preponderância da Educação e Cultura sobre as demais, com um percentual de 21,34 %, seguida de Administração e Planejamento, com 18,26 %, Desenvolvimento Regional, com 12,95% e Assistência e Previdência, com 12,81 %.

Sinteticamente, as despesas realizadas pelos órgãos segundo a natureza dos créditos e por funções segundo as categorias econômicas são demonstradas nos quadros que seguem.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA SEGUNDO OS ÓRGÃOS E A NATUREZA DOS CRÉDITOS

Órgãos	Despesa Realizada					
	Créditos ordinários	%	Créditos especiais	%	Total	%
Assembleia Legislativa	333.399.774,37	100,00	-	-	333.399.774,37	0,90
Tribunal de Contas	96.028.911,19	100,00	-	-	96.028.911,19	0,26
Poder Judiciário	610.514.607,18	96,98	19.000.000,00	3,02	629.514.607,18	1,70
Poder Executivo	458.456.360,78	98,23	8.250.000,00	1,77	466.706.360,78	1,26
Secretaria da Justiça	184.993.243,84	98,63	2.574.496,00	1,37	187.567.739,84	0,51
Secretaria de Coordenação e Planejamento	835.300.305,40	97,21	24.000.000,00	2,79	859.300.305,40	2,32
Secretaria da Fazenda	890.221.728,86	100,00	-	-	890.221.728,86	2,41
Secretaria da Agricultura	588.353.400,65	98,28	10.307.322,65	1,72	598.660.723,80	1,62
Secretaria da Indústria e Comércio	541.751.780,96	100,00	-	-	541.751.780,96	1,46
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	481.024.747,69	89,36	57.293.100,00	10,64	538.317.847,69	1,46
Secretaria dos Transportes	2.024.806.476,47	100,00	-	-	2.024.806.476,47	5,47
Secretaria de Educação	7.833.644.744,42	100,00	-	-	7.833.644.744,42	21,18
Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente	853.745.357,36	99,50	4.300.000,00	0,50	858.045.357,36	2,32
Secretaria do Trabalho e Ação Social	449.218.534,70	30,57	1.020.220.142,02	69,43	1.469.438.676,72	3,97
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	326.106.730,21	37,28	548.597.197,46	62,72	874.703.927,67	2,37
Secretaria da Segurança Pública	3.313.832.660,95	100,00	-	-	3.313.832.660,95	8,96
Secretaria da Administração	71.441.746,87	100,00	-	-	71.441.746,87	0,19
Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	49.283.711,47	98,00	500.000,00	1,00	49.783.711,47	0,14
Encargos Gerais do Estado	15.348.969.849,89	100,00	-	-	15.348.969.849,89	41,50
TOTAL	35.291.094.673,46	95,42	1.695.042.258,43	4,58	36.986.136.931,89	100,00

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES E CATEGORIAS ECONÓMICAS

F u n ç õ e s	D e s p e s a R e a l i z a d a				
	Despesas correntes	%	Despesas de capital	%	Total
01 - Legislativa	366.344.708,67	95,41	17.614.693,15	4,59	383.959.401,82
02 - Judiciária	1.009.264.065,38	92,86	77.580.545,97	7,14	1.086.844.611,35
03 - Administração e Planeamento	4.285.683.724,67	63,59	2.459.748.961,62	36,41	6.755.432.686,29
04 - Agricultura	581.589.804,18	95,99	18.070.919,62	3,01	599.660.723,80
05 - Comunicações	-	-	57.293.100,00	100,00	57.293.100,00
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	3.252.196.921,44	98,14	61.635.739,51	1,86	3.313.832.660,95
07 - Desenvolvimento Regional	4.743.775.092,61	98,95	50.288.802,94	1,05	4.794.063.895,55
08 - Educação e Cultura	7.782.623.801,17	98,63	108.504.247,05	1,37	7.891.328.048,22
09 - Energia e Recursos Minerais	4.664.252,71	0,97	476.360.494,98	99,03	481.024.747,69
10 - Habitação e Urbanismo	8.000.000,00	0,68	1.172.771.603,55	99,32	1.180.771.603,55
11 - Indústria, Comércio e Serviços	295.591.421,83	12,55	2.059.783.567,13	87,45	2.355.374.988,96
12 - Saúde e Saneamento	827.042.650,47	73,37	300.137.073,48	26,63	1.127.179.723,95
13 - Trabalho	84.200.205,00	100,00	-	-	84.200.205,00
15 - Assistência e Previdência	4.616.511.611,33	87,45	121.041.718,16	2,55	4.737.553.329,49
16 - Transporte	851.335.605,71	39,83	1.286.281.599,56	60,17	2.137.617.205,27
TOTAL	28.719.023.665,17	77,65	8.267.113.066,72	22,35	36.986.136.931,89

2.1.2.2 - CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA SEGUNDO OS ÓRGÃOS

O quadro seguinte compara a despesa fixada com a realizada, evidenciando os saldos positivos verificados em cada órgão, ao final do exercício. Do total de dotações previstas, 8,18% não foram utilizadas no exercício de 1979. Além disso, nenhum órgão esgotou totalmente os recursos à sua disposição.

Em valores absolutos, destacou-se a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, que deixou de utilizar Cr\$ 1.222.526.704,21, correspondendo a 69,43% de sua despesa fixada, seguida pela Secretaria de Educação, com o saldo de Cr\$... 753.550.390,17, referente a apenas 8,78% das dotações aprovadas para o órgão.

Dentre os demais órgãos da Administração Estadual cabe mencionar a Secretaria da Administração, que realizou uma economia de Cr\$ 93.197.833,83, representando 58,61% da despesa fixada.

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA SEGUNDO AS FUNÇÕES

A comparação, por funções, entre a despesa fixada e a realizada é evidenciada no próximo demonstrativo.

Confirmando a situação demonstrada no quadro anterior, o maior volume de saldos efetivou-se nos setores de Energia e Recursos Minerais e Educação e Cultura, com um montante respectivo de Cr\$ 1.122.526.704,21 (70%) e Cr\$ 758.789.486,37 (8,77%).

Quanto aos maiores saldos relativos, ocorreram na área de Energia e Recursos Minerais, Comunicações e Trabalho, com 70%, 63,58% e 63,54% respectivamente.

Cabe registrar que os setores de Desenvolvimento Regional e Habitação e Urbanismo utilizaram praticamente o total de dotações disponíveis, resultando um saldo de 0,05% e 0,17% respectivamente.

A seguir são apresentados os quadros de confronto da despesa fixada com a realizada segundo os órgãos e segundo as funções.

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA SEGUNDO OS ÓRGÃOS

Órgãos	Despesa Fixada	Despese Realizada	Saldos	%
Assembleia Legislativa	355.731.700,00	333.399.774,37	22.331.925,63	6,28
Tribunal de Contas	96.792.437,00	96.028.911,19	763.525,81	0,79
Poder Judiciário	639.082.088,08	629.514.607,18	9.567.480,90	1,50
Poder Executivo	477.524.620,00	466.706.360,78	10.818.259,22	2,27
Secretaria de Justiça	197.533.738,00	187.567.739,84	8.965.998,16	5,05
Secretaria de Coordenação e Planejamento	940.141.419,78	859.300.305,40	80.841.114,38	8,60
Secretaria da Fazenda	904.280.005,00	890.221.728,86	14.058.276,14	1,55
Secretaria da Agricultura	895.016.948,00	598.660.723,80	96.356.224,20	13,86
Secretaria de Indústria e Comércio	626.808.471,15	541.751.780,96	85.056.690,19	13,57
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações	1.760.844.551,90	538.317.847,69	1.222.526.704,21	69,43
Secretaria dos Transportes	2.110.041.755,94	2.024.806.476,47	85.235.279,47	4,04
Secretaria de Educação	8.587.195.134,59	7.833.644.744,42	753.550.390,17	8,78
Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente	882.681.075,69	858.045.357,36	24.635.718,33	2,79
Secretaria do Trabalho e Ação Social	1.706.398.604,18	1.469.438.676,72	236.959.927,46	13,89
Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	877.355.061,87	874.703.927,67	2.651.134,20	0,30
Secretaria da Segurança Pública	3.433.244.253,08	3.313.832.660,95	119.411.592,13	3,48
Secretaria da Administração	164.639.580,70	71.441.746,87	93.197.833,83	56,61
Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	59.277.409,00	49.783.711,47	9.493.697,53	16,02
Encargos Gerais do Estado	15.767.124.401,25	15.348.969.849,89	418.154.551,36	2,65
Fundo de Reserva Orçamentária	15.854.099,00	-	15.854.099,00	100,00
TOTAL	40.297.567.354,21	36.986.136.931,89	3.311.430.422,32	8,22

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA E REALIZADA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Funções	Despesa Fixada	Despesa Realizada	Saldos	%
Legislativa	406.879.437,00	383.959.401,82	22.920.035,18	5,63
Judiciária	1.106.035.729,08	1.086.644.611,35	19.191.117,73	1,74
Administração e Planejamento	7.060.271.895,36	6.755.432.686,29	304.839.209,07	4,32
Agricultura	711.016.948,00	599.660.723,80	111.356.224,20	15,66
Comunicações	157.293.100,00	57.293.100,00	100.000.000,00	63,58
Defesa Nacional e Segurança Pública ...	3.433.244.253,08	3.313.632.660,95	119.411.592,13	3,48
Desenvolvimento Regional	4.796.642.300,00	4.794.063.895,55	2.578.404,45	0,05
Educação e Cultura	8.650.117.534,59	7.891.328.048,22	758.789.486,37	8,77
Energia e Recursos Minerais	1.603.551.451,90	481.024.747,69	1.122.526.704,21	70,00
Habituação e Urbanismo	1.182.771.603,55	1.180.771.603,55	2.000.000,00	0,17
Indústria, Comércio e Serviços	2.543.227.324,39	2.355.374.988,96	187.852.335,43	7,39
Saúde e Saneamento	1.152.165.442,28	1.127.179.723,95	24.985.718,33	2,17
Trabalho	230.939.210,00	84.200.205,00	146.739.005,00	63,54
Assistência e Previdência	4.920.461.007,33	4.737.553.329,49	182.907.677,84	3,72
Transporte	2.327.096.018,65	2.137.617.205,27	189.478.813,38	8,14
TOTAL	40.281.713.255,21	36.986.136.931,89	3.295.576.323,32	8,18

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS E ELEMENTOS

O confronto da despesa fixada com a realizada por categorias econômicas é feito através do demonstrativo seguinte.

À primeira análise, evidencia-se o volume de gastos realizados com o elemento Pessoal, que atinge 34,52 % do total da despesa do Estado.

Com relação ao exercício anterior, sua participação aumenta de 1,47 %

Salientam-se, ainda as despesas correntes com Transferências Intergovernamentais, na proporção de 13,96 % , e com Transferências a Pessoas , 10,70 %

As Transferências Intergovernamentais abrangem transferências à União, assistência financeira e contribuições a municípios e transferências a instituições multigovernamentais. Quanto ao elemento Transferências a Pessoas, inclui pagamentos de inativos civis e militares, benefícios da previdência social, apoio financeiro a estudantes, entre outros.

Considerando somente o elemento 3.1.1.0 - Pessoal, o confronto dessas despesas com a receita tributária, nos últimos cinco anos, é o seguinte:

Ano	Receitas Tributárias		Despesas com o Elemento Pessoal		Participação da despesa c /pessoal na receita tributária %
	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	
1975	5.281.952.611,64	100	2.410.610.474,56	100	45,6
1976	6.989.464.409,77	123	3.567.524.425,77	148	51,0
1977	11.080.661.676,51	210	4.825.312.424,62	200	43,5
1978	15.338.461.020,04	290	7.572.453.850,14	314	49,4
1979	24.088.629.970,96	456	12.767.254.788,05	530	53,0

A participação percentual da despesa com Pessoal na Receita Tributária foi de 53 %, ou seja, 3,6 % maior do que no exercício anterior. Além disso, o crescimento da receita tributária ficou muito aquém do incremento com gastos do elemento Pessoal, como fica demonstrado no quadro acima. A mesma situação se observa no demonstrativo seguinte que confronta a Receita Corrente com a despesa total em Pessoal, ativos e inativos, no exercício de 1979.

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS E ELEMENTOS

Categorias Economicas e Elementos	Despesa Fixada	Despesa Realizada	Saldo
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal	13.021.779,727,00	12.767.254.788,05	34,52
Material de consumo	543.714.035,58	509.236.229,67	1,38
Serviços de Terceiros e Encargos	1.265.140.720,32	1.141.697.108,44	3,09
Diversas Despesas de Custeio	208.732.179,47	207.347.842,24	0,56
Transferências Intergovernamentais	1.865.256.698,17	1.625.125.178,03	4,39
Transferências Intergovernamentais	5.206.014.140,56	5.161.695.125,95	13,36
Transferências a Instituições Privadas	423.614.000,00	345.264.644,30	0,94
Transferências a Pessoas	3.964.246.683,00	3.958.695.914,56	10,70
Encargos de Dívida Interna	2.542.347.240,00	2.363.472.873,96	6,39
Encargos de Dívida Externa	211.923.760,00	200.722.260,51	0,54
Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público	340.000.000,00	334.131.850,93	0,90
Diversas Transferências Correntes	109.240.205,30	103.380.049,43	0,28
SOMA	29.722.009.587,40	28.719.023.865,17	77,65
DESPESAS DE CAPITAL			
Obras e Instalações	1.270.302.509,85	853.610.834,64	2,31
Equipamento e Material Permanente	137.407.588,15	109.811.435,62	0,30
Investimentos em Regime de Execução Especial	359.563.836,41	59.213.836,41	0,16
Constituição ou Aumento de Capital Social de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	2.587.743.919,36	1.455.246.950,50	3,94
Diversos Investimentos	18.004.039,97	15.948.335,70	0,04
Aquisição de Imóveis	82.100.000,00	23.766.709,19	0,06
Constituição ou Aumento de Capital Social de Empresas ou Entidades Comerciais e Financeiras	270.093.100,00	155.006.120,00	0,42
Diversas Inversões Financeiras	11.007.896,31	9.091.512,93	0,02
Transferências Intergovernamentais	1.641.305.813,50	1.543.297.840,47	4,17
Transferências Intergovernamentais	705.523.188,71	615.074.072,69	1,68
Transferências a Instituições Privadas	1.173.935.773,55	1.167.658.216,35	3,16
Amortização da Dívida Interna	1.857.287.000,00	1.830.611.044,50	4,95
Amortização da Dívida Externa	441.329.000,00	428.576.157,73	1,16
Diversas Transferências de Capital	3.509.000,00	505.000,00	-
SOMA	10.559.703.667,81	6.207.113.066,72	22,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.254.099,00	-	15.854.099,00
TOTAL	40.257.597.354,21	38.536.136.931,95	100,00

COMPARATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS COM A RECEITA CORRENTE

Itens da Despesa	1975	1976	1977	1978	1979
Pessoal	2.543.393.911,60	3.762.637.934,69	5.277.153.718,72	8.027.589.411,74	12.767.254.788,05
Inativos	583.461.281,74	851.911.478,20	1.174.864.992,01	1.970.864.136,97	3.574.580.888,72
Pensionistas	27.531.538,83	48.976.094,71	86.167.704,13	123.516.126,09	206.044.531,27
Abono Familiar ..	29.540.640,76	43.762.387,28	65.147.858,05	94.881.326,38	148.035.858,46
DESPESA TOTAL ...	3.183.747.372,93	4.707.287.894,88	6.603.334.272,91	10.216.883.003,18	16.695.916.076,50
RECEITAS CORRENTES	5.913.764.500,77	7.817.368.039,79	12.215.840.725,78	17.802.198.211,47	27.788.380.428,35
Percentual da Despesa total em Pessoal e Receitas Correntes (%)	53,6	60,2	54,1	57,4	60,1

Obs.: Incluem-se as despesas empenhadas à conta de competência de exercícios anteriores.

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA SEGUNDO AS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS ECONOMICAS

O quadro a seguir compara sinteticamente a despesa fixada e a realizada classificando os tipos de gasto dentro das categorias e subcategorias economicas.

Na categoria DESPESAS CORRENTES, as Despesas de Custeio e as Transferências Correntes realizadas praticamente se equivalem, enquanto em DESPESAS DE CAPITAL há um acentuado predomínio das Transferências de Capital sobre os Investimentos e as Inversões Financeiras.

O saldo a ser destacado pelo seu volume, é o de Investimentos, com Cr\$ 1.879.190.500,87 não utilizados, embora percentualmente o saldo maior seja o referente às Inversões Financeiras, onde 48,27 % da despesa fixada não foi realizada.

Categorias Economicas	Despesa Fixada	Despesa Realizada	Saldo
DESPESAS CORRENTES			
Despesas de Custeio	15.039.366.652,37	14.625.535.968,40	413.830.683,97
Transferências Correntes	<u>14.682.642.935,03</u>	<u>14.093.487.896,77</u>	<u>589.155.038,26</u>
Subtotal	<u>29.722.009.587,40</u>	<u>28.719.023.865,17</u>	<u>1.002.985.722,23</u>
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	4.373.021.893,74	2.493.831.392,87	1.879.190.500,87
Inversões Financeiras	363.200.998,31	187.864.342,12	175.336.656,19
Transferências de Capital	<u>5.823.480.775,76</u>	<u>5.585.417.331,73</u>	<u>238.063.444,03</u>
Subtotal	<u>10.559.703.667,81</u>	<u>8.267.113.066,72</u>	<u>2.292.590.601,09</u>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<u>15.854.099,00</u>	-	<u>15.854.099,00</u>
TOTAL	<u>40.297.567.354,21</u> *****	<u>36.986.136.931,89</u> *****	<u>3.311.430.422,32</u> *****

2.1.2.3 - EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO OS ÓRGÃOS

A evolução da despesa orçamentária por órgão está evidenciada no próximo demonstrativo. O exercício de 1975 é tomado como base para o exame da evolução nos últimos cinco exercícios.

O índice de crescimento dos gastos nesse período foi de 465, considerada a despesa total do Estado. O índice de crescimento mais significativo foi experimentado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, com 2.429, devido ao volume de dotações especiais atribuídas a essa secretaria em 1979.

As Secretarias de Indústria e Comércio e do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas também apresentaram expressivo crescimento de sua despesa com índice superior a 600.

O mesmo quadro permite a evolução, por órgão, de participação na despesa total. Nesse aspecto, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações apresenta um acentuado decréscimo em relação aos anos anteriores.

A Secretaria de Educação também diminuiu sua participação, que vinha sendo crescente desde 1976. A Secretaria do Trabalho e Ação Social voltou a ter participação crescente, enquanto os Encargos Gerais do Estado permanecem praticamente com o mesmo percentual do ano anterior.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃOS

Em Cr\$ 1.000,00

Órgãos *	valores Absolutos						Índices			
	1975	1976	1977	1978	1979	1975	1976	1977	1978	1979
PODER LEGISLATIVO										
Assembleia Legislativa	Cr\$ 55.055 0,9	Cr\$ 97.442 0,9	Cr\$ 235.292 0,9	Cr\$ 229.400 0,9	Cr\$ 333.400 0,9	100	146	236	343	505
Tribunal de Contas do Estado	24.522 0,3	37.141 0,3	40.774 0,3	51.492 0,3	96.329 0,3	100	151	199	258	392
SOMA	90.591 1,1	134.582 1,2	185.057 1,2	232.600 1,2	429.429 1,2	100	149	204	323	474
PODER JUDICIÁRIO										
Tribunal de Justiça	45.277 0,5	55.313 0,5	67.307 0,4	117.585 0,4	221.273 0,8	100	115	139	244	479
Tribunal de Alçada	9.532 0,1	15.735 0,1	25.372 0,2	26.425 0,1	33.369 0,1	100	147	187	301	461
Tribunais de Juri e Juizados	72.890 0,8	113.015 1,1	153.855 1,0	215.275 1,0	313.405 1,0	100	156	219	301	430
Juizato de Menores	5.055 0,1	5.917 0,1	5.372 0,1	12.129 0,1	13.526 0,1	100	137	177	239	366
Justiça Militar do Estado	3.104 0,1	5.583 0,1	8.464 0,1	13.254 0,1	22.240 0,1	100	186	282	443	740
SOMA	136.774 1,5	195.295 1,6	262.140 1,7	390.939 1,7	529.514 1,7	100	141	189	292	454
PODER EXECUTIVO										
Governo do Estado	37.963 0,5	55.269 0,5	77.043 0,5	121.179 0,5	176.824 0,5	100	146	203	319	466
Procuradoria Geral da Justiça	31.928 0,4	50.470 0,5	63.337 0,5	114.424 0,5	182.765 0,5	100	199	261	359	572
Consultoria Geral do Estado	25.134 0,3	37.960 0,3	47.057 0,3	63.321 0,3	95.557 0,3	100	151	191	252	381
Escritório de Representação do Estado	1.359 -	3.577 -	5.637 0,1	7.848 0,1	11.262 -	100	285	415	577	620
Secretarias										
Justiça	53.263 0,7	72.425 0,6	80.339 0,6	119.577 0,6	187.568 0,5	100	117	160	225	352
Coordenação e Planejamento	170.930 2,1	166.893 1,5	403.474 2,6	352.865 1,5	959.300 2,3	100	96	235	195	503
Fazenda	197.451 2,5	250.480 2,3	328.374 2,1	522.050 2,3	690.222 2,4	100	127	166	264	451

Órgãos *	Valores Absolutos										Índices				
	1975		1976		1977		1978		1979		1975	1976	1977	1978	1979
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%					
Agricultura	163.666	7,1	199.793	1,8	247.306	1,6	350.937	1,5	598.661	1,6	100	122	151	214	366
Indústria e Comércio	89.578	1,1	121.587	1,1	155.336	1,1	227.281	1,0	541.752	1,5	100	135	173	253	602
Energia, Minas e Comunicações	452.449	5,7	359.657	3,2	322.946	2,1	561.846	4,2	538.318	1,4	100	79	71	213	119
Transportes	547.409	6,9	954.837	8,7	731.083	4,8	1.347.775	5,9	2.024.606	5,5	100	176	134	246	370
Educação e Cultura	1.783.649	22,4	2.470.427	22,3	3.448.348	22,5	5.188.586	22,6	7.833.645	21,2	100	139	193	291	439
Saúde	215.999	2,7	321.081	2,9	399.995	2,6	604.197	2,6	658.045	2,3	100	146	164	276	365
Trabalho e Ação Social	60.481	0,8	185.904	1,7	476.328	3,1	317.591	1,4	1.469.436	4,0	100	307	791	525	2.429
Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	145.142	1,8	185.726	1,7	215.536	1,4	264.377	1,2	874.704	2,4	100	128	149	182	603
Segurança Pública	641.926	8,1	865.681	7,8	1.316.655	8,6	2.092.453	9,1	3.313.833	8,9	100	135	205	326	516
Administração	16.814	0,2	24.707	0,2	33.753	0,2	45.673	0,2	71.442	0,2	100	147	201	272	425
Turismo	34.589	0,4	24.208	0,2	54.598	0,2	52.530	0,2	49.784	0,1	100	70	158	152	144
SOMA	4.671.127	58,7	6.360.987	57,3	8.440.195	55,1	12.734.628	55,6	20.578.224	55,6	100	136	181	273	440
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO...	3.055.997	36,4	4.407.975	39,7	6.446.412	42,0	9.492.094	41,4	15.348.970	41,5	100	144	211	311	502
TOTAL	7.956.379	100,0	11.096.626	100,0	15.333.604	100,0	22.910.231	100,0	36.986.137	100,0	100	139	193	288	465

* Nomes constantes na Lei Orçamentária para 1979

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS FUNÇÕES

O quadro a seguir complementa a análise da evolução da despesa orçamentária, detalhando os gastos segundo as funções desde 1975.

Salienta-se a função Habitação e Urbanismo, com um índice de crescimento relativo de 21.693. Sua participação no total da despesa realizada, que havia decrescido em 1978, voltou a crescer em 1979, devido aos gastos realizados pela Secretaria do Trabalho e Ação Social com a implantação do Plano Nacional de Habitação Popular.

As funções Indústria, Comércio e Serviços também se destacaram no exercício de 1979, com o índice de 738 em relação ao ano-base, e uma participação na despesa total maior que a dos anos anteriores.

Cabe observar que a função Educação e Cultura, além de reduzir sua participação relativa na despesa total teve diminuído seu índice de crescimento de despesa em relação ao ano-base.

As reduções relativas de despesa ocorrem nas funções Energia e Recursos Minerais.

A execução da despesa orçamentária por elementos deixa de ser apresentada nesta análise devido a alteração no classificador de gastos, que tornou impossível a comparação com os elementos dos anos anteriores.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Em Cr\$ 1.000,00

Funções	Valores Absolutos										Índices				
	1975		1976		1977		1978		1979		1975	1976	1977	1978	1979
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$
01 - Legislativa	83.661	1,0	120.760	1,1	158.777	1,1	262.806	1,1	383.959	1,0	100	144	202	314	459
02 - Judiciária	240.632(1)	3,0	336.662	3,0	466.857	3,0	666.837	2,9	1.086.845	2,9	100	140	194	277	452
03 - Administração e Planejamento	1.374.553	17,3	1.830.146	16,5	2.888.579	19,5	4.029.168	17,6	6.755.433	18,3	100	133	217	293	491
04 - Agricultura	178.463	2,2	204.897	1,9	249.382	1,6	355.421	1,6	599.661	1,6	100	115	140	199	336
05 - Comunicações	51.599	0,7	51.679	0,5	85.845	0,4	130.869	0,6	57.293	0,2	100	99	127	252	110
06 - Defesa Nacional e Segurança Pública	626.436	7,9	865.681	7,8	1.286.555	8,5	2.052.453	9,0	3.313.833	9,0	100	138	207	328	529
07 - Desenvolvimento Regional	1.175.781	14,8	1.454.695	13,1	2.245.529	14,6	3.113.968	13,6	4.794.064	13,0	100	124	181	265	408
08 - Educação e Cultura ...	1.614.256	22,6	2.492.085	22,5	3.475.073	22,7	5.222.192	22,6	7.691.328	21,3	100	137	192	288	435
09 - Energia e Recursos Minerais	404.928	5,1	313.678	2,8	257.501	1,7	830.977	3,6	481.025	1,3	100	77	64	205	119
10 - Habitação e Urbanismo.	5.443	0,1	115.658	1,0	482.795	3,2	88.957	0,4	1.189.771	3,2	100	2.125	8.870	1.354	21.693
11 - Indústria, Comércio e Serviços	319.143	4,0	482.253	4,3	649.495	4,2	872.983	3,8	2.355.375	6,4	100	151	204	274	738
12 - Relações Exteriores ..	-	-	-	-	89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 - Saúde e Saneamento ...	276.844	3,5	546.665	4,9	497.670	3,3	687.897	3,0	1.127.180	3,0	100	197	180	248	407
14 - Trabalho	-	-	12.819	0,1	17.058	0,1	54.147	0,2	84.200	0,2	-	-	-	-	-
15 - Assistência e Previdência	783.083(2)	9,8	1.194.404	10,8	1.748.542	11,4	2.975.798	13,0	4.737.553	12,6	100	153	223	380	605
16 - Transporte	621.160	7,8	1.076.744	9,7	723.857	4,7	1.565.658	6,8	2.137.617	5,6	100	173	117	252	344
	7.956.379	100,0	11.086.628	100,0	15.333.804	100,0	22.910.231	100,0	36.986.137	100,0	100	139	193	288	465

(1) - Inclui Justiça

(2) - Inclui Trabalho

Resumindo tem-se:

Deficit do Orçamento Corrente	930.643.436,82
Deficit do Orçamento de Capital	<u>269.962.772,51</u>
Deficit financeiro do Exercício	1.200.606.209,33

Comparando o ano sob exame com o exercício anterior, constata-se que o orçamento corrente permanece deficitário, enquanto o orçamento de capital passou de superavitário para deficitário. Na apuração final do exercício de 1979, ocorreu um deficit financeiro de Cr\$ 1.200.606.209,33, enquanto, no ano de 1978, resultou o superavit financeiro de Cr\$ 436.070.054,46.

O quadro a seguir demonstra, sob outra forma, o resultado financeiro do exercício de 1979.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Receita Realizada	Cr\$	Cr\$	Despesa Realizada	Cr\$	Cr\$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária	24.088.629.970,98		Despesas de Custeio	14.625.535.968,40	
Receita Patrimonial	310.914.996,86		Transferências Correntes	<u>14.093.487.896,77</u>	28.719.023.865,17
Receita Industrial	104.549.355,00				=====
Transferências Correntes	2.297.504.918,11				
Receitas Diversas	<u>986.781.187,40</u>	27.768.380.428,35			
Deficit do Orçamento Corrente		<u>930.643.436,82</u>			
		26.719.023.865,17			
		=====			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito ...	6.492.098.384,78		Investimentos	2.493.831.392,87	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	141.134.437,61		Inversões Financeiras ...	187.864.342,12	
Transferências de Capital	1.359.861.464,29		Transferências de Capital	<u>5.585.417.331,73</u>	8.267.113.066,72
Outras Receitas de Capital					=====
tal	<u>4.056.007,53</u>	7.997.150.294,21			
Deficit do Orçamento de Capital		<u>269.962.772,51</u>			
		8.267.113.066,72			
		=====			

2.1.4 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Apurado no capitulo inicial, o deficit presumível do exercício correspondeu a Cr\$ 536.828.394,42. Todavia, o resultado da execução orçamentária demonstrou que o deficit financeiro do exercício atingiu Cr\$ 1.200.606.209,33, ou seja:

Despesa realizada ...	36.986.136.931,89
(-) Receita realizada	<u>35.785.530.722,56</u>
Deficit financeiro ..	1.200.606.209,33
	=====

Confrontando-se os dois resultados, observa-se que o desequilíbrio real superou em 123,65% o presumível.

Para que se possa ter melhor visão e possibilidade de perfeita identificação das origens do deficit financeiro apresentado, procede-se à decomposição da receita e despesa realizadas nas três classes de componentes das quais se derivam, comparando-se posteriormente as operações resultantes das suas vinculações legais e técnicas. Eis a demonstração:

RECEITA REALIZADA

I - Fundo Geral	23.021.582.206,34
II - Fundos Especiais	
Imposto sobre circulação de mercadorias	
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios	4.445.004.493,79
Parcela de 20% da compensação da mesma receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênios	249.873.940,20
Parcela de 20% do imposto sobre circulação de mercadorias cobrado em Dívida Ativa	15.959.632,63

Taxa Rodoviária Única	
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	183.874.310,92
Parcela destinada aos municípios	131.335.364,92
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas	134.563.634,53
Parcela destinada ao custeio do sistema TRU	22.381.127,43
Serviços Lotéricos	
Renda líquida da exploração dos serviços lotéricos	24.750.089,12
Renda da sobre-taxa no preço de venda do bilhete de loteria	18.397.581,80
Formação do Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário	85.601.151,90
Formação do Fundo Estadual de Saúde	16.149.721,12
Reaplicação do resultado produzido pelo Fundo de Garantia de Liquidez dos Títulos de Dívida	102.339.815,16
Parcela de 80% dos dividendos auferidos pelo Estado no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., para reaplicação na Carteira de Crédito Agrícola	19.672.175,17
Dividendos auferidos pelo Estado resultante das ações integralizadas na Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, para reinvestimento na própria empresa	60.061.981,48
Parcela da taxa judiciária (20%) para a formação do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário	22.044.549,55
Alienação de ações da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS	8.093.330,00
Contribuições da União	
Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas, para aplicação em estradas alimentadoras	21.000.000,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento para aplicação em estradas alimentadoras	10.300.000,00
Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para aplicação no Fundo de Investimentos Urbanos	9.000.000,00

Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, para aplicação pela Fundação Metropolitana de Planejamento	7.267.500,00	
Recursos repassados do Ministério de Fazenda, destinados a aperfeiçoar o sistema estadual de tributação, arrecadação e administração financeira, para aplicação pela Secretaria da Fazenda	6.258.899,11	
Recursos repassados pelo Ministério da Indústria e Comércio, para reaparelhamento da Junta Comercial do Rio Grande do Sul	1.850.000,00	
Recursos do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA - para zoneamento industrial	400.000,00	
Recursos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para o Fundo de Reaparelhamento dos Serviços de Segurança	1.579.371,08	
Cota-parte do imposto Único sobre energia elétrica	386.240.527,54	
Cota-parte do imposto Único sobre minerais do país	49.995.736,44	
Cota-parte do imposto sobre os serviços de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual de pessoas e cargas	67.676.767,67	
Recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, relativos à cota-parte do adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	111.035.829,88	
Cota-parte do Fundo Especial	3.000.000,00	
Recursos da Caixa Econômica Federal, à conta do FAS/Fundo Perdido, para serem aplicados no Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos	<u>56.142.600,00</u>	6.271.850.131,44

III - Operações de Crédito

Operações de crédito realizadas, conforme discriminativo constante na Análise da Receita	<u>6.492.098.384,78</u>	
		35.785.530.722,56
		=====

DESPESA REALIZADA

I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral		
Da competência do exercício		
À conta de créditos ordinários	23.007.406.766,59	
À conta de créditos especiais	<u>24.831.818,95</u>	
	23.032.238.585,54	
Da competência de exercícios anteriores		
À conta de créditos ordinários	22.346.215,70	
À conta de créditos especiais	<u>4.300.000,00</u>	
	<u>26.646.215,70</u>	23.058.884.801,24
II - Com cobertura em Recursos Vinculados		
Da competência do exercício		
À conta de créditos ordinários	6.206.915.187,00	
À conta de créditos especiais	<u>71.293.100,00</u>	
	6.278.208.287,00	
Da competência de exercícios anteriores		
À conta de créditos ordinários	58.683.417,79	
À conta de créditos especiais	<u>5.800.000,00</u>	
	<u>64.483.417,79</u>	6.342.691.704,79
III - Com cobertura em recursos de Operações de Crédito		
Da competência do exercício		
À conta de créditos ordinários	5.608.424.493,57	
À conta de créditos especiais	<u>1.587.292.389,48</u>	
	7.195.716.883,05	
Da competência de exercícios anteriores		
À conta de créditos ordinários	387.318.582,81	
À conta de créditos especiais	<u>1.524.950,00</u>	
	<u>388.843.542,81</u>	<u>7.584.560.425,86</u>
		36.986.136.931,89

Do confronto dos recursos obtidos com a despesa realizada, observada a vinculação de classe a classe, obtêm-se os seguintes resultados parciais:

I - Resultado da gestão do Fundo Geral

Despesa realizada

À conta dos recursos de competência do exercício	23.032.238.585,54	
À conta dos recursos de competência de exercícios anteriores ..	<u>26.646.215,70</u>	23.058.884.801,24
Receita realizada		<u>23.021.582.206,34</u>
Deficit da gestão do Fundo Geral		37.302.594,90 =====

II - Resultado da gestão de Recursos Vinculados

Despesa realizada

À conta dos recursos da competência do exercício	6.278.208.287,00	
À conta dos recursos da competência de exercícios anteriores ..	<u>64.483.417,79</u>	6.342.691.704,79
Receita realizada		<u>6.271.850.131,44</u>
Deficit da gestão dos Recursos Vinculados		70.841.573,35 =====

III - Resultado da gestão das Operações de Crédito

Despesa realizada

À conta dos recursos da competência do exercício	7.195.716.883,05	
À conta dos recursos da competência de exercícios anteriores ..	<u>388.843.542,81</u>	7.584.560.425,86
Receita realizada		<u>6.492.098.384,78</u>
Deficit da gestão de Operações de Crédito		1.092.462.041,08 =====

A soma algébrica dos resultados parciais permite recompor o resultado financeiro inicialmente demonstrado como se expõe:

Deficit da gestão do Fundo Geral	37.302.594,90
Deficit da gestão dos Recursos Vinculados	70.841.578,35
Deficit da gestão das Operações de Crédito	<u>1.092.462.041,08</u>
Deficit Financeiro do Exercício	1.200.606.209,33 =====

2.2 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Complementando o exame das operações de gestão financeira, constantes do Balanço Financeiro, são analisadas, a seguir, as entradas e saídas que se processaram independentemente das autorizações orçamentárias:

RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida de despesa empenhada)	2.509.071.455,64
Serviço de Dívida a Pagar (contrapartida de despesa empenhada)	59.214.594,45
Depósitos	1.969.793.968,21
Débitos de Tesouraria	3.300.283.491,71
Outras Operações	<u>4.413.816.363,92</u>
	12.272.179.873,93 =====

DESPESA

Restos a Pagar	1.519.596.298,58
Serviço de Dívida a Pagar	196.862.606,35
Depósitos	1.987.088.882,53
Débitos de Tesouraria	1.904.045.475,22
Outras Operações	<u>3.159.050.478,85</u>
	8.766.643.741,53 =====

Essas operações encontram-se especificadas na Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias, anexa ao Balanço Financeiro.

Os elementos também podem ser grupados segundo suas origens e os efeitos que produzem na composição do patrimônio financeiro, como se demonstra:

RECEITA

Recebimento de créditos	449.609.645,33
Formação de dívidas	<u>11.826.882.747,66</u>
	12.276.492.392,99 =====

DESPESA

Formação de créditos	792.607.010,90
Pagamento de dívidas	<u>7.978.349.241,69</u>
	8.770.956.260,59 =====

2.3 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O PATRIMÔNIO FINANCEIRO

A receita e a despesa, tanto as orçamentárias como as extra-orçamentárias, constituem a gestão financeira e estão profunda e indissoluvelmente interligadas, embora tenham sido apreciadas separadamente.

Dessas operações decorrem variações quantitativo-qualitativas sobre os elementos do patrimônio financeiro, a seguir demonstradas:

Nas disponibilidades

Situação final	3.088.974.416,43
Situação inicial	<u>764.044.493,36</u>
Aumento de disponibilidades	2.304.929.923,07 =====

No ativo realizável

Formação de créditos	792.607.018,90
Recebimento de créditos ...	<u>449.609.645,33</u>
Aumentos de créditos	342.997.373,57 =====

Na dívida flutuante

Formação de dívidas	11.826.882.747,66
Pagamento de dívidas	<u>7.978.349.241,69</u>
Aumento de dívidas	3.848.533.505,97 =====

As variações quantitativas resultantes da execução orçamentária evidenciam o resultado financeiro do exercício, que é apurado pela soma algébrica das variações apresentadas:

Variações ativas

Aumento de disponibilidades ..	2.304.929.923,07
Aumento de créditos	<u>342.997.373,57</u>
	2.647.927.296,64

Menos

Variações passivas

Aumento de dívidas	<u>3.848.533.505,97</u>
Deficit financeiro do exercício	1.200.606.209,33 =====

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial apresenta o patrimônio administrativo do Estado, através de seus componentes ativos e passivos, subdivididos em duas áreas: a financeira e a permanente.

O grupo financeiro, além das disponibilidades financeiras, é composto de créditos e valores realizáveis, como elementos positivos. Os restos a pagar, o serviço da dívida a pagar, os depósitos de terceiros, os débitos de tesouraria constituem os componentes negativos.

No permanente figuram, como elementos positivos, os bens de uso especial, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos para financiamento e os estoques de material, as participações e, como componentes negativos, as dívidas fundadas interna e externa.

A seguir, mostra-se a composição qualitativa-quantitativa da área financeira, que é negativa:

ATIVO

Disponível	2.205.191.998,37	
Vinculado	883.782.418,06	
Realizável	<u>1.841.842.378,36</u>	4.930.816.794,79

PASSIVO

Restos a Pagar ..	2.716.888.839,50	
Serviço da Dívida a Pagar	102.575.424,19	
Depósitos	294.046.688,40	
Débitos de Tesou- raria	2.291.856.979,32	
Diversos	<u>3.821.624.650,72</u>	<u>9.226.992.580,13</u>
Passivo financeiro descoberto		4.296.175.785,34

Desse modo, repetiu-se a situação líquida financeira negativa verificada nos anteriores Balanços do Estado, agravada por um deficit na execução orçamentária, como segue:

Passivo financeiro descoberto em 31.12.78	3.095.569.576,01
Mais	
Deficit financeiro do exercício	<u>1.200.606.209,33</u>
Passivo financeiro descoberto em 31.12.79	4.296.175.785,34

O patrimônio permanente, ao contrário da área financeira, evidencia uma situação líquida positiva, conforme segue:

ATIVO

Bens do Estado	2.802.899.481,60	
Créditos	4.444.413.512,02	
Participações	15.235.915.607,59	
Diversos	<u>1.739.854.092,13</u>	24.223.082.693,34

PASSIVO

Dívida Fundada Interna	18.171.471.338,91	
Dívida Fundada Externa	<u>1.897.893.224,05</u>	<u>20.069.364.562,96</u>
Ativo permanente líquido		4.153.718.130,38

Da soma algébrica das situações líquidas parciais resulta a situação líquida global, a saber:

Passivo financeiro descoberto	4.296.175.785,34
Ativo permanente líquido	<u>4.153.718.130,38</u>
Passivo real descoberto	142.457.654,96

Fazem parte, ainda, do Balanço Patrimonial as contas denominadas de compensação, que representam as garantias dadas e recebidas pelo Estado, os valores nominais emitidos, os valores em depósito e as situações não compreendidas no patrimônio real, mas que, mediate ou imediatamente, podem vir a afetá-lo. Essas contas sintetizam-se em:

Valores em poder de terceiros	653.344.564,13
Valores de terceiros	63.333.541,79
Valores nominais emitidos ...	445.314.438,00
Valores e obrigações diversas	<u>6.963.310.672,04</u>
	8.125.303.215,96

Consta no Volume I a identificação dos elementos que compõem os saldos das contas do Balanço Patrimonial, a seguir analisados.

3.1 - ATIVO DO ESTADO

Os elementos positivos que formam a substância patrimonial do Estado distribuem-se em dois grandes grupos: ativo financeiro e ativo permanente.

3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

No exercício sob exame, o ativo financeiro atingiu o montante de Cr\$ 4.930.816.794,79, conforme demonstrativo abaixo:

	1978	1979	Variações
Disponível	325.483.666,72	2.205.191.998,37	1.879.708.331,65
Vinculado em C/C Bancária	458.560.826,64	883.782.418,06	425.221.591,42
Realizável	<u>1.498.845.004,79</u>	<u>1.841.842.378,36</u>	<u>342.997.373,57</u>
	2.282.889.498,15	4.930.816.794,79	2.647.927.296,64
	*****	*****	*****

DISPONÍVEL

As disponibilidades acham-se assim distribuídas:

Caixa	6.572.816,88
Bancos c/Disponíveis	2.138.216.158,78
Bancos c/Especial Autos de Lançamento .	60.297.203,62
Exatorias	51.292,62
Coordenadorias Regionais de Arrecadação	<u>54.526,47</u>
	2.205.191.998,37
	=====

VINCULADO EM C/C BANCÁRIA

Esta conta vem sofrendo uma elevação expressiva nos últimos exercícios. O saldo, em 31.12.79, foi de Cr\$ 883.782.418,06. Em relação ao ano anterior, o saldo atual é superior em 93%.

REALIZÁVEL

As contas de créditos e valores conversíveis em espécie são as que constituem o ativo realizável, conforme se demonstra:

Devedores	1.791.196.831,85
Prefeituras c/Devedoras	91.716,88
Suprimentos Autorizados	2.559.945,75
Valores do Estado	140.170,98
Depósitos p/Desapropriações	<u>47.853.712,80</u>
	1.841.642.378,36
	=====

Na conta Devedores está inserido o débito, para com o Estado, de pessoas e entidades. Do seu total, 96,95% é representado pelos seguintes saldos: União Federal com Cr\$ 1.091.351.432,94, resultantes de proventos pagos pelo Estado a servidores ferroviários inativos e de responsabilidade da União, até o final do exercício em análise; Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do

Rio Grande do Sul - CEDIC com Cr\$ 204.289.507,42, relativos ao suprimento, efetuado pelo Estado, por conta de futuro aumento de capital; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem com Cr\$ 161.058.307,48, referentes ao valor retido do produto da Taxa Rodoviária Única, a ser aplicado no Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES; Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER com Cr\$ 61.091.919,19, provenientes do adiantamento efetuado pelo Estado, por conta da contribuição resultante da Taxa Rodoviária Única - TRU; Aços Finos Piratini S.A. com Cr\$ 93.574.289,51; Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA com Cr\$... 44.498.428,03; Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com Cr\$ 28.568.170,69; devedores do Departamento de Imprensa Oficial com Cr\$ 27.738.615,33; Departamento Nacional de Obras e Saneamento com Cr\$ 10.735.435,73; Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO com Cr\$ 10.001.000,00; Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas com Cr\$ 2.275.972,43; Danilo Landó com Cr\$ 1.524.950,00.

Em Prefeituras c/Devedoras, com o saldo de Cr\$ 91.716,88, aparecem as dívidas contraídas por alguns municípios em anos anteriores. No exercício em exame, ocorreu uma significativa redução nesta conta.

Como Suprimentos Autorizados estão registradas as antecipações efetuadas a diversas entidades, com o objetivo de suprir deficiências financeiras. Durante o ano de 1979 não houve autorização para suprimentos.

A conta Valores do Estado, no total de Cr\$ 140.170,98, corresponde a moedas e metais simbolicamente avaliados e recebidos em campanhas financeiras dos anos 30.

Finalmente, Depósitos para Desapropriações atingem o montante de Cr\$ 47.853.712,90. Corresponde a recursos postos à disposição do Poder Judiciário, para fazer frente a desapropriações de imóveis.

3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

O confronto dos componentes do Ativo Permanente ao final dos dois

Últimos anos, demonstra as seguintes variações:

	1978	1979	Variações
Bens Móveis	377.242.998,63	489.161.046,05	111.918.047,42
Bens Imóveis ...	1.583.106.781,88	2.305.422.336,64	722.315.554,66
Bens de Natureza Industrial	8.316.098,91	8.316.098,91	-
Créditos	1.272.936.840,47	4.444.413.512,02	3.171.476.671,55
Participações ..	8.972.089.848,61	15.235.915.607,59	6.263.825.758,98
Diversos	<u>1.308.040.743,66</u>	<u>1.739.854.092,13</u>	<u>431.813.348,47</u>
	13.521.733.312,26	24.223.082.693,34	10.701.349.381,08
	=====	=====	=====

BENS DO ESTADO

A Administração não pôde contar, ainda, com um inventário completo dos bens já incorporados ao patrimônio do Estado, compreendidos nas contas "bens móveis", "bens imóveis" e "bens de natureza industrial".

CRÉDITOS

As contas a seguir são componentes deste título.

Devedores por Empréstimos	1.816.619,59
Dívida Ativa	4.442.310.850,23
Prefeituras c/Empréstimo Externo de 1927	236.251,86
Prefeituras c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida	918,57
União Federal c/Responsabilidades Diversas	<u>48.871,77</u>
	4.444.413.512,02
	=====

Das contas citadas, a de maior significado monetário e que merece destaque é a Dívida Ativa, que representa o débito de contribuintes. No exercício de 1979, esta conta sofreu as seguintes variações:

Saldo em 31.12.78	1.270.834.178,68
Mais: Dívida Ativa inscrita em 1979	3.746.234.071,76
Menos: Receita arrecadada em 1979	194.251.940,36
Créditos cancelados em 1979	<u>380.505.459,85</u>
	4.442.310.850,23

PARTICIPAÇÕES

As aplicações do Estado em ações do capital social de empresas en contrem-se agrupadas no título Participações, conforme se demonstra:

Participações em Sociedades de Eco- nomia Mista do Estado	14.289.572.885,83
Participações Diversas	<u>946.342.721,76</u>
	15.235.915.607,59

A conta Participações em Sociedades de Economia Mista do Estado in clui as participações em entidades nas quais o Estado exerce o controle acionário. Em Participações Diversas estão englobadas outras empresas em que o Estado parti- cipa como acionista minoritário.

Seguem três quadros, sendo que, nos dois primeiros, são especifica- das as empresas em que o Estado participa, com a indicação do capital subscrito, integralizado e a integralizar. O último demonstra o aumento líquido nas partici- pações.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO ESTADO

Espeçãõ	Capital integralizado	Capital a integrar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.79	Capital a integrar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Açúcar Gaúcho S.A.	10.210.737,00	750.000,00	10.960.737,00	10.700.000,00	21.660.737,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	248.576.160,00	10.000.000,00	258.576.160,00	10.000.000,00	268.576.160,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	323.130.341,00	-	323.130.341,00	-	323.130.341,00
Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	49.896.000,00	-	49.896.000,00	-	49.896.000,00
Central Vitivinícola do Sul - VINOSUL S.A.	24.226.526,00	3.000.000,00	27.226.526,00	-	27.226.526,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul	221.537.008,45	-	221.537.008,45	17.177.571,55	238.714.580,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras	4.999.880,00	-	4.999.880,00	-	4.999.880,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	9.050.782.594,63	-	9.050.782.594,63	262.670.449,37	9.313.453.044,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	749.580.566,75	141.462.300,31	891.042.867,06	19.561.560,94	910.604.428,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	9.999.160,00	-	9.999.160,00	-	9.999.160,00
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras	168.026.000,00	-	168.026.000,00	-	168.026.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul	83.342.521,00	-	83.342.521,00	-	83.342.521,00
Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas	47.702.644,00	-	47.702.644,00	17.285.936,00	64.988.580,00
Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos	80.297.758,72	-	80.297.758,72	2.607.572,00	82.905.330,72

E s p e c i f i c a ç ã o	Capital integralizado	Capital a integrar lizar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.79	Capital a integrar lizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Companhia Rio-grandense de Mineração	247.916.657,51	4.072.628,00	251.989.285,51	13.721.290,49	265.710.576,00
Companhia Rio-grandense de Saneamento	1.503.991.400,00	149.427.247,46	1.653.418.647,46	396.198.252,54	2.049.616.900,00
Companhia Rio-grandense de Telecomunicações	1.103.521.529,50	1.472.445,50	1.104.993.375,00	657.096.725,00	1.762.090.700,00
Companhia Rio-grandense de Turismo	35.136.760,00	863.020,00	35.999.780,00	-	35.999.780,00
Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Produtos Gaúchos S.A.	12.651.000,00	-	12.651.000,00	-	12.651.000,00
	13.970.525.244,56	311.047.641,27	14.289.572.885,83	1.407.019.357,89	15.696.592.243,72

DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS

E s p e c i f i c a ç ã o	Capital integralizado	Capital e integrarizar (Despesa empenhada)	Participação em 31.12.79	Capital e integrarizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Fínos Piratini S.A.	343.261.632,00	-	343.261.632,00	-	343.261.632,00
Agrale S.A. - Tratores e Motores..	6.877.951,00	-	6.877.951,00	-	6.877.951,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	187.500.000,00	-	187.500.000,00	-	187.500.000,00
Banco Sul Brasileiro S.A.	5.915,00	-	5.915,00	-	5.915,00
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.	16.675.390,00	-	16.675.390,00	-	16.675.390,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.	81.154,00	-	81.154,00	-	81.154,00
Companhia Brasileira do Cobre	1.169.450,00	-	1.169.450,00	-	1.169.450,00
Companhia Industrial de Fundição de Aço	1.672.219,26	-	1.672.219,26	-	1.672.219,26
Companhia Rio-grandense de Nitrogenados	57.019.448,00	15.649.500,00	72.668.948,00	-	72.668.948,00
Construções Eletromecânicas S.A. .	1.275.269,00	-	1.275.269,00	-	1.275.269,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas	6.484.500,00	-	6.484.500,00	-	6.484.500,00
Petróleo Brasileiro S.A.	260.224.348,50	-	260.224.348,50	-	260.224.348,50
Rio Grande - Companhia de Celulose do Sul	19.920.055,00	-	19.920.055,00	-	19.920.055,00
Telecomunicações de São Paulo S.A. "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-grandense)	36.097,00	-	36.097,00	-	36.097,00
	28.489.793,00	-	28.489.793,00	-	28.489.793,00
	930.693.221,76	15.649.500,00	946.342.721,76	-	946.342.721,76

DEMONSTRATIVO DO AUMENTO LÍQUIDO DE PARTICIPAÇÕES

E s p e c i f i c a ç ã o	Bonificação em Ações	Recursos Orçamentários	Soma	Alienação de Ações	Baixa no Patrimônio	Total
PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO ESTADO						
Açúcar Geúcho S.A.	2.652.067,00	-	2.652.067,00	-	-	2.652.067,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	10.329.852,00	80.000.000,00	90.329.852,00	-	-	90.329.852,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	107.710.113,00	-	107.710.113,00	-	-	107.710.113,00
Barrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	16.632.000,00	-	16.632.000,00	-	-	16.632.000,00
Central Vitivinícola do Sul - VINGSUL S.A.	5.557.038,00	4.500.000,00	10.057.038,00	-	-	10.057.038,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul	38.714.680,00	-	38.714.680,00	-	-	38.714.680,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	3.700.238.933,00	426.240.527,54	4.126.479.460,54	-	-	4.126.479.460,54
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	158.378.818,00	177.436.439,06	335.817.257,06	-	-	335.817.257,06
Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras	-	37.000.000,00	37.000.000,00	-	-	37.000.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul	63.176.428,00	6.000.000,00	69.176.428,00	(78.650.000,00)	-	(9.473.572,00)
Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos	19.618.818,72	10.000.000,00	29.618.818,72	-	-	29.618.818,72
Companhia Rio-grandense de Mineração	62.718.801,00	49.995.736,44	112.714.537,44	-	-	112.714.537,44
Companhia Rio-grandense de Saneamento	549.993.900,00	547.072.247,46	1.097.066.147,46	-	-	1.097.066.147,46
Companhia Rio-grandense de Telecomunicações	-	57.293.100,00	57.293.100,00	-	-	57.293.100,00
Companhia Rio-grandense de Turismo	-	1.713.020,00	1.713.020,00	-	-	1.713.020,00

E s p e c i f i c a ç ã o	Bonificação em Ações	Recursos Orçamentários	Soma	Alienação de Ações	Baixa no Patrimônio	Total
Produtos Gaúchos S.A.	-	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00
Soma	4.735.721.448,72	1.399.253.070,50	6.134.974.519,22	(78.650.000,00)	(133.958,00)	6.056.190.561,22
PARTICIPAÇÕES DIVERSAS						
Aços Fínos Piratini S.A.	-	70.000.000,00	70.000.000,00	-	-	70.000.000,00
Agrale S.A. - Tratores e Motores	3.909.051,00	-	3.909.051,00	-	-	3.909.051,00
Banco Sul Brasileiro S.A.	3.131,00	-	3.131,00	-	(3.091,00)	40,00
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.	4.435.390,00	-	4.435.390,00	-	-	4.435.390,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.	15.466.102,68	-	15.466.102,68	(27.603.538,68)	-	(12.137.436,00)
Companhia Industrial de Fundição de Aço	451.621,26	-	451.621,26	-	-	451.621,26
Companhia Rio-grandense de Nitrogenados	4.269.448,00	31.000.000,00	35.269.448,00	-	-	35.269.448,00
Construções Eletromecânicas S/A	1.053.145,00	-	1.053.145,00	-	-	1.053.145,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas	5.674.500,00	-	5.674.500,00	-	-	5.674.500,00
Petróleo Brasileiro S.A.	89.886.449,50	-	89.886.449,50	(8.681.000,00)	-	81.205.449,50
Rio Grande - Companhia de Celulose do Sul	14.454.351,00	-	14.454.351,00	-	-	14.454.351,00
"VARIG", S.A. - (Viação Aérea Rio-grandense)	23.085.906,80	-	23.085.906,80	(19.766.268,80)	-	3.319.638,00
Soma	162.689.096,24	101.000.000,00	263.689.096,24	(56.050.807,48)	(3.091,00)	207.635.197,75
Total	4.898.410.544,96	1.500.253.070,50	6.398.663.615,46	(134.700.807,48)	(137.049,00)	6.263.625.758,98

DIVERSOS

Sob o título Diversos, estão agrupadas as seguintes contas:

Almoxarifado	89.960.213,15
Fundos para Financiamentos..	1.210.006.141,24
Fundos Diversos	439.874.839,70
Valores Ativos em Liquidação	<u>12.898,14</u>
	1.739.854.092,13
	=====

Em Almoxarifado encontram-se os materiais depositados nas diversas unidades administrativas, no valor de Cr\$ 89.960.213,15, submetidos a rigoroso controle físico-financeiro. Os inventários analíticos realizados no final do exercício, alguns processados eletronicamente, instruirão os processos de tomada de contas dos respectivos responsáveis pela sua guarda e movimentação.

Em Fundos para Financiamentos são contabilizados os recursos legalmente destinados a financiar determinados setores da economia estadual. Em 31 de dezembro de 1979, atingiram Cr\$ 1.210.006.141,24, distribuídos pelas seguintes instituições incumbidas de sua administração:

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Fundo de Garantia para a Pequena Empresa	331.608.838,37	
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	<u>244.188.126,15</u>	575.796.964,52
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Carteira de Crédito Agrícola	108.607.051,48	
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho	2.500.000,00	
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticínios	176.546,26	
Fundo de Garantia para a Pequena Empresa	40.000.000,00	
Fundo Estadual de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul - FAE/RS	481.920.578,98	
Fundo Estadual de Habitação Popular	<u>1.005.000,00</u>	<u>634.209.176,72</u>
		1.210.006.141,24
		=====

Esses Fundos, em 1979, apresentaram o aumento de Cr\$ 299.776.767,86, conforme se demonstra:

Carteira de Crédito Agrícola	26.356.237,68
Fundo Estadual de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul - FAE/RS	209.920.530,18
Fundo de Garantia para a Pequena Empresa	22.500.000,00
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM.	<u>41.000.000,00</u>
	299.776.767,86

Sob o título de Fundos Diversos tem-se uma única conta, o Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, gerido pela Banri sul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que, ao final do exercício de 1979, apresentava o saldo de Cr\$ 439.874.839,60, superior ao de 1978 em Cr\$ 102.339.815,16. Este Fundo é destinado a assegurar a liquidez das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS em operações no mercado. Desde sua criação, em 1974, onde constava no passivo financeiro, teve a seguinte evolução:

Ano	Cr\$	Índice
1974	5.000.000,00	100
1975	50.000.000,00	1.000
1976	210.581.562,78	4.212
1977	257.793.011,47	5.156
1978	337.535.024,44	6.751
1979	439.874.839,60	8.797

Finalmente, em Valores Ativos em Liquidação estão compreendidos os remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, cuja liquidação é processada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Esta conta, em 1979, não teve alteração e apresenta o mesmo saldo do exercício anterior, ou seja, Cr\$ 12.898,14.

Eis a evolução, no último quinquênio, do Ativo do Estado.

DEMONSTRATIVO DA
EVOLUÇÃO DO ATIVO DO ESTADO

Em Cr\$ 1.000,00

G r u p o s	Números Absolutas					Números Relativos				
	1975	1976	1977	1978	1979	1975	1976	1977	1978	1979
ATIVO FINANCEIRO										
Disponível	63.781	236.643	195.777	325.483	2.205.191	100	371	306	510	3.457
Vinculado c/Corrente Bancária	17.993	207.483	270.877	458.560	883.782	100	1.153	1.505	2.548	4.911
Realizável	341.064	300.321	715.897	1.498.845	1.841.842	100	88	209	439	540
	422.838	744.447	1.182.541	2.282.888	4.930.815	100	176	279	539	1.166
ATIVO PERMANENTE										
Bens Móveis	226.899	251.096	297.904	377.242	489.161	100	110	131	166	215
Bens Imóveis	665.793	771.788	1.094.801	1.583.106	2.305.422	100	115	164	237	346
Bens de Natureza Industrial	8.316	8.316	8.316	8.316	8.316	100	100	100	100	100
Créditos	581.835	679.919	912.304	1.272.836	4.444.413	100	116	156	218	763
Participações	3.623.456	4.874.722	6.927.383	8.972.089	15.235.915	100	134	191	247	420
Diversos	269.279	687.908	960.783	1.308.040	1.739.854	100	255	356	485	646
	5.375.578	7.273.749	10.201.491	13.521.729	24.223.081	100	135	189	251	450
Total	5.798.416	8.018.196	11.364.032	15.804.617	29.153.896	100	138	196	272	502

3.2 - PASSIVO DO ESTADO

Ao final do ano de 1979, o passivo do Estado atingiu o montante de Cr\$ 29.296.357.143,09. Distribuído em dois grandes grupos, apresenta a seguinte composição:

PASSIVO FINANCEIRO		
Dívida flutuante		9.226.992.580,13
PASSIVO PERMANENTE		
Dívida fundada interna	18.171.471.338,91	
Dívida fundada externa	<u>1.897.893.224,05</u>	<u>20.069.364.562,96</u>
		29.296.357.143,09

Diante do volume que assume o passivo do Estado e das peculiaridades de que reveste o seu patrimônio administrativo, ressalta-se que as dívidas não guardam relação direta com os componentes ativos.

A maior parte dos integrantes da substância patrimonial é inalienável, não sendo também atualizados monetariamente. Uma parcela apreciável dos recursos normais do Estado e os decorrentes de operações de crédito são investidos normalmente em bens de uso comum do povo, os quais não são incorporados ao patrimônio administrativo, mas as dívidas contraídas para o seu financiamento passam a integrar os componentes reais do passivo. Por isso, carece de significado qualquer tentativa de comparação entre o ativo e o passivo.

Para identificar a participação das operações de crédito, as dívidas do Estado assim se apresentam:

a) Débitos de financiamento		
Operações de crédito a longo prazo		
Dívida fundada interna	18.171.471.338,91	62,0%
Dívida fundada externa	<u>1.897.893.224,05</u>	<u>6,5%</u>
	20.069.364.562,96	68,5%
Operações de crédito a curto prazo (antecipação de receita)		
	<u>2.291.856.979,32</u>	<u>7,8%</u>
	22.361.221.542,28	76,3%

b) Débitos de funcionamento		
Outras dívidas flutuantes	<u>6.935.135.600,81</u>	<u>23,7%</u>
Dívidas do Estado	29.296.357.143,09	100,0%
	=====	=====

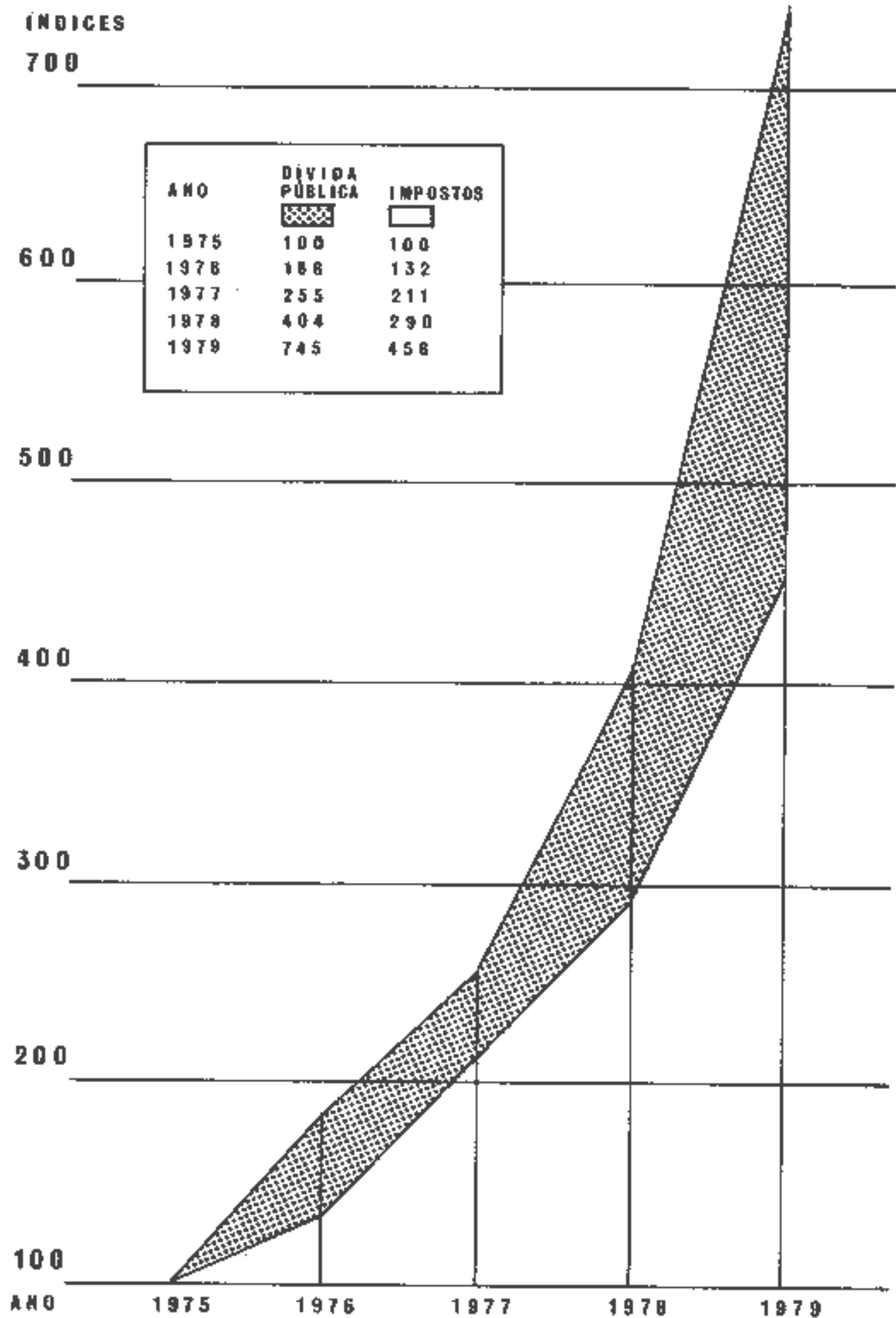
As dívidas do Estado encontram fundamentalmente a contrapartida na receita de exercícios futuros, principalmente a originária de impostos. Por esse motivo, mostra-se a evolução da receita de impostos e da dívida pública, no último quinquênio:

Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1975	5.199.648.324,08	100	3.933.625.627,99	100
1976	6.886.824.833,89	132	7.319.674.274,82	186
1977	10.945.783.511,85	211	10.026.216.032,59	255
1978	15.064.828.040,62	290	15.898.162.343,43	404
1979	23.693.948.679,25	456	29.296.357.143,09	745

Os números relativos evidenciam que o ritmo de crescimento da dívida é maior do que o da receita de impostos, sendo que, em 1976, 1978 e no ano sob exame, o montante da dívida pública superou o da receita de impostos.

Essa mesma comparação pode ser divisada graficamente a seguir.

ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS NO QÜINQUÊNIO



Com relação à dívida, assume maior importância o valor dos seus encargos anuais, formados pela amortização, juros, correção monetária e outras despesas.

Na demonstração a seguir, relativa aos últimos cinco anos, compara-se o crescimento dos impostos com o do serviço da dívida e, em termos percentuais, a parcela dos recursos absorvida anualmente para atendimento desses compromissos do Estado.

Ano	Receita de impostos	Índice	Serviço da dívida pública	Índice	Percentual do serviço de dívida pública sobre a receita de impostos
1975	5.199.648.324,08	100	889.145.793,52	100	17,10%
1976	6.886.824.833,89	132	1.125.392.096,89	126	16,34%
1977	10.945.783.511,85	210	2.041.541.701,77	230	18,65%
1978	15.064.828.040,62	290	2.698.597.537,45	303	17,91%
1979	23.693.948.679,25	456	4.823.082.336,542	542	20,36%

3.2.1 - PASSIVO FINANCEIRO

O passivo financeiro, constituído pela dívida flutuante, atingiu o montante de Cr\$ 9.226.992.580,13, no ano sob exame. Eis a sua evolução nos últimos cinco anos:

Ano	Dívida flutuante	Aumento percentual em relação ao ano anterior
1975	1.942.740.031,31	-
1976	3.610.218.625,60	85,83%
1977	4.714.182.739,43	30,50%
1978	5.378.459.074,16	14,09%
1979	9.226.992.580,13	71,55%

No último exercício, o acréscimo foi de Cr\$ 3.848.533.505,97, sendo que, em termos relativos, é a segunda vez que se apresenta elevado, superado a

penas pelo ano de 1976. O aumento sobre o exercício anterior pode ser apreciado sob dois ângulos, a seguir descritos:

a) Formação de dívidas	11.826.882.747,66
Menos: Pagamento de dívidas	<u>7.978.349.241,69</u>
Aumento da dívida flutuante	3.848.533.505,97
	=====
b) Deficit financeiro do exercício ..	1.200.606.209,33
Mais: aumento do ativo financeiro	<u>2.647.927.296,64</u>
Aumento da dívida flutuante	3.848.533.505,97
	=====

Administrativamente, pela sua origem, a dívida flutuante desdobra-se em:

Débitos de financiamento	
Débitos de Tesouraria	2.291.856.979,32
Débitos de funcionamento	
Restos a Pagar	2.716.888.839,50
Serviço da Dívida a Pagar	102.575.424,19
Depósitos	294.046.686,40
Diversos	<u>3.821.624.650,72</u>
	<u>6.935.135.600,81</u>
	9.226.992.580,13
	=====

Esses componentes são apreciados a seguir.

RESTOS A PAGAR

As obrigações registradas nesta conta atingiram a soma de Cr\$ 2.716.888.839,50. Desse montante, Cr\$ 2.509.071.455,64 correspondem a resíduos formados em 1979, assim discriminados:

Contas a Pagar	446.688.505,77
Empenhos a Liquidar	1.237.181.889,54
Folhas a Pagar	825.201.060,33

A quantia correspondente a Empenhos a Liquidar representa compromissos condicionais de pagamento, pendentes de comprovação ou ultimação de fornecimentos e de prestação de serviços.

SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

Este grupo é formado das seguintes contas:

Serviço da Dívida Interna	91.186.777,98
Serviço da Dívida Externa	<u>11.388.646,21</u>
	102.575.424,19
	=====

Segue a especificação dessas contas.

Serviço da Dívida Interna - Sob este título estão compreendidos débitos assim escriturados:

	Cr\$	%
Portadores de títulos	35.439.270,78	38,9
Banco do Brasil S.A.	243.779,18	0,3
Banco de Investimento Sul Brasileiro S.A.	1.585.981,37	1,7
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	12.875.865,96	14,1
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	993,75	-
Caixa Econômica Federal	279.938,00	0,3
União Federal	<u>40.760.948,94</u>	<u>44,7</u>
	91.186.777,98	100,00
	=====	=====

Serviço da Dívida Externa - Nesta conta encontram-se englobados os encargos referentes a amortizações, juros e outras despesas apenas do empréstimo externo em títulos, na importância de Cr\$ 11.388.646,21. Esses encargos foram atendidos pela União Federal, cabendo ao Estado reembolsá-la.

DEPÓSITOS

Figuram aqui os depósitos de terceiros, em dinheiro, na quantia de Cr\$ 294.096.686,30:

Depósitos de Autarquias	25.870.572,13
Depósitos de Consignatários	198.994.793,86
Depósitos Públicos e Judiciais	5.585.081,93
Depósitos Diversos	30.748.250,06
Depósitos de Fundações	70.535,19
Cauções	3.383.536,78
Retenções	<u>29.443.916,35</u>
	294.096.686,30
	=====

Os componentes deste grupo possuem a peculiaridade de estar em constante rotatividade. Sua especificação nominal consta no Balanço Patrimonial.

DÉBITOS DE TESOUREARIA

As operações de crédito realizadas para antecipar a receita apresentavam, no final do ano sob exame, os seguintes saldos:

Empréstimos por antecipação da receita, contratados	1.717.365.011,71
Letras do Tesouro em circulação	<u>574.491.967,61</u>
	2.291.856.979,32
	=====

Nessas obrigações, relativamente ao saldo do exercício anterior, verificou-se o aumento de Cr\$ 1.396.238.016,49, equivalente a 255%.

DIVERSOS

Em Diversos, incluem-se as contas não compreendidas nos demais grupos já apreciados, a saber:

Contribuições de Previdência Social ...	620.677.476,04
Contribuições a Autarquias	50.934.293,55
Contribuições a Fundações	6.084.184,00
Transferências a Autarquias	175.002.068,94
Transferências a Fundações	114.449.286,41
Credores	1.488.348.320,51
Fundo para Estoque de Material	2.004.542,63
Empenhos c/Fundo de Estoque de Material	2.066.628,04
Empresas c/Capital a Integralizar	326.697.141,27
Fundos Especiais	114.272.216,78
Fundo de Participação dos Municípios no ICM	579.822.174,87
Prefeituras c/Taxa Rodoviária Única ...	<u>341.065.517,68</u>
	3.821.624.650,72

Contribuições de Previdência Social - Sob este título englobam-se os encargos do Estado como empregador, referentes à previdência social, assim com postos:

Fundo Estadual de Previdência do Parla- mentar - FEPPA	3.800,00
Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS	1.977.592,83
Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social - IAPAS	489.917,33
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	<u>618.406.165,88</u>
	620.677.476,04

Contribuições a Autarquias - Estão compreendidas, sob esta classi-
ficação, as contribuições decorrentes de lei específica que não é do orçamento,
constando unicamente o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul,
na importância de Cr\$ 50.934.293,55.

Contribuições a Fundações - No final do exercício sob exame, esta
conta, que registra as contribuições também decorrentes de leis específicas que

não e do orçamento, apresentava os créditos das entidades a seguir relacionadas:

Fundação de Ciência e Tecnologia	3.000.000,00
Fundação Gaúcha do Trabalho	200.000,00
Fundação Metropolitana de Planejamento	1.634.184,00
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	<u>1.250.000,00</u>
	6.084.184,00

Transferências a Autarquias - As autarquias credoras pela transferência de recursos à conta da lei do orçamento foram as seguintes:

Departamento Aeroviário do Estado	5.092.858,00
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	148.200.010,94
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	21.210.000,00
Instituto Sul-rio-grandense de Carnes.	<u>500.000,00</u>
	175.002.868,94

Transferências a Fundações - No encerramento do exercício, figuram, como credoras por transferências operacionais orçamentárias, as seguintes fundações:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	1.651.572,00
Fundação de Ciência e Tecnologia	15.770.123,00
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos	4.002.400,00
Fundação de Economia e Estatística ...	11.303.087,51
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha	5.080.000,00
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor	30.300.563,00
Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação .	2.689.851,90
Fundação Gaúcha do Trabalho	4.913.210,00
Fundação Instituto Gaúcho de Tradições Folclóricas	935.000,00
Fundação Metropolitana de Planejamento	4.795.000,00
Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre	5.137.279,00

Fundação Rio-grandense de Atendimento ao Excepcional	4.800.000,00
Fundação Sul-rio-grandense de Assistên- cia	6.784.000,00
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	<u>16.287.200,00</u>
	114.449.286,41
	=====

Credores - Registram-se nesta conta as dívidas do Estado para com terceiros, em operações que não se renovam continuamente e de variadas procedências, no total de Cr\$ 1.488.348.320,51. Dentre os titulares desses créditos, destacam-se: a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul com Cr\$ 485.659.096,59; o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul c/Fundo de Cooperação Financeira, com Cr\$ 188.113.000,00, advindos de despesas empenhadas para integralização do mesmo Fundo; o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem c/Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES com Cr\$ 161.058.307,48, provenientes de recursos aplicados pela autarquia federal à conta do PROGRES, cuja prestação de contas ainda não foi efetuada; a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul com Cr\$... 326.307.705,66; e a Aços Finos Piratini S.A. com Cr\$ 110.000.000,00, referentes a retenções autorizadas em lei, por conta de futuras subscrições em aumento de capital. Da importância total inscrita em Credores, 85% é representado pelas cinco contas ora analisadas.

Fundo para Estoque de Material - Refere-se ao saldo das disponibilidades para aquisição de materiais, através do Departamento Central de Administração do Material, na importância de Cr\$ 2.004.542,63.

Empenhos c/Fundo de Estoque de Material - O saldo desta conta corresponde aos empenhos não processados, imputados ao fundo rotativo de estoque de material, na importância de Cr\$ 2.066.628,04.

Empresas c/Capital a Integralizar - A quantia aqui registrada se refere aos compromissos do Estado com aumentos de capital, subscritos e não integralizados, nas seguintes empresas:

Açúcar Gaúcho S.A.	750.000,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	10.000.000,00
Central Vitivinícola do Sul - VINDSUL S.A.	3.000.000,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns ..	141.462.300,31
Companhia Rio-grandense de Mineração	4.072.628,00
Companhia Rio-grandense de Nitrogenados..	15.649.500,00
Companhia Rio-grandense de Saneamento ...	149.427.247,46
Companhia Rio-grandense de Telecomunicações	1.472.445,50
Companhia Rio-grandense de Turismo	<u>863.020,00</u>
	326.697.141,27
	=====

Fundos Especiais - Classificam-se nesta conta as importâncias imputadas à despesa para a constituição de Fundos, ainda não entregues ou aplicados.

Eis a relação desses Fundos:

Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário	6.199.471,71
Fundo Estadual de Habitação Popular	1.005.000,00
Fundo Estadual de Saúde	57.663.703,61
Fundo Especial de Reparelhamento dos Serviços de Segurança Pública	2.120.633,56
Fundo de Investimentos Urbanos	6.707.641,07
Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário	12.076.366,81
Fundo Operação Empresa	<u>28.500.000,00</u>
	114.272.216,78
	=====

Fundo de Participação dos Municípios no ICM - Registra o saldo de Cr\$ 579.822.174,87, referente à parcela de 20% do produto arrecadado do imposto sobre circulação de mercadorias, devida às prefeituras municipais.

Prefeituras c/Taxa Rodoviária Única - Representa o saldo da cota-parte de 25% da taxa rodoviária única, arrecadada pela União e transferida ao Estado, a ser distribuído aos municípios, no valor de Cr\$ 341.065.517,68.

3.2.2 - PASSIVO PERMANENTE

Os débitos de financiamento do Estado, com prazo de resgate superior a um ano, atingiram, em 31 de dezembro de 1979, a soma de Cr\$ 20.069.364.562,96, que representa 66,5% do Passivo Real do Estado.

O Passivo Permanente, constituído por 205 termos de contratos internos e 4 de contratos externos, firmados com 14 financiadores, além de 10 empréstimos representados por títulos de dívida pública interna e um da externa, é desdobrado em Dívida Fundada Interna e Dívida Fundada Externa, e é analisado a seguir.

DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Ao final do exercício de 1979, a dívida consolidada interna, que globalizava Cr\$ 18.171.471.338,91, era constituída pelas seguintes espécies e credores:

	Cr\$	%
Em títulos		
Portadores de títulos	12.313.247.735,87	67,76
	*****	=====
Por contratos		
Instituições governamentais		
Banco do Brasil S.A.	143.936.611,65	0,79
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	2.899.055.253,16	15,95
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	371.325.343,49	2,04
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1.078.501.465,60	5,94
Caixa Econômica Federal	757.536.460,00	4,17
União Federal	<u>1.802.488,85</u>	<u>0,01</u>
	5.251.159.642,75	28,90
Instituições privadas		
Banco Bozano, Simonsen de Investimento S.A.	144.600.891,93	0,80
Banco Crefisul de Investimento S.A.	105.000.000,00	0,58
Banco de Investimento Sul Brasileiro S.A.	32.500.000,00	0,18
Banco Iochpe de Investimento S.A.	30.381.000,00	0,17

Banco Maisonave de Investimento S.A.	22.923.450,92	0,13
Banco Safra de Investimento S.A.	35.060.791,40	0,19
Citibank, N.A.	200.000.000,00	1,10
Unibanco - Banco de Investimento do Brasil S.A.	<u>35.597.826,04</u>	<u>0,19</u>
	606.063.960,28	3,34
	<hr/>	
Total dos contratos	5.858.223.603,04	32,24
	*****	*****
Total da Dívida Fundada Interna	18.171.471.338,91	100,00
	*****	*****

Os empréstimos, sinteticamente, tiveram os seguintes destinos: os empréstimos em títulos foram para atender despesas do fundo geral; os representados por contratos foram vinculados a investimentos nas áreas habitacionais, educacionais, saneamento, lazer, pólo petroquímico, complexo portuário e industrial de Rio Grande e refortalecimento financeiro de programas relativos ao desenvolvimento de empresas gaúchas, através do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

A seguir é demonstrada a evolução da dívida fundada interna nos últimos cinco anos, desdobrada nos principais grupos que a compõem:

Ano	Empréstimos em títulos		Empréstimos contratados		Total		Aumento em relação ao ano anterior	%
	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice	Cr\$	Índice		
1975	1.765.183.870,32	100	128.488.430,37	100	1.893.672.300,69	100		
1976	2.561.877.457,28	145	538.572.740,70	419	3.100.450.197,99	164	163,73	
1977	3.325.292.621,04	188	1.213.238.417,90	944	4.538.531.038,94	240	146,38	
1978	5.590.801.347,88	317	3.695.191.941,55	2876	8.285.993.289,43	490	204,60	
1979	12.313.247.735,87	698	5.858.223.603,04	4559	18.171.471.338,91	960	195,69	

O aumento líquido verificado na dívida fundada interna, no exercício econômico-financeiro de 1979, é, sinteticamente, demonstrado a seguir:

Aumento da dívida		
Operações de crédito realizadas		
Empréstimos em títulos	4.654.536.785,72	
Empréstimos por contratos	<u>1.815.445.241,58</u>	6.469.982.027,30
Reajustamento da dívida		
Empréstimos em títulos	3.057.110.417,05	
Empréstimos por contratos	<u>1.189.196.649,63</u>	<u>4.246.307.066,68</u>
		10.716.289.093,98
Menos		
Redução da dívida		
Resgates		
Empréstimos em títulos	989.200.814,78	
Empréstimos por contratos ..	<u>841.610.229,72</u>	<u>1.830.811.044,50</u>
Aumento líquido em 1979		<u>8.885.478.049,48</u> *****

Os aumentos e reduções são analisados minuciosamente no demonstrativo da dívida fundada interna, anexo ao Balanço Patrimonial, na segunda parte deste trabalho.

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Em 31 de dezembro de 1979, a dívida fundada externa atingiu o montante de Cr\$ 1.897.893.224,05. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos às taxas de câmbio vigentes nessa data, isto é, Cr\$ 42,53 para o dólar americano, Cr\$ 95,445 para a libra esterlina e Cr\$ 24,827 para o marco alemão.

Eis, a seguir, a evolução da dívida fundada externa em moeda estrangeira e nacional, no último quinquênio:

Ano	US\$	Índice	£	Índice	DM	Índice	Cr\$	Índice
1975	10.000.000,00	100	288.418,33	100	240.845,78	100	97.213.295,99	100
1976	48.000.000,00	480	196.378,51	68	2.285.892,17	949	608.005.251,24	626
1977	46.000.000,00	460	110.318,69	38	4.137.557,49	1718	773.502.254,22	796
1978	55.428.574,00	554	95.468,23	33	6.096.482,13	2531	1.233.709.979,84	1269
1979	43.000.006,00	430	78.460,00	27	7.620.910,87	3164	1.897.893.224,05	1952

No ano sob exame, verificaram-se as seguintes variações na dívida

externa:

Posição em 31.12.78			1.233.709.979,84
Mais			
Empréstimos em apólices			
Reajustamento cambial		4.206.824,84	
Empréstimos contratados			
Produto recebido	22.116.357,48		
Reajustamento cambial. <u>1.056.346.805,52</u>		<u>1.068.462.963,00</u>	1.092.669.787,84
Menos			
Empréstimos em apólices			
Amortizações		410.385,90	
Empréstimos contratados			
Amortizações		<u>428.076.157,73</u>	<u>428.486.543,63</u>
Saldo em 31.12.79			1.897.893.224,05

Segue-se a demonstração dos valores iniciais e das amortizações acumuladas, por tipo de empréstimo e espécie de moeda.

Empréstimo em apólices			
Em libras esterlinas			
	£		Cr\$
Emissão	600.000,00		
Amortização	<u>521.540,00</u>		
Saldo em circulação	78.460,00		7.488.614,70
	*****		*****
Empréstimos contratados			
Em dólares			
	US\$		Cr\$
Valor inicial	70.000.000,00		
Amortização	<u>26.999.994,00</u>		
Saldo devedor	43.000.006,00		1.701.200.255,18

Em marco alemão	DM	
Valor inicial	10.000.000,00	
Amortização	<u>2.379.089,13</u>	
Saldo devedor	7.620.910,87	<u>189.204.354,17</u>

Total dos contratos		<u>1.890.404.609,35</u>

Total da Dívida Fundada Externa		<u>1.897.893.224,05</u>

No Demonstrativo da Dívida Fundada Externa, anexo ao Balanço Patrimonial, na segunda parte deste trabalho, são expostas as variações mencionadas.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PASSIVO DO ESTADO

Em Cr\$ 1.000,00

G r u p o s	Valores Absolutos					Números Relativos				
	1975	1976	1977	1978	1979	1975	1976	1977	1978	1979
Passivo Financeiro										
Restos a Pagar	647.447	797.423	1.439.244	1.727.414	2.716.889	100	123	222	267	420
Serviço da Dívida a Pagar ...	62.481	69.927	104.470	240.223	102.575	100	144	167	384	164
Depósitos	79.203	212.399	254.761	243.488	294.047	100	268	322	307	371
Débitos de Tesouraria	851.632	1.227.986	1.594.981	895.619	2.291.857	100	144	187	105	269
Diversos	301.977	1.282.484	1.320.727	2.271.715	3.621.625	100	425	437	752	1266
Dívida Flutuante	1.942.740	3.610.219	4.714.183	5.378.459	9.226.993	100	186	243	277	475
Passivo Permanente										
Dívida Fundada Interna										
Em Títulos	1.765.184	2.561.877	3.325.293	5.590.801	12.313.247	100	145	188	317	697
Por Contratos	128.488	538.573	1.213.238	3.695.192	5.858.223	100	419	944	2876	4560
Some	1.893.672	3.100.450	4.538.531	9.285.993	18.171.470	100	164	240	490	959
Dívida Fundada Externa										
Em Títulos	1.767	1.891	2.713	3.752	7.489	100	107	154	212	424
Por Contratos	95.446	607.114	770.789	1.229.956	1.890.405	100	636	808	1289	1980
Some	97.213	609.005	773.502	1.233.710	1.897.894	100	626	796	1269	1952
Dívida Fundada..	1.990.885	3.709.445	5.312.033	10.519.703	20.069.364	100	186	267	528	1008
Total	3.933.625	7.319.674	10.026.216	15.898.162	29.296.357	100	186	255	404	745

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais espelha as alterações verificadas no patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, assim como o resultado patrimonial, como segue:

Variações ativas ..	49.768.296.033,41
Variações passivas	<u>49.817.214.155,35</u>
Deficit patrimonial	48.910.121,94
	=====

Para melhor compreensão desse resultado, também chamado de econômico, pode-se decompô-lo em resultados parciais, segundo as duas classes de variações que o determinarem:

Inicialmente, apura-se a parcela originária das variações ocorridas na execução do orçamento:

a) Positivas

Receita orçamentária		35.785.530.722,56
Menos: Mutações patrimoniais da receita		
Cobrança de dívida ativa	194.251.940,36	
Alienação de bens móveis	3.377.655,62	
Alienação de bens imóveis	3.643.644,51	
Alienação de títulos e valores	134.113.137,48	
Empréstimos tomados	<u>6.492.098.384,78</u>	<u>6.627.484.762,75</u>
Receita efetiva		28.958.045.959,81
		=====

b) Negativas

Despesa orçamentária		36.986.136.931,89
Menos: Mutações patrimoniais da despesa		
Aquisição de bens móveis	110.344.693,72	
Construção ou aquisição de bens imóveis	558.378.311,69	
Aquisição de títulos e valores	1.500.253.070,50	
Resgate de empréstimos tomados	2.258.887.202,23	
Formação de créditos	<u>402.116.583,02</u>	<u>4.827.979.861,36</u>
Despesa efetiva		32.158.157.070,53
		=====

O comportamento entre a receita e a despesa efetivas evidencia o primeiro resultado parcial, o da gestão orçamentária:

Receita efetiva	28.958.045.959,81	
Despesa efetiva	<u>32.158.157.070,53</u>	
Deficit patrimonial da gestão orçamentária	3.200.111.110,72	=====

O outro resultado parcial decorre das variações independentes da execução orçamentária:

a) Positivas

No patrimônio permanente

Inscrição de dívida ativa	3.746.234.071,76	
Inscrição de créditos	9.051.000,00	
Incorporação de bens	175.581.896,60	
Inscrição de valores	4.898.410.544,98	
Cancelamento de dívidas passivas	410.385,90	
Entradas de almoxarifados	<u>325.097.550,27</u>	9.154.785.449,49
		=====

b) Negativas

No patrimônio permanente

Cancelamento de dívida ativa ...	380.505.459,85	
Cancelamento de valores	724.719,00	
Desincorporação de bens	1.050.000,00	
Inscrição de dívidas passivas ..	5.325.911.497,04	
Saídas de almoxarifados	<u>295.400.784,82</u>	6.003.592.460,71
		=====

Comparando-se os componentes do resultado extra-orçamentário, obtém-se um superavit:

Variações ativas	9.154.785.449,49	
Variações passivas	<u>6.003.592.460,71</u>	
Superavit patrimonial extra-orçamentário	3.151.192.988,78	=====

Da conjugação dos resultados parciais surge o deficit patrimonial do exercício:

Deficit patrimonial orçamentário	3.200.111.110,72
Superavit patrimonial extra-orçamentário	<u>3.151.192.988,78</u>
Deficit patrimonial do exercício de 1979	48.918.121,94
	===== =====

Pelos dados demonstrados, verifica-se que o deficit econômico, em sua totalidade, é originário das variações passivas decorrentes da execução orçamentária.

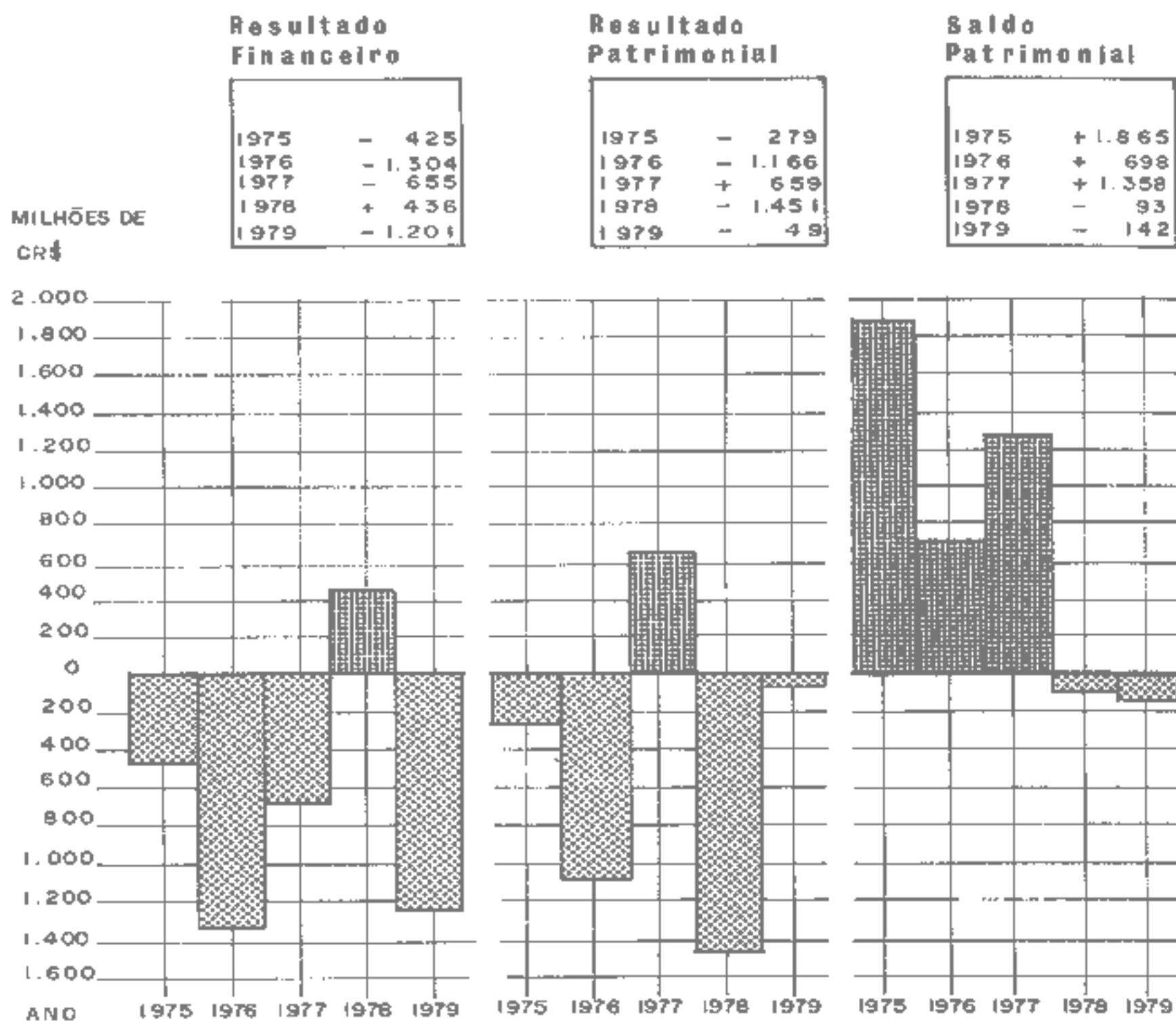
Tendo em vista o resultado obtido, a situação líquida assim se apresenta:

Passivo real descoberto em 31.12.78	93.539.533,02
Deficit patrimonial em 1979	<u>48.918.121,94</u>
Passivo descoberto em 31.12.79	142.457.654,96
	=====

O gráfico que segue mostra os resultados financeiro e patrimonial e a situação líquida no último quinquênio.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA

NO QÜINQUÊNIO



5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO

No encerramento do exercício de 1979, as insuficiências acumuladas atingiram o montante de Cr\$ 3.798.708.351,76.

A sua determinação resulta do confronto dos elementos ativos e passivos potenciais, acrescidos dos elementos que integram o ativo e o passivo financeiro, conforme procedimento técnico-contábil consagrado pelo uso.

Os elementos reais integram o Balanço Patrimonial, enquanto os potenciais são apurados mediante a conjugação de dados constantes nos Balanços de exercícios anteriores e na legislação que estabelece vinculações técnicas de recursos e despesas específicas.

O ativo potencial compreende as receitas legalmente vinculadas e as operações de crédito que, embora não realizadas, serviram de cobertura para despesas empenhadas.

Por outro lado, o passivo potencial é composto pelas receitas vinculadas e pelas operações de crédito cujo produto não foi utilizado na cobertura de despesas a que legalmente estavam vinculadas.

5.1 - ATIVO FINANCEIRO POTENCIAL

O ativo financeiro potencial atingiu o valor de Cr\$ 1.072.752.403,53, assim especificado:

- I - Contribuição da União Federal, relativa a recursos provenientes do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, Projeto Saneamento Ambiental em Áreas Rurais - conforme Convênio nº 8/73, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas e o DNOS

Despesa realizada em 1978 à conta de crédito especial aberto na Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - U.O. 2203 - Projeto 1.760 - Drenagem das Lagoas do Litoral Norte

Parcela a receber vinculada

3.900.000,00

3.900.000,00

=====

II - Contribuição da União Federal, relativa a recursos provenientes do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, conforme Convênio nº 15/75, celebrado entre o Governo do Estado, através da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e o DNOS		
Despesa realizada em 1978 à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Decreto nº 26.975, de 11.05.78, da Secretaria de Coordenação e Planejamento - U.O. 1301 - Atividade 2.106 - Manutenção do Programa Litoral Norte		
		<u>502.908,92</u>
Parcela a receber vinculada		502.908,92 *****
III - Contribuição da União Federal, relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Decreto Federal nº 72.062, de 06.04.73		
Em 1978		
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias da Secretaria dos Transportes		
U.O. 1810 - Projeto 1.166 - Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - Contribuição para Investimentos		
	3.000.000,00	
U.O. 1810 - Projeto 1.162 - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - Contribuição para despesas de capital		
	<u>5.000.000,00</u>	
	8.000.000,00	
Mais		
b) Parcela a receber vinculada, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1977		
	<u>19.161.035,12</u>	27.161.035,12
Menos		
c) Produto recebido em 1978		
		<u>6.750.000,00</u>
Parcela a receber vinculada		20.411.035,12 *****
IV - Contribuição da União Federal, relativa a recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, vinculado a aplicação de convênios		
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - U.O. 2210 - Projeto 1.212 - Fundação METROPLAN - suplementada pelos seguintes Decretos:		
29.023, de 18.07.79		
	1.197.500,00	

29.043, de 31.07.79	2.550.000,00
29.453, de 28.12.79	970.000,00
29.462, de 31.12.79	<u>2.550.000,00</u>
	7.267.500,00

Mais

b) Parcela a receber vinculada, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	7.338.500,00	14.606.000,00
---	--------------	---------------

Menos

c) Produto realizado em 1979		<u>7.267.500,00</u>
Parcela a receber vinculada		<u>7.338.500,00</u>
		=====

V - Contribuição da União Federal, relativa a recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e da cota-parte no adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos

a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Decreto nº 28.184, de 16.01.79, da Secretaria de Coordenação e Planejamento - U.O. 1301 - Projeto 1.076 - Formação do Fundo Urbano	120.035.829,88
--	----------------

Mais

b) Parcela a receber vinculada, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	<u>6.695.531,36</u>	126.731.361,24
---	---------------------	----------------

Menos

c) Produto realizado em 1979:		
À conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano	9.000.000,00	
À conta do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	<u>111.035.829,88</u>	<u>120.035.829,88</u>
Parcela a receber vinculada		<u>6.695.531,36</u>
		=====

VI - Contribuição da União Federal, relativa a recursos do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas, vinculados à aplicação de convênios

a) Despesas realizadas à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Decreto nº 28.919, de 25.06.79, da Secretaria dos Transportes - U.O. 1802 - Projeto 1.168 - Contribuição para o Programa de Estradas Alimentadoras		41.500.000,00
---	--	---------------

Menos

b) Produto realizado em 1979:

À conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento 10.300.000,00

À conta do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas 21.000.000,00 31.300.000,00

Parcela a receber vinculada 10.200.000,00
=====

VII - Taxa Rodoviária Única, relativa à participação do Estado, Municípios e Programa Especial de Vias Expressas

Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Decreto-Lei Federal nº 989, de 21.10.69, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.242, de 30.10.72

a) Valor dos recursos a empenhar, considerados como componentes do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER 18.845.118,94

Vinculados aos Municípios 11.089.733,43

Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES 12.263.262,71

Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO 27.575.038,14 69.773.151,22

b) Recursos recebidos no exercício de 1979 - Lei nº 5.987, de 22.07.70

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER 189.874.310,92

Vinculados aos Municípios 131.335.364,92

Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES 134.563.634,53

Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO 22.381.127,43 472.154.437,80

541.927.589,02

Menos

c) Recursos empenhados e assim distribuídos, conforme Lei nº 5.987, de 22.10.70

Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER 218.236.297,84

Vinculados aos Municípios 142.422.270,62

Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES 146.828.897,24

Vinculados ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO 49.958.163,57 557.441.629,27

Parcela a receber vinculada:			
	Ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	15.516.867,98	
	Aos Municípios	(2.827,73)	15.514.040,25 *****
VIII - Recursos provenientes do Fundo Estadual de Saúde - Lei nº 6.575, de 06.07.73			
	a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Decreto nº 29.392, de 17.12.79, na Secretaria de Saúde - U.O. 2001 - Atividade 2.304 - Formação do Fundo Estadual de Saúde		37.527.541,77
	Menos		
	b) Produto realizado em 1979		16.149.721,12
	Parcela a receber vinculada		21.377.820,65 *****
IX - 166 empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. em diversas datas, no limite de 5.249.946 UPC, autorizadas pela Lei nº 6.633, de 30.11.73, alterada pelas Leis nºs 6.959, de 30.12.75, e 7.252, de 12.01.79			
	a) Despesa empenhada à conta dos créditos especiais abertos na Secretaria do Trabalho e Ação Social - U.O. 2110 - Projeto 1.809 - COHAB - Contribuições Diversas, conforme Decretos nºs:		
	29.017, de 11.07.79	393.115.621,98	
	29.018, de 11.07.79	309.802.889,03	
	29.050, de 06.08.79	304.817.262,54	1.007.735.773,55
	Menos		
	b) Receita realizada em 1979	713.172.064,29	
	c) Saldo dos recursos a utilizar considerados como passivo financeiro potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	65.269.171,65	778.441.295,84
	Parcela a receber vinculada		229.294.537,61 *****
X - Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal, em 24.02.76, no limite de Cr\$ 116,6 milhões, para a implantação de escolas de primeiro grau em zona rural, autorizado pela Lei nº 6.949, de 23.12.75			
	a) Saldo dos recursos vinculados, considerados como elemento do ativo financeiro potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978		36.203.575,28

Menos		
b) Produto recebido em 1979		<u>4.935.437,00</u>
Parcela a receber vinculada		<u>31.268.138,28</u> *****
XI - Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 22.11.76 e 03.10.79, para a formação do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Rio Grande do Sul, no limite de 1.855.381,60 UPC - Lei nº 6.989, de 02.07.76		
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Decreto nº 29.381, de 17.12.79, nos Encargos Gerais do Estado U.O. 2602 - Projeto 1.260 - Constituição do Fundo para Água e Esgotos - FAE/RS	109.920.530,18	
Mais		
b) Parcela a receber vinculada, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	<u>17.825.188,55</u>	127.745.718,73
Menos		
c) Produto realizado em 1979		<u>21.984.104,32</u>
Parcela a receber vinculada		<u>105.761.614,41</u> *****
XII - Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal, em 29.12.77, para a construção de Centros Sociais Urbanos, autorizados pela Lei nº 7.056, de 30.12.76, no limite de Cr\$ 35 milhões		
a) Despesa realizada à conta dos créditos abertos pelos Decretos nºs 28.364 e 29.345, de 22.02.79 e 05.12.79, respectivamente, na Secretaria do Trabalho e Ação Social - U.O. 2101 - Projeto 1.197 - Implantação de Centros Sociais Urbanos		65.673.658,56
Menos		
b) Saldo dos recursos a utilizar considerados no passivo financeiro potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	42.079.781,63	
c) Produto recebido em 1979	<u>23.105.600,00</u>	<u>65.185.381,63</u>
Parcela vinculada a receber		<u>488.276,93</u> *****
XIII - Empréstimo autorizado pela Lei nº 7.070, de 11.04.77, para aplicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul		
Despesa empenhada à conta do crédito especial aberto pelo Decreto nº 29.448, de 28.12.79, na Secretaria de Coordenação e Planejamento, U.O. 1301 - Projeto 1.821 - Auxílio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul		<u>20.000.000,00</u>

Parcela a receber vinculada	20.000.000,00 *****
XIV - Empréstimo de US\$ 53 milhões, contratado com o Commerzbank Aktiengesellschaft, em 22.11.79, para aplicação pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, autorizado pela Lei nº 7.268, de 27.06.79	
Despesa empenhada à conta do crédito suplementar aberto pelo Decreto nº 29.427, de 27.12.79, na Secretaria dos Transportes - U.O. 1810 - Projeto 1.161 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - Contribuições para Investimentos (não vinculadas)	<u>600.000.000,00</u>
Parcela a receber vinculada	<u>600.000.000,00</u> *****

5.2 - PASSIVO FINANCEIRO POTENCIAL

Por sua vez, o passivo financeiro potencial somou a importância de Cr\$ 575.284.969,95, com a seguinte distribuição:

I - Cota-parte do Imposto Único sobre Minerais do País		
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações - U.O. 1710 - Projeto 1.155 - Companhia Rio-grandense de Mineração, integralização de capital social com recursos do Imposto Único sobre Minerais do País		49.995.736,44
Menos		
b) Saldo de recursos vinculados, considerados como componentes do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	28.016.832,17	
c) Produto realizado em 1979	<u>49.995.736,44</u>	<u>76.012.568,61</u>
Saldo a empenhar vinculado		<u>26.016.832,17</u> *****
II - Cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica		
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelo Decreto nº 28.377, de 14.12.79, na Secretaria de Energia, Minas e Comunicações - U.O. 1710 - Projeto 1.152 - Companhia Estadual de Energia Elétrica, integralização de capital social com recursos do Imposto Único sobre Energia Elétrica		386.240.527,54
Menos		
b) Saldo de recursos vinculados, considerados como componentes do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	118.311.928,70	

c) Produto realizado em 1979	<u>386.240.527,54</u>	<u>502.552.456,24</u>
Saldo a empenhar vinculado		<u>116.311.928,70</u> *****
III - Cota-parte do Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas		
a) Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias da Secretaria dos Transportes - U.O. 1810 - Projeto 1.160 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	16.600.000,00	
- Projeto 1.167 - Companhia Estadual de Silos e Armazéns	<u>35.438.439,06</u>	<u>52.038.439,06</u>
Menos		
b) Recurso a utilizar vinculado, considerado como componente do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	8.515.151,52	
c) Produto realizado em 1979	<u>67.676.767,67</u>	<u>76.191.919,19</u>
Saldo a empenhar vinculado		<u>24.153.480,13</u> *****
IV - Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)		
a) Recursos utilizados		
Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias - Encargos Gerais do Estado - U.O. 2601 - Atividade 2.438 - Participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias.		4.679.998.320,06
Menos		
b) Recursos recebidos no exercício de 1979, referentes a 20% da receita originária de imposto sobre circulação de mercadorias, excluída a parcela de Cr\$ 153.728.442,80, relativa ao imposto incidente sobre produtos sem similar no Estado, e a de Cr\$... 176.174,14, referente a restituições do imposto sobre circulação de mercadorias	4.445.004.493,79	
20% da compensação da menor receita do imposto sobre circulação de mercadorias, conforme convênios	249.879.940,20	
20% do imposto sobre circulação de mercadorias, arrecadado como Dívida Ativa	<u>15.959.632,63</u>	
	4.710.838.066,62	
Mais		
c) Valor da parcela a utilizar considerada como componente do passivo poten-		

	cial da Exposição sobre o Balanço Ge ral de 1978	13.310.382,62	4.724.148.449,24
	Saldo a empenhar vinculado		44.150.129,16 *****
V -	Recursos da Taxa Judiciária que se destinam à formação do Fundo de Reparamento do Poder Judiciário - FRPJ, ins- tituído pela Lei nº 7.220, de 13.12.78, regulamentada pe- lo Decreto nº 28.099, de 21.12.78		
	a) Despesa realizada à conta do crédito especial aberto pe lo Decreto nº 29.322, de 30.11.79, no Poder Judiciário - U.O. 0301 - Projeto 1.807 - Contribuição ao Fundo de Reparamento do Poder Judiciário		14.000.000,00
	Menos		
	b) Produto realizado em 1979		22.044.549,55
	Saldo a empenhar vinculado		8.044.549,55 *****
VI -	Recursos produzidos pelos dividendos auferidos pelo Esta- do, resultantes de ações subscritas na Companhia Rio-gran- dense de Telecomunicações - CRT, de acordo com a autoriza- ção contida na Lei nº 7.332, de 28.12.79, e em conformida- de com o disposto na Lei nº 7.210, de 07.12.78		
	a) Despesa realizada à conta do crédito especial aberto pe lo Decreto nº 29.459, de 31.12.79, na Secretaria de E- nergia, Minas e Comunicações - U.O. 1710 - Projeto 1.820 - Aumento de Capital da CRT		57.299.100,00
	Menos		
	b) Produto realizado em 1979		60.061.981,48
	Saldo a empenhar vinculado		2.768.881,48 *****
VII -	Recursos provenientes da Loteria do Estado		
	a) Recursos utilizados na concessão de au- xílios, vinculados ao art. 1º, item II, da Lei nº 6.953, de 20.12.75, pe- lo Gabinete do Governador do Estado - U.O. 0801 - Atividade 2.045 - Con- cessão de Auxílios com a sobretaxa de Loteria Estadual	18.363.000,00	
	Decreto nº 28.906, de 07.06.79 - U.O. 0801 - Projeto 1.811 - Auxílio à Ir- mandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	5.800.000,00	24.163.000,00
	Menos		
	b) Saldo de recursos a empenhar, conside- rados como componentes do passivo po- tencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	7.308.262,77	

c) Produto da sobretaxa de 10% incidente sobre o preço do bilhete da Loteria Estadual, recebido em 1979	<u>18.397.581,80</u>	<u>25.705.844,57</u>
Saldo a empenhar vinculado		1.542.844,57 *****
 VIII - Recursos provenientes da Loteria do Estado		
a) Recursos utilizados na concessão de auxílios, vinculados ao art. 1º, item I, da Lei nº 6.953/75, pelo Gabinete do Governador - U.O. 0801 - Atividade 2.048 - Concessão de Auxílios com a renda líquida da Loteria do Estado	17.338.700,00	
Mais		
b) Parcela a receber vinculada, considerada como componente do ativo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	<u>281.297,14</u>	17.619.997,14
Menos		
c) Produto da renda líquida da exploração dos serviços lotéricos, realizados em 1979		<u>24.750.089,12</u>
Saldo a empenhar vinculado		7.130.091,98 *****
 IX - Recursos provenientes do Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário - Decreto nº 24.384, de 31.12.75		
a) Despesa realizada à conta de dotações suplementadas pelo Decreto nº 29.176, de 12.10.79, e pelo Decreto nº 29.376, de 12.12.79, Secretaria da Agricultura - U.O. 1501 - Atividade 2.161 - Formação do Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário		60.000.000,00
Menos		
b) Produto realizado em 1979		<u>85.601.151,90</u>
Saldo a empenhar vinculado		25.601.151,90 *****
 X - Auxílio da União Federal referente ao Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal		
a) Saldo dos recursos a utilizar, considerados como componentes do passivo potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978		334.844,00
b) Recursos recebidos em 1979		<u>3.000.000,00</u>
Saldo a empenhar vinculado		3.334.844,00 *****
 XI - Empréstimo contratado com o Kreditanstalt für Wiederaufbau, em 19.12.74, no limite de DM 10 milhões, autorizado pela Lei nº 6.284, de 25.10.71		
a) Despesa realizada à conta de dotações suplementadas pelo Decreto nº 29.086, de 28.08.70, na Secretaria do In		

	terior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - - U.O. 2203 - Projeto 1.208 - Proteção contra as cheias do Rio dos Sinos		5.213.836,41
	Menos		
	b) Produto recebido em 1979	22.116.357,48	
	c) Saldo dos recursos a utilizar, consi- derados como componentes do passivo fi- nanceiro potencial na Exposição so- bre o Balanço Geral de 1978	<u>5.213.836,41</u>	<u>27.330.193,89</u>
	Saldo a empenhar vinculado		22.116.357,48 *****
XII	- Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Gran- de do Sul S.A., em 16.01.78, de 86.381 UPC, e com a Cai- xa Econômica Federal, em 15.10.76, de Cr\$ 383 milhões, au- torizados pelas Leis nºs 6.284, de 25.10.71, e 6.962, de 30.12.75, respectivamente		
	a) Despesa empenhada à conta de dotações orçamentárias su- plementadas pelo Decreto nº 29.070, de 09.08.79, na Se- cretaria de Educação e Cultura - U.O. 1902 - Projeto 1.171 - Implantação de Escolas de Primeiro Grau		108.401.685,05
	Menos		
	b) Saldos dos recursos a utilizar, consi- derados como componentes do passivo financeiro potencial na Exposição so- bre o Balanço Geral de 1978:		
	Lei nº 6.284/71	40.058.498,38	
	Lei nº 6.962/75	<u>80.076.867,21</u>	120.135.365,59
	c) Produto recebido em 1979:		
	Lei nº 6.284/71	5.605.105,56	
	Lei nº 6.962/75	<u>50.000.000,00</u>	<u>55.605.105,56</u>
	Saldo a empenhar vinculado		67.938.788,10 *****
XIII	- Parcela do empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em 20.12.78, de 1.802.285 UPC, para aplicação na Companhia Rio-grandense de Sanea- mento, autorizado pela Lei nº 7.070, de 11.04.77.		
	a) Despesa realizada à conta do crédito especial aberto pe- lo Decreto nº 29.016, de 10.07.79, na Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas - U.O. 2210 - Projeto 1.806 - Companhia Rio-grandense de Saneamento - Aumento de Capital		547.072.247,46
	Menos		
	b) Produto recebido em 1979		<u>558.372.822,97</u>
	Saldo a empenhar vinculado		11.300.575,51 *****

XIV - Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 24.11.77, de 321.292 UPC, e em 26.10.78 de 1.114.288 UPC, e com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em 02.06.77, de 382.320 UPC, para aplicação no complexo petroquímico do Estado, autorizados pela Lei nº 7.070, de 11.04.77		
a) Despesa empenhada à conta de dotações orçamentárias suplementadas pelos Decretos nºs 29.218, de 29.10.79, 29.259, de 08.11.79; na Secretaria de Coordenação e Planejamento - U.O. 13.01 - Projeto 1.074 - Implantação do Pólo Petroquímico		76.802.401,78
Menos		
b) Saldo dos recursos a utilizar, considerados como componentes do passivo financeiro potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	84.013.983,40	
c) Produto recebido em 1979:		
Empréstimo de 24.11.77	15.733.617,92	
Empréstimo de 26.10.78	108.427.332,80	
Empréstimo de 02.06.77	<u>27.358.693,76</u>	<u>235.531.627,88</u>
Saldo a empenhar vinculado		<u>158.729.226,10</u> *****
XV - Empréstimos contratados com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em 02.06.77, de 600.000 UPC, em 02.06.77, de 90.600 UPC e, em 20.12.78, de 1.802.285 UPC, para aplicação no complexo portuário e industrial de Rio Grande, autorizados pela Lei nº 7.070, de 11.04.77		
a) Despesa empenhada à conta de dotações orçamentárias abertas pelos Decretos nºs 29.085, de 28.08.79, e ... 29.380, de 17.12.79, na Secretaria de Indústria e Comércio - U.O. 16.01 - Projeto 1.131 - Implantação do Distrito Industrial de Rio Grande		158.542.507,15
Menos		
b) Saldo dos recursos a utilizar, considerados como componentes do passivo financeiro potencial na Exposição sobre o Balanço Geral de 1978	158.542.507,15	
c) Produto recebido em 1979:		
Empréstimo de 02.06.77	6.523.654,02	
Empréstimo de 20.12.78	<u>49.567.808,94</u>	<u>214.633.970,11</u>
Saldo a empenhar vinculado		<u>56.091.462,96</u> *****
XVI - Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em 08.06.77, até o limite de 16.337 UPC, autorizado pela Lei nº 7.071, de 20.04.77		
a) Despesa realizada no exercício de 1977, a conta de dotações orçamentárias suplementadas pelos Decretos nºs		

25.726, de 05.07.77, e 26.111, de 18.10.77, na Secretaria de Coordenação e Planejamento - U.O. 13.01 - Atividade 2.106 - Manutenção do Programa Litoral Norte	2.854.250,91
Menos	
b) Produto recebido em 1977	3.508.079,07
Saldo a empenhar vinculado	653.828,16 =====

5.3 - DESCOBERTO FINANCEIRO ACUMULADO

O descoberto financeiro acumulado, em 31 de dezembro de 1979, alcançou o montante de Cr\$ 3.798.708.351,76, que é obtido da diferença entre o ativo e o passivo financeiro, reais e potenciais, como é demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Acumulado

I - Real

Disponível	2.205.191.998,37	
Vinculado	883.782.418,06	
Realizável	<u>1.841.842.378,36</u>	4.930.816.794,79

II - Potencial

Contribuição da União Federal		
Com recursos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento		
Convênio nº 8/73	3.900.000,00	
Convênio nº 15/75	502.908,92	
Com recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados	20.411.035,12	
Com recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano	7.338.500,00	
Com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e da cota-parte no adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos	6.695.531,36	
Com recursos do Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas	10.200.000,00	
Com recursos da Taxa Rodoviária Única	15.514.040,25	
Recursos do Fundo Estadual de Saúde ..	21.377.820,65	
Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei nº 6.633/78	229.294.537,61	
Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei nº 6.949/75	31.268.138,28	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei nº 6.989/76	105.781.614,41	

Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei nº 7.056/76	488.276,93	
Empréstimo autorizado pela Lei nº 7.070/77	29.000.000,00	
Empréstimo contratado com o Commerzbank Aktiengesellschaft - Lei nº 7.268/79.	<u>600.000.000,00</u>	<u>1.072.752.403,53</u>
		6.003.569.198,92

Passivo Financeiro Acumulado

I - Real

Restos a Pagar	2.716.888.839,50	
Serviço da Dívida a Pagar	102.575.424,19	
Depósitos	294.046.686,40	
Débitos de Tesouraria	2.291.856.979,32	
Diversos	<u>3.821.624.650,72</u>	9.226.992.580,13

II - Potencial

Contribuições da União Federal		
Com recursos da cota-parte do Imposto Único sobre Minerais do País	26.016.832,17	
Com recursos da cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica	116.311.928,70	
Com recursos da cota-parte do Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas	24.153.480,13	
Com recursos do Fundo Especial - art. 25, item III, da Constituição Federal	3.334.844,00	
Fundo de Participação dos Municípios, § 8º do art. 23 da Constituição Federal	44.150.129,16	
Recursos da Taxa Judiciária vinculada ao Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário	8.044.549,55	
Dividendos da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações auferidos pelo Estado	2.768.881,48	
Loteria do Estado - item II do art. 1º da Lei nº 6.953/75	1.542.844,57	
Loteria do Estado - item I do art. 1º da Lei nº 6.953/75	7.130.091,98	
Recursos vinculados ao Fundo Estadual de Apoio ao Setor Primário	25.601.151,90	
Empréstimo contratado com Kreditanstalt für Wiederaufbau - Lei nº 6.284/71 ..	22.116.357,48	
Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei nº 6.284/71 e com a Caixa Econômica Federal - Lei nº 6.962/75	67.338.786,10	
Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - CORSAN - Lei nº 7.070/77	11.300.575,51	
Empréstimos contratados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e Banco Regional de Desenvolvimento do Ex-		

Extremo Sul - Pólo Petroquímico - Lei nº 7.070/77	158.729.226,10	
Empréstimos contratados com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Rio Grande - Lei nº 7.070/77 ..	56.091.462,96	
Empréstimo contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Lei nº 7.071/77	<u>653.828,16</u>	<u>575.284.969,95</u>
		<u>9.802.277.550,08</u>

Em resumo:

Ativo financeiro acumulado ..	6.003.569.198,32
Menos	
Passivo financeiro acumulado.	<u>9.802.277.550,08</u>
Descoberto financeiro Acumulado em 31.12.79	3.798.708.351,76

A mesma apuração pode ser feita de forma sintética. Para tanto, con juga-se o descoberto financeiro acumulado no exercício anterior, com as devidas re tificações, e o resultado da gestão dos recursos do Fundo Geral de 1979, como se vê:

I - Descoberto Financeiro em 31.12.78	3.761.405.756,86
Mais	
Créditos especiais abertos em 1979, com recursos de exercícios anteriores, não computáveis como elementos potenciais	<u>4.300.000,00</u>
Descoberto Financeiro de 1978, retificado	3.765.705.756,86
II - Deficit de recursos do exercício	
Deficit da gestão de recursos do Fundo Geral do exercício de 1979	<u>33.002.594,90</u>
Descoberto Financeiro em 31.12.79	3.798.708.351,76

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da presente exposição, em que são abordados os aspectos importantes da gestão realizada no período administrativo de 1979, sob a ótica financeira e patrimonial, entendo oportuno, Senhor Secretário, tecer algumas considerações pertinentes ao trabalho efetivado pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

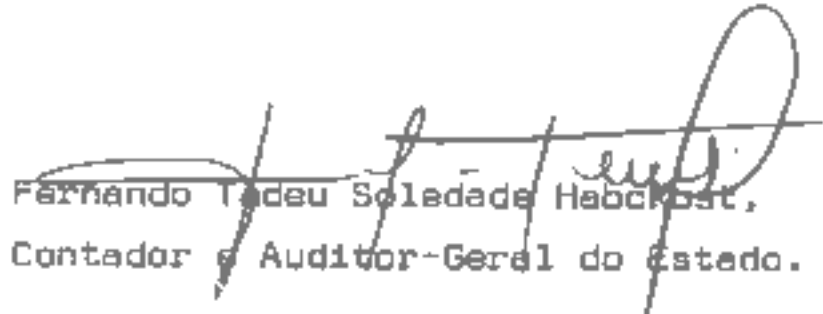
No decorrer de sua existência, este Órgão manteve como escopo servir ao Estado e à Secretaria da Fazenda, voltado sempre para a função maior da ciência contábil, ou seja, prestar informes - fator fundamental para a tomada de decisão - apesar das enormes dificuldades para a manutenção de um quadro técnico de caráter permanente, visto que grande parte de seus funcionários buscam novas oportunidades de emprego, atraídos por melhor remuneração, seja na Administração Indireta ou mesmo no âmbito da própria Secretaria da Fazenda.

Em face da ampliação recente das suas atribuições legais, ao lado do aprimoramento qualitativo dos serviços de contabilidade e auditoria para fazer frente ao nível de complexidade de que se revestem os fatos da gestão na área pública, esta Contadoria vem desenvolvendo ingentes esforços para tornar possível o exercício do controle interno totalmente computadorizado, o que tornará possível fornecer, de imediato, qualquer informação de ordem orçamentária, financeira ou patrimonial.

Desejo expressar minha gratidão aos colegas da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, pois, mercê de sua dedicação e capacidade, foi possível realizar com êxito o presente trabalho.

Permito-me, ainda, mencionar a lacuna verificada com a aposentadoria do Professor José Vescovi Neto, no exercício de função de Contador e Auditor-Geral do Estado, o qual, a par de sua grande capacidade técnica, dedicou, durante sua vida funcional, amor ao Órgão a que sempre serviu.

Concluindo, quero manifestar o agradecimento da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado pelo apoio com que sempre Vossa Excelência a distinguiu.



Fernando Tadeu Soledade Haack,
Contador e Auditor-Geral do Estado.